

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

**MARIANA SANTOS WITKOWSKI**

**INTERSECCIONALIDADE, TECNOLOGIAS E ATIVISMOS: PERSPECTIVAS  
A PARTIR DA REDE DE MULHERES NEGRAS DO PARANÁ**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**CURITIBA**

**2024**

**MARIANA SANTOS WITKOWSKI**

**INTERSECCIONALIDADE, TECNOLOGIAS E ATIVISMO: PERSPECTIVAS A  
PARTIR DA REDE DE MULHERES NEGRAS DO PARANÁ**

**INTERSECTIONALITY, TECHNOLOGIES, AND ACTIVISMS: perspectives from  
the Rede de Mulheres Negras do Paraná**

Dissertação apresentada como requisito para  
obtenção do título de Mestre em Tecnologia e  
Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em  
Tecnologia e Sociedade da Universidade  
Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientador: Tiago Brandão Mascarenhas de  
Azevedo

Coorientadora: Nanci Stancki da Luz

**CURITIBA  
2024**



Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do  
trabalho licenciado, mesmo para fins comerciais, desde que atribuam o devido crédito ao  
autor pela criação original. [CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)



MARIANA SANTOS WITKOWSKI

**INTERSECCIONALIDADE, TECNOLOGIAS E ATIVISMOS: PERSPECTIVAS A PARTIR DA REDE DE MULHERES NEGRAS DO PARANÁ**

Trabalho pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Tecnologia E Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Tecnologia E Sociedade.

Data de aprovação: 22 de Maio de 2024

Dr. Tiago Brandao Mascarenhas De Azevedo, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Andrea Maila Voss, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Angela Maria De Souza, Doutorado - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

Dra. Luciane Maria Trippia, Doutorado - Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba)

Dra. Nanci Stancki Da Luz, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 22/05/2024.

## **AGRADECIMENTOS**

Laroyê, Exu! S.D.R.C. Pelos caminhos abertos, pela sabedoria para aceitar o tempo das coisas, pela força e pela coragem! Axé!

Agradeço à minha família, por toda dedicação em me impulsionar para alçar longos voos, mesmo com medo sei que a coragem e a fé nos guiam. Agradeço especialmente à minha mãe Maria Lucia, minha avó Saulina e minha tia Nega, sei que sou um tanto dos sonhos de vocês. Agradeço também meu pai, Toninho, por todo cuidado que sempre teve comigo! Agradeço e sou grata a vida de meus irmãos, Luis e Celina! Amo vocês.

Agradeço a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, professoras e professores da linha de pesquisa em Tecnologia e Trabalho, especialmente, professoras Nanci Stancki, Cláudia Rebechi e Andrea Kominek, pelas disciplinas tão necessárias para pensarmos e construirmos um conhecimento não colonizado! Agradeço as colegas do PPGTE, especialmente à Val, a Tati e a Bia pelas longas conversas pré e pós aula! Agradeço também às professoras Ângela Martins e Andrea Kominek pelas contribuições cuidadosas feitas na banca de qualificação, pela leitura e disponibilidade.

Agradeço ao orientador, Professor Tiago Brandão, pela confiança no meu trabalho, pela disponibilidade e pela generosidade nas partilhas de leituras, arquivos, acesso a plataformas, reuniões e mensagens, meu muitíssimo obrigada!

Agradeço às mulheres da Rede de Mulheres Negras do Paraná, especialmente à Cleci Martins, Alaerte Martins, Maryllia Reis, Camila Matos e Juliana Mittelbach, essenciais à construção desse trabalho, muito obrigada por compartilharem de tanta sabedoria! Agradeço também às demais mulheres da RMN-PR pelas conversas, mensagens, risadas e partilhas, especialmente, Solange Duarte e Ivanete Xavier! Às amigas que me acompanharam nesses últimos dois anos, independente da distância física! Abraços especiais para minhas parcerias do apartamento 44, Thali, Chay, Aline, Lale, Beca e Rafael por me acolherem e me ouvirem sobre as incertezas e processos do mestrado!

Agradeço também à Erasmo e Dona Celita, pela acolhida nesses últimos dois meses de escrita da dissertação, em Itacaré, Bahia.

Por fim, agradeço a esse corpo por me levar a lugares inimagináveis.

## RESUMO

Nessa pesquisa, verificamos quais são os entendimentos sobre tecnologia a partir do olhar de cinco ativistas da Rede de Mulheres Negras do Paraná. Analisamos como diferentes tecnologias são acionadas, não apenas na construção de estratégias de enfrentamento ao racismo e sexismo, mas também na criação de tecnologias que visam o cuidado de si e do coletivo. Argumentamos que o ativismo das mulheres negras da Rede de Mulheres Negras do Paraná partilha de elementos da interseccionalidade, transpondo dispositivos de racialidade que são historicamente impostos à população negra pelo racismo e seus elementos diversos, como o aniquilamento dos saberes, conhecimentos, técnicas e tecnologias desenvolvidas pela população negra. Os objetivos específicos envolvem a documentação das estratégias de enfrentamento às opressões de raça, gênero e classe das ativistas da Rede de Mulheres Negras do Paraná, além da apresentação e argumentação sobre suas diferentes percepções sobre tecnologia. Por fim, a pesquisa teve como objetivo afirmar a forma organizativa de atuação política das mulheres da Rede de Mulheres Negras do Paraná como uma produção de tecnologia. Metodologicamente partilhamos de análises qualitativas, utilizando procedimentos tanto de pesquisa bibliográfica quanto de observações participantes e entrevistas semiestruturadas. Com a realização desta pesquisa, apresentamos as contribuições, os diferentes entendimentos e usos de tecnologia para a construção de estratégias de enfrentamento ao racismo, sexismo e demais formas de opressão de uma organização de mulheres negras no Estado do Paraná, demonstrando, a partir da articulação em rede construída pelas mulheres negras, maneiras de se produzir tecnologias coletivas.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Interseccionalidade; Ativismo; Tecnologias.

## **ABSTRACT**

In this research, we investigate the understanding of technology from the perspective of five activists from the Rede de Mulheres Negras do Paraná. We analyze how different technologies are utilized, not only in the development of strategies to combat racism and sexism but also in the creation of technologies aimed at self-care and collective care. We argue that the activism of black women in the Rede de Mulheres Negras do Paraná incorporates elements of intersectionality, transcending racialized structures historically imposed on the black population by racism and its various components, such as the eradication of knowledge, techniques, and technologies developed by the black community. The specific objectives include documenting the strategies employed by the activists to confront racial, gender, and class oppression, as well as presenting and discussing their diverse perceptions of technology. Finally, the research aims to affirm the organizational and political practices of the Rede de Mulheres Negras do Paraná as a form of technology production. Methodologically, we rely on qualitative analyses, employing both bibliographic research and participant observation procedures, along with semi-structured interviews. Through this research, we present the contributions, diverse understandings, and uses of technology in developing strategies to address racism, sexism, and other forms of oppression by a black women's organization in the state of Paraná. This work demonstrates how the network articulation constructed by black women produces collective technologies.

**Keywords:** Black Women; Intersectionality; Activism; Technologies

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 - Foto da organização da 1ª Marcha das Mulheres Negras, em Cascavel/PR ..... | 15  |
| Figura 2 - As interlocutoras da RMN-PR .....                                          | 30  |
| Figura 3 - As interlocutoras da RMN-PR .....                                          | 31  |
| Figura 4 - Capa da primeira edição da Revista Ilustração Paranaense .....             | 90  |
| Figura 5 - Logomarca da RMN-PR .....                                                  | 101 |
| Figura 6 - Folder divulgação do Projeto Rede de Acolhida Alice Quintilhano .....      | 107 |
| Figura 7 - Divulgação do Curso de Controle Social .....                               | 114 |
| Figura 8 - Grupo visitando as Cataratas do Iguaçu .....                               | 122 |
| Figura 9 - Mapa mental acerca dos entendimentos sobre tecnologia .....                | 136 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                  |                                                                                                         |
|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>ACNAP</b>     | Associação Cultural de Negritude e Ação Popular                                                         |
| <b>AMNB</b>      | Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras                                              |
| <b>APN</b>       | Agentes de Pastoral Negros                                                                              |
| <b>APRONEGRO</b> | Associação Cultural Beneficente da Raça Negra                                                           |
| <b>CEAA</b>      | Centro de Estudos Afro-Asiáticos                                                                        |
| <b>CF</b>        | Constituição Federal                                                                                    |
| <b>CONAQ</b>     | Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas                           |
| <b>CT</b>        | Ciência e Tecnologia                                                                                    |
| <b>CTS</b>       | Ciência, Tecnologia e Sociedade                                                                         |
| <b>ENEN</b>      | Encontro Nacional de Entidades Negras                                                                   |
| <b>GEAA</b>      | Grupo de Estudos Africanidades Araucária                                                                |
| <b>IBGE</b>      | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                                         |
| <b>IENMN</b>     | I Encontro Nacional de Mulheres Negras                                                                  |
| <b>IFES</b>      | Instituições Federais de Ensino Superior                                                                |
| <b>IPCN</b>      | Instituto de Pesquisa das Culturas Negras                                                               |
| <b>LBTs</b>      | Lésbicas, Bissexuais e Transsexuais                                                                     |
| <b>LGBTQIAP</b>  | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual |
| <b>MNU</b>       | Movimento Negro Unificado                                                                               |
| <b>PCT</b>       | Política de Ciência e Tecnologia                                                                        |
| <b>PLACTS</b>    | Pensamento Latino-Americano em Ciência-Tecnologia-Sociedade                                             |
| <b>PNAD</b>      | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios                                                             |
| <b>RMAAD</b>     | Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribenas y de la diáspora                                     |
| <b>RMN-PR</b>    | Rede de Mulheres Negras do Paraná                                                                       |
| <b>RSMLAC</b>    | Red Salud de las Mujeres de América Latina y Caribe                                                     |
| <b>SSAN</b>      | Rede Nacional de Mulheres Negras para Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional                     |
| <b>TEN</b>       | Teatro Experimental do Negro                                                                            |
| <b>UFPR</b>      | Universidade Federal do Paraná                                                                          |
| <b>UTFPR</b>     | Universidade Tecnológica Federal do Paraná                                                              |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                 |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO.....                                                                                                                                 | 10  |
| Rumos, caminhos, trilhas e histórias .....                                                                                                      | 10  |
| Apresentação da pesquisa .....                                                                                                                  | 20  |
| Apresentando as interlocutoras da Rede de Mulheres Negras do Paraná.....                                                                        | 28  |
| 1. NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE: MULHERES NEGRAS E OS REFERENCIAIS<br>TEÓRICOS E POLÍTICOS.....                                                   | 33  |
| 1.1. Gênero, raça e classe: debatendo feminismo negro nas Américas.....                                                                         | 33  |
| 1.2. Movimento negro, movimento de mulheres negras e feminismo negro no Brasil ...                                                              | 38  |
| 1.3. Conceitualizando o que foi dito e repetido: interseccionalidade .....                                                                      | 46  |
| 1.4. Alguns movimentos de mulheres negras no Brasil.....                                                                                        | 51  |
| 2. TECNOLOGIAS SÃO POLÍTICAS: RELAÇÕES RACIAIS E A CTS .....                                                                                    | 57  |
| 2.1. Ciência: o motor do progresso infinito.....                                                                                                | 57  |
| 2.2. A ciência, tecnologia e sociedade como campo de estudos .....                                                                              | 61  |
| 2.3. Discursos racistas, técnicas e tecnologias no Brasil .....                                                                                 | 67  |
| 2.4. Tecnologias de poder e saber: racismo, branquitude e o dispositivo de racialidade<br>71                                                    |     |
| 2.5. Tecnologias são políticas: a racialização dos artefatos.....                                                                               | 80  |
| 2.6. Tecnologias de esquecimento: a população negra no estado do Paraná .....                                                                   | 86  |
| 2.7. Tecnologias de resistência: ativismos negros no Paraná.....                                                                                | 92  |
| 3. MULHERES NEGRAS E TECNOLOGIAS DE RESISTÊNCIA: A REDE DE MULHERES<br>NEGRAS DO PARANÁ.....                                                    | 97  |
| 3.1. Apresentando a organização institucional da Rede de Mulheres Negras do Paraná<br>97                                                        |     |
| 3.2. Histórico de lutas das mulheres negras no Paraná .....                                                                                     | 98  |
| 3.3. Articulando em Redes .....                                                                                                                 | 108 |
| 3.4. Documentando as estratégias de enfrentamento às opressões de raça, classe e<br>gênero: considerações a partir de três ações da RMN-PR..... | 111 |
| 3.4.1. O curso de Controle Social .....                                                                                                         | 113 |
| II Encontro Estadual de Cuidado e Autocuidado para Ativistas Negras .....                                                                       | 118 |
| 3.4.2. Mulheres Negras conversando sobre prevenção combinada e religiosidade ...                                                                | 124 |
| 3.5. Entendimentos e intersecções entre tecnologia, racismo e ativismo.....                                                                     | 127 |
| 3.5.1 Os múltiplos entendimentos sobre tecnologia.....                                                                                          | 128 |
| 3.6. Em coletivo a gente avança: percepções e significados da Rede de Mulheres<br>Negras do Paraná .....                                        | 137 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                                                                      | 144 |
| REFERÊNCIAS .....                                                                                                                               | 154 |
| APÊNDICES .....                                                                                                                                 | 164 |

## INTRODUÇÃO

### **Rumos, caminhos, trilhas e histórias**

Romper os silenciamentos impostos pelo racismo, sexismo e pelo cisheteropatriarcado<sup>1</sup>. Lutar para transformar, coletivamente, passo a passo, um dia de cada vez, a realidade vivenciada. (Auto)afirmar-se. Reconhecer e valorizar a importância das histórias não contadas. Referenciar os passos que de longe vem. Esses são alguns dos desejos que orientam a escrita desta dissertação. Um trabalho coletivo, ainda que escrito à luz de longas e solitárias horas, nas quais saberes e vozes de muitas mulheres negras estiveram presentes.

Pesquisar e construir as linhas e articulações necessárias para realização dessa pesquisa se dá num caminho sinuoso. Falar a voz de nossos desejos, como nos conduz Jurema Werneck (2009), foi uma decisão construída com o tempo de maturação necessário a este processo. As disciplinas, em especial a disciplina de Estudos Dirigidos - Branquitude Crítica e de Estudos Sociais da Ciência, Tecnologia e Gênero - abriram caminhos para novos questionamentos, sobretudo, sobre o fazer científico, sobre a não neutralidade, sobre a não universalidade, sobre o questionar o modo como nossas produções se dão. Estudar Grada Kilomba (2019) e pensar sobre uma produção científica que não se propõe ser universalista, que não se propõe a falar por alguém, que reconhece e valoriza saberes anteriores, saberes múltiplos e por que não, dissonantes.

Ao passo que o tempo da pós-graduação, da reflexão e da escrita se encontram, surge o desejo de construir um trabalho que busque apresentar, no campo da ciência, tecnologia e sociedade, as maneiras pelas quais mulheres negras constroem saberes e tecnologias que apoiam, reforçam e sustentam a existência dessas vidas num país tão violento e, em especial, num estado majoritariamente branco, de colonização e supervalorização de produções e saberes europeus e pretensamente universais, extremamente violento para uma população que fingem nem existir.

Sabemos que as mulheres negras vivenciam o descaso dos poderes públicos

---

<sup>1</sup> O termo cisheteropatriarcado indica a supremacia da heteronorma masculina e cisgênera com relação às demais identidades de gênero e orientações sexuais (PARIS, 2015). Disponível em: [http://diferencias.com.ar/congreso/ICLTS2015/ponencias/Mesa%2013/ICLTS2015\\_Mesa13\\_Paris.pdf](http://diferencias.com.ar/congreso/ICLTS2015/ponencias/Mesa%2013/ICLTS2015_Mesa13_Paris.pdf) Acesso em: 12 de agosto de 2023, às 13h21.

Angela Davis, relevante ativista negra pelos direitos civis, em sua visita ao Brasil em 2017 afirmou “quando a vida das mulheres negras importar, teremos a certeza de que todas as vidas importam”<sup>2</sup>. Iniciar a discussão desta dissertação apresentando dados relacionados às violências raciais e de gênero que são enfrentadas pelas mulheres negras não é nada cativante. Infelizmente, essa é a realidade que se apresenta para a maioria de nós, mulheres pretas e pardas, que compõem aproximadamente 28% da população brasileira, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua)<sup>3</sup>.

Sobrerrepresentadas nos casos de violência – doméstica, policial, patrimonial, moral, obstétrica – e sub representadas nos espaços públicos de poder, ou ainda, nos cargos formais em empresas e instituições públicas, as mulheres negras são a base da pirâmide social brasileira. Quando conseguem adentrar os espaços públicos de poder, mulheres negras continuam sendo as mais vitimizadas. Jamais esqueceremos de Marielle Franco, mulher negra, periférica, lgbtqiap+, que ousou ocupar o espaço público com seu corpo e sua voz e foi brutalmente assassinada em 2018. Ainda estamos sem respostas, mais de cinco anos após o crime.

A pesquisa Violência Política e Eleitoral no Brasil (2022)<sup>4</sup>, elaborada pelas organizações de defesa dos direitos humanos Terra de Direitos e Justiça Global aponta que, apesar de serem minoria entre as pessoas eleitas, as pessoas negras são vítimas de 48% dos episódios de violência política, onde foi possível identificar cor e raça.

O Atlas da Violência de 2021<sup>5</sup> revelou que 66% das mulheres assassinadas no Brasil são negras, sendo as maiores vítimas de violência no Brasil. Além disso, o mesmo documento aponta que o risco de homicídio é 74% maior para homens negros, em especial, a juventude negra. Este dado revela também a violência indireta imposta às mulheres negras: quando não são as vitimadas, passam pela violência psicológica ao terem que velar os corpos assassinados de seus familiares, vitimados pela violência racista. Dados alarmantes também constam no Anuário

<sup>2</sup> Disponível em <https://www.geledes.org.br/a-coragem-de-marielle-e-a-importancia-do-feminismo-negro/>. Acesso em 19 de jul. de 2023.

<sup>3</sup> Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/eleicoes-2020/noticia/2020-10/negras-sao-28-dos-brasileiros-mas-tem-baixa-participacao-politica>. Acesso em: 13 de agosto de 2023, às 13h44.

<sup>4</sup> Disponível em <https://terradedireitos.org.br/violencia-politica-e-eleitoral-no-brasil/>. Acesso em 08 de jul. de 2023.

<sup>5</sup> Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/244/atlas-2022-infograficos>. Acesso em 20 de jun. de 2023 às 17h02.

Brasileiro de Segurança Pública de 2022<sup>6</sup>, que demonstrou o alto grau de vulnerabilidade à violência doméstica e ao feminicídio de mulheres negras. Entre as vítimas de feminicídio, 37,5% são brancas e 62% são negras. Já nas mortes violentas, 70,7% são negras e 28,6% são brancas.

Do mesmo modo, analisar as disparidades educacionais e relacionadas ao mundo do trabalho nos ajuda a evidenciar os obstáculos históricos vivenciados pelas mulheres negras. Ao verificarmos os microdados da PNADC/IBGE de 2022, observa-se que as mulheres negras fazem parte da maior População em Idade Ativa (PIA) no Brasil<sup>7</sup>, cerca de 28,3%. Ainda assim, a taxa de desemprego entre o grupo de mulheres negras tem sido bem maior do que as dos demais grupos e, desde 2018, essas diferenças vêm se acentuando. Segundo Feijó (2022) no primeiro trimestre de 2021, 22,1% das mulheres negras na força de trabalho estavam desempregadas. Esse valor é o dobro da registrado entre os homens brancos/amarelos (10,0%) e muito distante da reportada pelas mulheres brancas/amarelas e homens negros (13,8%)<sup>8</sup>.

Além disso, dados da pesquisa realizada no 2º trimestre de 2022 pela PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consideraram que as mulheres negras são o grupo com os menores rendimentos mensais no Brasil, recebendo cerca de R\$1.059,00 e R\$1.993,00 a menos do que mulheres e homens brancos, respectivamente. Fazem parte também do maior grupo em situação de trabalho desprotegido (47,5%) e possuem a maior taxa de desocupação no Brasil (13,9%).

Ruha Benjamin (2021) constrói uma analogia muito interessante ao tratar sobre a asfixia ocasionada pelo racismo. Esse ato não estaria relacionado apenas a asfixia imposta pelas máscaras da plantation<sup>9</sup>, ou ainda, pela asfixia sofrida por

<sup>6</sup> Disponível em <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em 20 de jun. de 2023, às 17h05.

<sup>7</sup> PIA: População em Idade Ativa: corresponde à população com 14 anos ou mais, sendo composto por pessoas que estão, teoricamente, aptas a exercer uma atividade econômica. Diferencia-se do tempo PEA: População Economicamente Ativa, que significa a parcela da PIA ocupada ou desempregada.

<sup>8</sup> Disponível em <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em 20 de junho de 2023 às 17h05.

<sup>9</sup> Grada Kilomba, no capítulo “A Máscara” do livro Memórias da Plantação, define o que chamamos de máscara do silenciamento. Para a autora, a máscara não representa apenas um artefato metálico do passado, utilizado enquanto parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Objetivamente, esta máscara de metal era inserida na boca dos africanos escravizados para impor silêncio e medo, ilustrando assim o colonialismo e suas políticas de dominação.

diferentes jovens negros nos casos de violência policial. Há também, a asfixia dos saberes construídos por esta população, há a desvalorização dos saberes, há o silenciamento, há o epistemicídio.

Em sua tese de doutorado, Sueli Carneiro (2005), filósofa e grande referência do movimento negro, partindo do conceito de contrato racial de Charles Mills, analisou de que maneira o epistemicídio é utilizado enquanto uma forma de anulação e estratégia de desvalorização do conhecimento e do intelecto negro. Contém em si, tanto dispositivos de racialidade, enquanto característica de disciplinaridade, quanto de biopoder, através da anulação e morte. (Carneiro, 2005, p. 10).

O relatório apresentado pelo IBGE em 2021 intitulado “Desigualdades Sociais por Raça e Cor no Brasil” aponta que, ainda que tenham o mesmo grau de instrução graduação completa ou mais – a população branca ganha cerca de 50% a mais do que a população preta e cerca de 40% a mais do que a população parda. Além disso, os cargos ocupados por pretos e pardos eram a maioria em 2021 (53,8%), mas eram somente 29,5% dos cargos gerenciais.

Vale ressaltar que quando nos referimos a racismo – bem como, sexismo e patriarcalismo – estamos nos referindo a sistemas de dominação, que são baseados em doutrinas de superioridade de determinados grupos ou categorias sociais em relação a outras (Sardenberg, 2015). Além disso, quando conceitualizamos raça, certamente não estamos nos referindo aqui a determinações biológicas, mas sim, partimos do entendimento que raça continua, sociologicamente, determinando desigualdades e hierarquias. Cecília Sardenberg (2015, p. 61) afirma que “processos de ‘racialização’, classificação e inferiorização de determinados grupos com base nas suas características físicas permanecem em curso”. O racismo se apresenta de diferentes formas, seja a partir do racismo científico, racismo institucional, racismo recreativo etc., e passa, de todas as formas, pela desumanização e desvalorização da população negra.

Ainda que os dados citados anteriormente demonstrem as diferenças raciais e de gênero vivenciadas pelas mulheres negras brasileiras, a existência do racismo no Brasil é social e historicamente negado de diferentes formas. Maria Aparecida Silva Bento (2002) afirma que este silêncio, a omissão e a distorção do lugar do branco com relação às desigualdades raciais vivenciadas no país

trazem um forte componente narcísico, que insere essa população como um grupo de referência da condição humana. Tal negação e omissão se apresentam como um dos componentes do ideal nacional de modernidade, de população e de um discurso hegemônico sobre a formação brasileira. A negação do racismo traz benefícios à uma população branca e conduz a população negra, mesmo que após o período escravista, a ser desqualificada socialmente.

Segundo o professor Henrique Cunha Júnior (2010) o racismo no Brasil executa um forte e longo trabalho de manutenção das estruturas sociais. Dessa forma, “exclui o coletivo de uma participação ampla na sociedade brasileira por formas práticas e não diretamente declaradas”. (Cunha Júnior, 2010, p. 08).

O racismo, em suas mais diferentes facetas, bem como o sexismo, as opressões de classe dentre outras desigualdades sociais, além das representações estereotipadas impostas às mulheres negras – hipersexualização, desumanização, invisibilidade –, têm feito com que mulheres negras criem estratégias de enfrentamento dessas situações. Tais estratégias de organização coletiva se apresentam como possibilidades de combate a essas violências e buscam representar as mulheres negras “a partir de seus próprios nomes” (Werneck, 2009).

Uma dessas organizações pode ser encontrada no estado do Paraná. A Rede de Mulheres Negras do Paraná é uma organização composta e liderada por mulheres negras. De acordo com o site institucional, a RMN-PR [s.d.] é uma “organização sem fins lucrativos, autônoma e independente fundada para reivindicar e ampliar a implementação de políticas públicas específicas, com foco em gênero e raça”<sup>11</sup>.

A RMN-PR reúne, desde 2006, mulheres negras de todo estado do Paraná e tem seu foco de atuação nas áreas da educação, saúde, cultura, promoção e defesa dos direitos humanos, além de realizar projetos que visam a valorização da identidade de gênero e raça. Além disso, a organização é referência no debate sobre políticas públicas para mulheres negras, estando presente em diferentes conselhos de controle social, nacionais, estaduais e municipais. Enquanto missão, propõe-se a promover a ação política de mulheres negras, na luta contra o racismo, sexismo, opressão de classe, homofobia e outras formas de

discriminação, contribuindo para a transformação das relações de poder e construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Alaerte Martins, sócia-fundadora da Rede de Mulheres Negras do Paraná, em entrevista realizada no dia 05 de outubro de 2023, na sede da organização em Curitiba, relata que a RMN-PR foi criada

[...] porque em todos os espaços que eu estava, não tinha nenhuma mulher negra para falar das mulheres negras. Por isso, então que a principal missão, se você lê o folheto da Rede, principalmente o folheto inicial da Rede, as primeiras divulgações da Rede, a principal missão, o principal objetivo de criação da Rede é exatamente representar as mulheres negras paranaenses em todos os espaços de controle social para conseguir políticas públicas para as mulheres negras.

Não posso deixar de mencionar que a minha relação com essa organização se inicia no contexto da 1ª Marcha das Mulheres Negras, realizada em Brasília no ano de 2015. Com o lema “Contra o racismo e a violência e pelo bem viver”, a Marcha reuniu mais de 30 mil mulheres negras de todo país, no dia 18 de novembro daquele ano. Na época, enquanto estudante de Ciências Sociais na cidade de Toledo/PR, pude me aproximar de mulheres negras que integram a RMN- PR, oriundas, sobretudo, do interior deste estado.

*Figura 1 - Foto da organização da 1ª Marcha das Mulheres Negras, em Cascavel/PR*



*Fonte: Facebook*

Com a minha vinda para a cidade de Curitiba, após a finalização da graduação e já participando dos outros movimentos sociais, de mulheres e juventude negra, pude conviver de perto com as associadas da RMN-PR, participando de atividades organizadas desde 2017. O interesse pelos estudos de gênero e raça se dão, principalmente, a partir da participação em grupos de estudos feministas e do movimento negro, das agendas e atividades promovidas por diferentes organizações na cidade de Curitiba, bem como, pelo meu interesse acadêmico que tem como base os estudos da antropologia.

Também considero primordial para a escolha da temática desse trabalho diversas questões que fazem parte de minha vivência desde a infância. Nasci e cresci no interior do Paraná, advinda de uma família interracial que migrou da região nordeste e da região sul do Brasil, assim como grande parte das pessoas que cresceram na cidade de Cascavel. Cresci uma menina parda, estudante bolsista de uma escola particular religiosa. Desde a infância percebia as diferenças entre a minha família e a família de minhas colegas, sejam elas por questões de classe, acesso à bens e serviços e questões estéticas relacionadas a padrões da branquitude.

Lembro também, que tinha vergonha de convidar minhas colegas da escola para me visitar em casa e inventava histórias para que pudesse me parecer um pouco com elas. Tinha vergonha das roupas, calçados, materiais e da presença de minha família na escola.

Apesar da família de meu pai possuir o sobrenome Witkowski, não vivenciaram as histórias de ascendência europeia, de saber e entender suas origens, tampouco, possuem bens e heranças. Entendo hoje, que sempre fomos uma família já miscigenada, diferindo inclusive, as formas e maneiras de escrita do próprio sobrenome, por questões educacionais. Entretanto, apesar de vivenciarem uma situação de pobreza, eu percebia e questionava, desde a infância, as diferenças com relação à família materna, os Santos.

Minha avó materna, por exemplo, nunca frequentou nenhuma escola, sendo analfabeta até os 65 anos, quando pode participar de uma turma do EJA no bairro Guarujá, em Cascavel. Foi assim que ela hoje sabe escrever o nome e ler alguns versículos da bíblia. Já minha avó paterna, ainda que fosse cerca de 25 anos mais velha do que minha avó materna, sempre soube ler e escrever, sendo

descendente de italianos oriundos do Rio Grande do Sul. Minha cabeça de criança não entendia: como, mesmo sendo bem mais jovem, minha avó materna era analfabeta?

Cresci ouvindo as histórias de minha mãe, tias e tios sobre as ofensas racistas que vivenciaram durante toda sua vida, sobre as inúmeras situações que foram submetidos, às violências de gênero e raça, os papéis sociais, a migração para o sul e, posteriormente, para o cerrado para o trabalho de construção civil em Brasília, as histórias de trabalho em fazendas de famílias abastadas. Histórias como muitas das que ouvi durante a realização das entrevistas com as mulheres negras da RMN-PR. Compreendo hoje que muitas de minhas vivências na infância foram atravessadas por situações racistas durante o ensino fundamental e médio. Tenho consciência hoje de diferentes processos de embranquecimento que vivenciei – ou fui submetida – incluindo desejos, mudanças e a própria percepção de minha autoimagem. Como nos afirma Neusa Santos Souza (1983, p. 18) “o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de “tornar-se gente”. Compreendo também que desempenhei um papel familiar totalmente diferente das minhas colegas de turma, sendo a filha mais velha e responsável pelo cuidado de meu irmão e irmã mais novos. Vejo também, as diferenças com relação a minha própria educação e opções de futuro que pude sonhar e experienciar. Sei também do grande abismo que existe entre a minha educação e a educação de toda minha família, as/os que antes de mim vieram, os que vieram depois. Sou a única que está na pós-graduação, a única que frequentou uma universidade pública e uma das poucas que possui ensino superior, em ambas as ascendências.

Estar em um lugar de exceção, como mencionado anteriormente, faz parte também de um lugar de ambiguidade. Apesar de nunca ter sido questionada durante toda minha vida no interior do Paraná com relação a minha autodeclaração racial, ao me mudar para Curitiba, vivenciei situações ambíguas. Funcionava assim: em alguns espaços, não era atendida, não era vista, era questionada se ali trabalhava, era seguida nos mercados do centro da cidade.

Já em outros lugares, universidades, movimentos sociais mistos, era vista como uma pessoa branca de fora, questionada sobre minha autodeclaração. Demorei muito tempo para entender o que isso significava e como as relações

raciais eram isso, relações. Relacionadas. Vejo ainda, que esses questionamentos vinham, sobretudo, de pessoas nascidas e criadas ali, na cidade de Curitiba. A cidade que se autodeclara a Europa brasileira. O lugar onde não há pretos, pardos. A cidade que tem um passado de aniquilação da população indígena que origina, inclusive, o próprio nome da cidade.

A escolha em trabalhar diretamente com as ativistas da Rede de Mulheres Negras do Paraná passa também pela importância em compreendermos as diferentes formas de racismo e o histórico de silenciamento e apagamento histórico dessas vozes. A necessidade de colocar essas vozes e saberes enquanto central parte também da fuga das imagens de controle que foram historicamente impostas às mulheres negras, como analisa Patrícia Hill Collins (2019). Segundo a autora, ao reivindicarmos a centralidade das vivências de mulheres negras como um campo de produção do conhecimento, estamos rompendo com o silenciamento causado pelo patriarcalismo e pelo racismo, que impuseram a essas mulheres uma imagem de controle que foi incorporada pela sociedade.

Reivindicar a centralidade das produções de conhecimento que visam combater as múltiplas formas de opressões impostas às mulheres negras compõe o propósito deste trabalho. Interessa aqui, compreender as variadas estratégias de resistência dessas mulheres, numa sociedade dominada por um sistema racista e que, constantemente, busca se reformular para garantir a sobrevivência desta hegemonia também na produção de conhecimento. Uma perspectiva que propõe documentar os conhecimentos e saberes de mulheres negras “vai além das demarcações fixadas por linhas imaginárias do horizonte e, finalmente, valer-se de raça, classe, território e gênero, mas enlanguescendo-se” (Crenshaw, 2002, 188).

A escolha da organização também se justifica a partir da compreensão desse espaço como referência na luta e organização política de mulheres negras no estado do Paraná. O recorte geográfico para a pesquisa é relevante, sobretudo, quando verificamos que o discurso hegemônico, político e cultural deste território busca invisibilizar as vivências negras. Delton Felipe (2018) analisa que antes da abolição da escravatura, o Paraná contava com 40% de sua população formada por negros e negras. O Paraná possui a maior população negra do sul do país,

cerca de 34%<sup>10</sup>, segundo dados do IBGE (2020).

Sobre a presença negra no estado do Paraná, por exemplo, João Carlos de Freitas (2020) afirmou que

Quando se procura abordar aspectos da presença do elemento negro na construção do paranaense, a primeira dificuldade surge na localização de fontes, na escassa produção bibliográfica que há sobre o tema. [...] Essa questão, no entanto, não é gratuita, mas fruto de uma construção histórica. Trata-se da construção da ideia de um “estado europeu”. O aspecto minimizado da inserção do negro na sociedade paranaense tem em seus intelectuais a sagração de um Paraná sem a presença dos negros (Freitas, 2020, p. 107-108).

A presença negra é apagada da história desse estado pois vai na contramão do projeto nacional de modernidade e produção de conhecimento científico. No Paraná, como história “oficialmente” contada, constitui-se o movimento paranista, influenciado pelas teorias raciais do final do século XIX que buscou valorizar uma memória de iminência europeia e ajudou a consolidar um imaginário de inexistência de uma população negra nessa região, como bem argumentou Delton Aparecido Felipe (2018).

A invisibilidade da população negra no Paraná também foi registrada pelo autor Octávio Ianni (1960). Ao realizar entrevista com residentes na cidade de Curitiba, capital do Paraná, registrou o seguinte relato

Ao iniciar a investigação acerca da situação social do negro em Curitiba, um informante nos prestou um esclarecimento que, de início, pareceu-nos gracejo de mau gosto, tão inesperado foi. “Aqui, afirmou, não há negros. “O negro do Paraná é o polaco”. Ficamos pasmados com a declaração e, mais ainda, porque ele a fazia seriamente. (Ianni, 1960, p. 325).

Para Cunha Júnior (2010, p. 10) na “história do Brasil o acerto tecnológico transmitido pelas populações negras ao país não aparece”. No Paraná, este fato pode ser evidenciado ao verificarmos diferentes tecnologias utilizadas pela população negra na constituição desse território, sobretudo, no período colonial. Segundo Felipe (2015), a população negra, ainda no período escravista, difundiu seus saberes tanto na cidade quanto na zona rural, dominando técnicas de

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/07/21/pouco-mais-de-um-terco-da-populacao-do-parana-e-formada-por-negros-e-governo-estadual-nao-tem-politicas-publicas-especificas.ghtml>. Acesso em 14 de agosto de 2023 às 10h35.

tecelagem, costura, rendas finas de bilro, fabricação de roupas e objetos em couro e extração e fundição de ouro na região de Curitiba.

O apanhado de Cunha Júnior (2010) acerca das tecnologias desenvolvidas pela população negra em nosso estado evidencia como a nossa população foi responsável pelo desenvolvimento tecnológico brasileiro, tendo seu conhecimento usurpado, roubado e apropriado pela branquitude.

### **Apresentação da pesquisa**

Assim, nesta pesquisa, verificamos quais são os entendimentos sobre tecnologia a partir do olhar de cinco ativistas da Rede de Mulheres Negras do Paraná. Analisamos como diferentes tecnologias são acionadas não apenas na construção de estratégias de enfrentamento ao racismo e sexismo, mas também na construção de tecnologias que visam o cuidado de si e do coletivo.

Além disso, no decorrer dessa pesquisa delimitamos os seguintes objetivos específicos: 1) Verificar o estado da arte sobre feminismo negro e o conceito de interseccionalidade, além de apresentar diálogos do campo CTS e a racialização da tecnologia; 2) Documentar, a partir das observações diretas e participantes, as estratégias de enfrentamento às opressões de gênero, raça, classe das ativistas da Rede de Mulheres Negras do Paraná; 3) Analisar, com a realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade, as compreensões das ativistas da Rede de Mulheres Negras do Paraná sobre tecnologia, verificando como as tecnologias são utilizadas para realização do ativismo nesta organização; 4) Afirmar a forma organizativa de atuação política das mulheres da Rede de Mulheres Negras do Paraná como uma produção de tecnologia.

Argumentamos que o ativismo das mulheres negras da Rede de Mulheres Negras do Paraná partilha de elementos da interseccionalidade e transpõe dispositivos de racialidade que são historicamente impostos à população negra pelo racismo estrutural e seus elementos diversos, como o aniquilamento dos saberes e dos conhecimentos, técnicas e tecnologias desenvolvidas pela população negra.

Quem nos acompanha neste caminho é Sueli Carneiro (2005;2023), na elaboração do conceito de dispositivo de racialidade e nas possibilidades de resistência apoiadas nas coletividades. Também, partilho dos entendimentos

acerca da interseccionalidade, apresentada por autoras negras como Kimberlé Crenshaw (2002), Patrícia Hill Collins (1989;2020) e Carla Akotirene (2019).

A compreensão aqui adotada do conceito de tecnologia entende-a social e historicamente situada, controlável e carregada de valores, escapando aos determinismos e à atual visão hegemônica que vê a ciência e a tecnologia subordinada à razão instrumental e neutras quanto às suas implicações. A partir das concepções de Langdon Winner (1986), compreendemos que os artefatos têm política, refutando concepções deterministas e o mito universal do progresso tecnológico. Winner (1986, p. 19) compreende que as “coisas técnicas”, ou seja, os artefatos, possuem qualidades políticas e não podem ser julgados apenas pela sua contribuição, eficiência ou produtividade, tampouco, verificando apenas seus efeitos colaterais ambientais, positivos e negativos. Podem, entretanto, incorporar formas específicas de poder e autoridade.

As indagações oriundas da construção dessa pesquisa partem do questionamento de que as mulheres negras, no contexto da organização Rede de Mulheres Negras do Paraná - mas não só - utilizam de diferentes ferramentas, técnicas e tecnologias para construir espaços, saberes e tecnologias de atuação política, social e coletiva.

Esta é uma questão central para a construção de um trabalho com um viés crítico, pois não propomos aqui uma mera reprodução neutra da ciência, percebendo a mesma enquanto um instrumento político, como evidenciado anteriormente. Segundo Uwe Flick (2009)

[...] os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção de conhecimento, em vez de simplesmente encará-la como uma variável a interferir no processo. A subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo de pesquisa. (Flick, 2009, p. 25).

Em pesquisas qualitativas partimos da construção interpretativa do conhecimento. Para o educador cubano Fernando Gonzalez Rey (2005), precisamos compreender o conhecimento

[...] como produção e não como apropriação linear de uma realidade que se nos apresenta. [...] É impossível pensar que temos um acesso ilimitado e direto ao sistema do real, portanto, tal acesso é sempre parcial e limitado a partir de nossas próprias práticas. (Gonzalez Rey, 2005, p. 05).

Do mesmo modo, Maria Cecília de Souza Minayo (2001) analisa que “a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (Minayo, 2001, p. 22).

Considerando também as análises sobre ciência, tecnologia e sociedade propostas por Roseline Beatriz Strieder (2012), um elemento central das produções desse campo de estudos está relacionada à participação social em diferentes etapas do processo, desde o acesso à informação até à reivindicação de participação no âmbito das políticas de ciência e tecnologia. Maritza Montero (2006) afirma que o método deve seguir a problemática e o objeto estudado, sendo construído para poder solucionar um problema e servindo a um objetivo.

Para realização da pesquisa, inicialmente, parto do levantamento bibliográfico a partir de banco de dados públicos - Biblioteca de Teses e Dissertações da CAPES, Google Scholar, Biblioteca Virtual da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. O objetivo é verificar o estado da arte sobre o feminismo negro e o conceito de interseccionalidade. Além disso, através da análise dos materiais pesquisados, busquei apresentar diferentes concepções do campo da ciência, tecnologia e sociedade (CTS), partindo também de produções que relacionam tecnologia e o debate racial.

Posteriormente, foram selecionadas cinco ativistas da Rede de Mulheres Negras do Paraná que possuem histórico de atuação na organização, seja enquanto coordenadoras, ativistas ou sócias-fundadoras, realizando entrevistas semiestruturadas em profundidade. Esse procedimento metodológico foi utilizado considerando a necessidade de compreender percepções, emoções, motivações, entendimentos sobre ativismo, tecnologia, a utilização, contribuição e produção de diferentes formas de tecnologia, dentre outras temáticas para suas práticas políticas.

A escolha em realizar entrevistas semiestruturadas em profundidade se deve “[...] à expectativa de que é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista, com planejamento aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário” (Flick, 2009, p. 143).

Além disso, a escolha desse procedimento metodológico se deu pela postura

crítica deste trabalho, que busquei construir através dos olhares e vivências experienciados pelas mulheres negras dessa organização enquanto fonte histórica e de prática política, envolvendo também aspectos interseccionais que se apresentam essenciais para as análises produzidas aqui.

O material coletado foi trabalhado por meio da análise de conteúdo. Na definição de Laurence Bardin (2016), a análise de conteúdo é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 2016, p. 48)

Para além de Bardin, partindo de uma perspectiva interseccional, a análise de conteúdo pode ser utilizada pelo processo de organização dos eixos analíticos. A metodologia que adotamos nos permite partir do pressuposto que não há apenas um modelo fixo e rígido para realização dessa pesquisa. Segundo Claudinei Campos (2004):

[...] a análise de conteúdo não deve ser extremamente vinculada ao texto, à técnica, num formalismo excessivo que prejudique a criatividade e a capacidade intuitiva do pesquisador, por conseguinte, nem tão subjetiva, levando-se a impor as suas próprias ideias ou valores, no qual o texto passe a funcionar meramente como confirmador dessas. (Campos, 2004, p. 613)

Além disso, a realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade foi fundamental para abordagem de temas sensíveis, os quais teriam o tratamento dificultado por abordagens com estruturas mais rígidas. As entrevistas semiestruturadas possuem uma natureza de maior interatividade para tratar fenômenos complexos, possibilitando maior conexão entre pesquisador e as participantes da pesquisa, contribuindo para a produção de sentidos, conforme nos orienta Mary Spink (2007).

Gonzalez Rey (2005) também nos apoiou metodologicamente com relação a produção de sentidos em pesquisa qualitativa. Para o autor, o conceito de “zona de sentido” seria a produção de espaços de inteligibilidade na pesquisa científica; desse modo, são zonas nas quais a questão significada não se esgota, abrindo um espaço de aprofundamento das problemáticas a partir do campo de construção teórico.

As entrevistas foram realizadas virtual e presencialmente, a partir de um

contato prévio para agendamento. Todas as entrevistadas já eram conhecidas anteriormente por mim, fato que facilitou o aceite para realização da entrevista. Além disso, organizamos quatro blocos de entrevistas, considerando aspectos da própria história, das relações com tecnologias e seu percurso na Rede de Mulheres Negras do Paraná.

Após a transcrição dos áudios das entrevistas, categorizamos as temáticas discursadas em 21 (vinte e uma) categorias<sup>11</sup>, entendendo aspectos em comum que surgiram a partir dos relatos coletados. Desse modo, os dados qualitativos foram organizados a partir de categorias temáticas. Todo material foi analisado considerando a análise de conteúdo, buscando verificar a produção de diferentes sentidos, sentimentos, percepções e entendimentos que pudessem ser relacionados e, posteriormente, categorizados.

Para tanto, Maria Laura Franco (2008) nos ajudou na organização de fases para realização das análises. Para a autora, inicialmente, realizamos uma pré-análise do material coletado, a fim de “sistematizar os “preâmbulos” a serem incorporados quando da constituição de um esquema preciso para o desenvolvimento das operações sucessivas e com vistas à elaboração de um plano de análise” (Franco, 2008, p. 51). Assim, escolhe-se os documentos e constrói-se a formulação das hipóteses e objetivos, para, então, elaborar os indicadores da pesquisa.

Também, foram realizadas observações participantes e diretas em três atividades realizadas pela organização: Curso de Controle Social, II Encontro de Cuidado e Autocuidado para Ativistas Negras e uma oficina do projeto Mulheres Negras conversando sobre prevenção combinada e religiosidade, realizados durante o ano de 2023.

De acordo com Danielle Teixeira Queiroz (2007) a observação participante é um dos procedimentos metodológicos mais utilizados por pesquisadores que realizam pesquisas qualitativas. Consiste na inserção do/a pesquisador/a no interior do grupo observado, partilhando do cotidiano e produzindo sentidos sobre o que significa estar na situação estudada. Este procedimento é amplamente

---

<sup>11</sup> O roteiro da entrevista semiestruturada em profundidade está disponível no apêndice desse trabalho. A relação das categorias encontradas nos discursos das ativistas estão disponibilizadas no link: [https://docs.google.com/spreadsheets/d/129257ldU6rKdu96BmmCypUS4zHkRhbwT\\_BNy4AY8vvY/e\\_dit#gid=616413967](https://docs.google.com/spreadsheets/d/129257ldU6rKdu96BmmCypUS4zHkRhbwT_BNy4AY8vvY/e_dit#gid=616413967)

utilizado nas produções das ciências sociais, sobretudo, no campo da antropologia social. Sua conceitualização inicia-se com os estudos de campo do antropólogo Bronisław Malinowski (1922), ao realizar pesquisa etnográfica, a partir das observações participantes com os nativos da Ilha Trobriand na Papua-Nova Guiné.

Meu apreço com estudos que consideram a observação participante e direta como ferramenta metodológica parte da minha formação em Ciências Sociais. Compreendi, com a realização do mestrado na área da ciência, tecnologia e sociedade que estudos etnográficos, com perspectivas sociológicas e antropológicas são de grande contribuição para esse campo. A partir dos estudos da etnometodologia, por exemplo, podemos perceber como as pessoas “reconhecem, produzem e reproduzem ações sociais e estruturas sociais” (Heritage, 1999, 323). Busca-se compreender, assim, quais são as propriedades do conhecimento daquele grupo social com relação à sociedade, como este conhecimento é empregado por estes agentes e de que maneira este conhecimento pode ser analisado em estudos sociais.

O conceito de interseccionalidade, elaborado e debatido por diferentes autoras negras (Collins, 2019, Crenshaw, 2002, Akotirene, 2019, Collins; Bilge, 2020), nos auxiliou teórico-metodologicamente a apreender a relação entre a interseccionalidade e as ações, mobilizações, falas e agendas realizadas pela RMN-PR. O campo teórico aqui apresentado nos auxilia a constatar as produções acadêmicas de mulheres negras para além dos limites da universidade, apresentando-se como um caminho para expressar as práticas coletivas de uma organização de mulheres negras no estado do Paraná.

O compromisso interseccional com o ethos da justiça social se relaciona com a práxis e Collins e Bilge (2020) nos conduzem quanto a necessidade de uma práxis interseccional que possa orientar as ações de grupos e movimentos sociais. Assim, as autoras analisam que a interseccionalidade pode e deve ser utilizada enquanto uma ferramenta política de combate às desigualdades sociais e a distintas formas de opressão.

Estudos relacionados ao campo CTS já apresentaram análises que adentraram o campo de estudos sobre gênero e raça. A autora Teresa Lauretis (1994), ao propor o conceito de tecnologia de gênero, analisa que gênero seria um “produto de diferentes tecnologias sociais, de discursos, epistemologias, práticas

e críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (Lauretis, 1994, p. 208).

Rosa e Strieder (2019), ao debaterem sobre diferentes perspectivas do campo CTS, nos relembram o conceito de adequação sociotécnica trazido por Renato Dagnino, que considera que o desenvolvimento da CT se dá a partir de uma construção entre grupos sociais e diálogos de saberes, “logo, decisões políticas e que deve atender demandas não apenas do campo técnico-científico, mas também de diferentes aspectos valorativos, como social, econômico, ambiental, entre outros” (Rosa, Strieder, 2019, p. 18).

Dagnino (2020) defende que é fundamental a transformação de problemas sociais em problemas de pesquisa e, posteriormente, em problemas de conhecimento, opõe-se à divisão entre ciência e tecnologia, especialmente, criticando a visão que pensa a ciência como produtora de tecnologias neutras. O conhecimento produzido pela sociedade sempre foi o que hoje chamamos de “ciência, tecnologia, religião, credíes, resultado de tentativas e erros ou da observação empírica” (Dagnino, 2020, p. 45).

Compartilhando da análise de Dagnino (2020), Ana Teixeira dos Santos (2017), em sua dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (UTFPR), intitulada «Tranças, turbantes e empoderamento de mulheres negras: artefatos de moda como tecnologias de gênero e raça no evento Afro Chic (Curitiba-PR)», apresenta o conceito de tecnologias de gênero e raça. A pesquisadora afirma que essas tecnologias são utilizadas para perceber a construção da materialidade dos corpos, sendo o gênero e a raça marcadores naturalizados. Como exemplo, podemos pensar sobre as tecnologias de poder utilizadas para moldar os corpos de mulheres negras durante a história. Os referenciais de beleza, modernidade e feminilidade, por exemplo, partiram de tecnologias de controle dos corpos dessa população.

No capítulo um, apresentamos o debate sobre feminismo negro e o caminho percorrido pelo movimento de mulheres negras no Brasil, não apenas academicamente, como também, através da prática de incidência política. É importante salientar que o movimento de mulheres negras no Brasil parte da prática de vida de mulheres negras e não deve ser lido, compreendido e analisado a partir de um lugar meramente acadêmico. Essas realidades se atravessam.

Desse modo, apresentaremos também o debate acerca das imbricações das relações de gênero, raça e classe, introduzindo o conceito de interseccionalidade à essa pesquisa.

No capítulo dois, realizamos um resgate histórico sobre as concepções de ciência e tecnologia (C&T) e o mito do progresso infinito, demonstrando de que maneira os discursos sobre C&T foram instituídos socialmente, apresentando posteriormente, a teoria crítica em ciência e tecnologia. Além disso, em diálogo com autoras(es) brasileiras(os) e latino-americanas(os), apresentamos algumas das técnicas e tecnologias que corroboraram com a perpetuação do racismo estrutural no Brasil. Posteriormente, apresentamos o debate sobre tecnologias de poder e saber, resgatando alguns diálogos sobre tecnologia e racismo, além da utilização dessas tecnologias no contexto paranaense. Também, em diálogo com a teoria crítica em CTS, apresentamos o debate acerca da racialização dos artefatos tecnológicos, demonstrando possíveis apropriações contra hegemônicas, considerando também, as resistências do movimento negro no estado do Paraná.

No capítulo três, apresentamos a organização Rede de Mulheres Negras do Paraná (RMN-PR), expondo o contexto de sua criação, bem como os projetos desenvolvidos por estas mulheres desde 2006. A partir daí, apresentamos a análise das observações realizadas em campo a partir de três agendas institucionais. Posteriormente, com as entrevistas semiestruturadas, apresentamos as percepções, entendimentos e possíveis usos das tecnologias pelas mulheres negras desta organização, dialogando também com a teoria interseccional e o conceito de dispositivo de racialidade. Nesse sentido, os entendimentos sobre tecnologia caminham por diferentes esferas: seja na produção de conhecimento, no ativismo, na coletividade ou ainda, a partir de percepções sobre utilização de artefatos tecnológicos no ativismo da organização.

Por fim, é importante salientar que a construção dessa pesquisa busca ser parte de uma rede de produções, ativismos e resistências de mulheres negras, constituindo-se como parte de um posicionamento contra hegemônico e de afirmação dos conhecimentos e saberes de mulheres negras no estado do Paraná. Desse modo, os discursos registrados durante a realização das entrevistas compõem todo o escopo do trabalho.

### **Apresentando as interlocutoras da Rede de Mulheres Negras do Paraná**

Antes de adentrarmos aos capítulos, se faz necessário a apresentação das interlocutoras desta pesquisa. Como nos afirma Neusa Santos Souza (1983) é preciso um compromisso com o registro daquelas que têm sido historicamente excluídas e oprimidas pelos setores hegemônicos. Esse compromisso parte do entendimento da importância dessas histórias para a popularização das práticas, saberes, conhecimentos, organizações, resistências e tecnologias vivenciadas e construídas por mulheres negras.

Assim, considerando esse compromisso, me orientei por trabalhos que foram elaborados a partir de uma perspectiva contra hegemônica que visa valorizar as historicidades e discursos das interlocutoras em pesquisas, ocupando lugares de sujeitas na construção desses trabalhos.

Desse modo, ao ler a tese de Sueli Carneiro (2005), reeditada em 2023 a partir da publicação do livro *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como Não-Ser como fundamento do Ser*, podemos nos embasar a partir de noções desenvolvidas no âmbito da coleta de depoimentos que foram utilizadas na construção de sua tese. Carneiro trabalhou com depoimentos de militantes e intelectuais negros, ressaltando sua identificação pois considera essencial tratamento com “o devido respeito e reconhecimento a esse estatuto que de fato lhes pertence e os constitui, e, assim, no contexto desse livro, como portadores da autoridade da fala sobre o tema que nos propomos trabalhar” (Carneiro, 2023, p. 156). Nesse mesmo caminho, ao encontrar o trabalho de Silvana Santos Bispo (2011), compreendi que era possível a realização de uma dissertação em que as fontes fossem devidamente nomeadas, sendo uma estratégia política de visibilidade das contribuições dessas mulheres negras como sujeitas participantes da pesquisa.

Como nos afirma Neusa Santos Souza (1983, p. 17), “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade”. No processo de elaboração do roteiro semiestruturado das entrevistas, optei pela construção de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que também afirmasse a identificação das entrevistas, o que foi aceito e assinado por

todas após a devida leitura.

Dessa forma, indico abaixo a apresentação de todas nós, interlocutoras desta dissertação:

#### 1. Alaerte Leandro Martins

O meu nome é Alaerte. A minha família é toda do Paraná. Sou quilombola, do município da Lapa, de duas comunidades quilombolas. A família do meu pai é da família do Feixo, e eu sou da **comunidade** da minha mãe, da comunidade da Restinga. Nasci, de fato, em Mafra, Santa Catarina, mas porque a minha mãe estava lá. Sou a única da família que nasceu fora da Lapa, mas já voltei para Lapa com nem um ano de idade, passei minha vida toda lá

#### 2. Camila Matos

Me chamo Camila Matos. Eu sou natural do município da Lapa, sou filha de pais **negros**, sou neta de quilombola, do Feixo. Gostaria de trazer mais essa identidade como pessoa que traz esse sangue quilombola. O meu avô hoje é falecido e o sonho dele, desde criança, ele falava assim para todo mundo: “essa minha neta que vai ser professora” [...] e a primeira mensalidade da minha graduação foi ele que pagou. Hoje eu estou no último período, nos últimos suspiros, dentro da graduação de Sociologia na Unicesumar.

#### 3. Cleci da Cruz Martins

Sou professora da educação básica, formada em Matemática e Ciências Sociais e Mestra em Educação. Nasci na cidade de Toledo, Paraná, e cresci morando em cidades da região Oeste do Paraná. Meu pai e minha mãe são de Minas Gerais, e possuem ensino fundamental incompleto. Eu não cresci tendo contato com os meus avós, paternos e maternos, porque o meu avô materno, de quem eu sei um pouco da história, ele foi adotado, minha avó materna faleceu após 15 dias que minha mãe se casou com meu pai. Do meu lado paterno, meu pai também perdeu a mãe dele muito jovem, e aos 13 anos, ele já não morava mais com meu avô. Conforme eles contam é visível que a minha família toda, tanto do meu pai, quanto da minha mãe, os avós vieram de Minas, mas tanto meu pai quanto minha mãe também não conseguem trazer esse registro da memória devido as violências que as famílias negras, são acometidas e faz com que alguns laços sejam cortados. Inclusive, um elemento que me deixa feliz na conversa com as mais velhas da família é associação da minha personalidade com a da minha vó materna, a qual não tive o prazer de conhecer. A minha mãe sempre trabalhou como empregada doméstica e meu pai como operador de máquina pesada, operador de trator de esteira e serviços vinculados a agricultura. Eu sou a única filha do casal com ensino superior e isso é motivo de orgulho extremo para toda minha família, o que também me acarreta algumas responsabilidades.

#### 4. Juliana Chagas da Silva Mittelbach

Eu sou Juliana Chagas da Silva Mittelbach. Geralmente me chamam de Juliana Mittelbach. Eu tenho 41 anos, eu nasci em Porto Alegre. Meu pai é militar da Marinha, então com 2 anos de idade eu fui para o Rio de Janeiro, que foi onde eu fui criada, onde eu cresci, eu me desenvolvi. Eu vim para

Curitiba em 2004, porque eu fui chamada para fazer os exames admissionais de um concurso que eu passei aqui como Técnica em Enfermagem. Nesse período, minha mãe me inscreveu para fazer o vestibular e eu fiz o vestibular no final do ano e passei. Comecei em janeiro a trabalhar como Técnica em Enfermagem no estado e a fazer a graduação em Enfermagem aqui na UFPR [Universidade Federal do Paraná]. Eu fiz duas especializações depois que eu terminei a graduação, uma em Gestão Pública e outra em Saúde Coletiva. Fiz um mestrado na Universidade Federal do Paraná em Saúde Coletiva e o doutorado agora eu estou cursando na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, onde eu faço o doutorado em Saúde Pública e estou estudando a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. No ano passado eu fui candidata a deputada estadual e talvez no próximo serei candidata a vereadora.

## 5. Maryllia Reis

Eu me chamo Maryllia Helena dos Reis dos Santos. Eu tenho 23 anos e hoje eu trabalho na Rede de Mulheres Negras. Eu faço trabalho administrativo e atuo na representação política. Sou graduanda de Pedagogia. Também sou de terreiro.

*Figura 2 - As interlocutoras da RMN-PR*



Alaerte Martins, quilombola da Restinga, no município da Lapa-PR. Enfermeira, doutora em Saúde Pública (USP). Trabalhou durante sua trajetória profissional e de ativismo especialmente com a saúde da mulher negra. Tem como referência a sua avó materna e a sua mãe, Setembrina e Dolores.



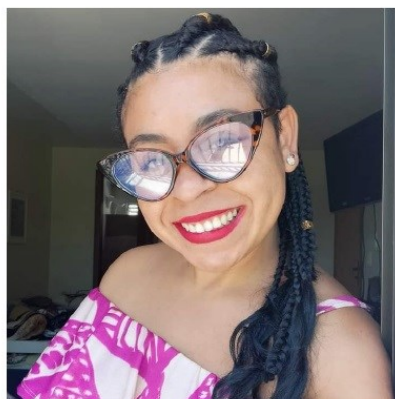
Cleci Martins, professora da educação básica, formada em Matemática e Ciências Sociais e Mestra em Educação. Nascida na cidade de Toledo-PR, cresceu em cidades da região Oeste do Paraná.

*Fonte: Arquivo RMN-PR*

*Figura 3 - As interlocutoras da RMN-PR*



Maryllia Reis, 23 anos, curitibana, graduanda em Pedagogia. Trabalha na RMN-PR na área educacional, administrativa e na representação política. Ativista desde a infância. Tem como referência as mulheres negras de sua família.



Camila Matos, 33 anos, mãe do Joaquim e filha de Esú. Neta de quilombolas do Feixo, socióloga, natural da Lapa-PR. Atua na representação política e é atual coordenadora executiva adjunta da RMN-PR (2024/2027). Tem como referência sua família e ancestralidade quilombola.



Julliana Mittelbach, 41 anos, gaúcha. Enfermeira, mestre em Saúde Coletiva (UFPR) e doutoranda em Saúde Pública na Fiocruz, estuda a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Foi coordenadora executiva adjunta da RMN-PR (2020/2023).

*Fonte: Arquivo RMN-PR*

Todas as interlocutoras fazem parte de uma geração de mulheres negras que está inserida na universidade, nos serviços públicos, nas exceções, como retratei também a partir de minha própria história. São lugares, relatos e vivências que também buscam fugir dos lugares de renúncia da identidade negra, tão presente nos lugares de ascensão social, como nos relatou Neusa Santos Souza (1983), quando afirma que a ascensão social do negro no Brasil é marcada pela assimilação aos padrões brancos de relações sociais. A história dessas mulheres nos mostra como há resistências à submissão ideológica, como cada uma vivenciou processos de reconhecimento e valorização de sua própria identidade. Além disso, é importante ressaltar que o conteúdo das entrevistas semiestruturadas em profundidade compõe o escopo de todo trabalho, contribuindo valorosamente para os diálogos e análises das teorias apresentadas.

Entretanto, é importante salientar que não objetivei aqui, no decorrer da escrita deste trabalho, produzir um discurso de homogeneidade ou universalização das vivências dessas mulheres negras. Busquei aqui, conjuntamente, a partir da

apresentação da história, saberes e entendimentos dessas mulheres negras, reconhecer, apresentar e valorizar, dentro de uma instituição que historicamente é legitimada como produtora de conhecimento, como as ativistas da Rede de Mulheres Negras do Paraná são produtoras de tecnologias, sobretudo, construindo dentro desse espaço – e fora dele – redes de reconhecimento, resistências e coletividades.

## **1. NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE: MULHERES NEGRAS E OS REFERENCIAIS TEÓRICOS E POLÍTICOS**

Neste capítulo apresento alguns referenciais teóricos e políticos para o movimento de mulheres negras. Busquei compreender de que maneira a ação política das mulheres negras é mobilizada, dialogando também com referenciais de outros países colonizados. A escolha em destacar as obras de mulheres negras de diferentes espaços geográficos, demonstra a luta histórica pela visibilidade das desigualdades de gênero, raça e classe. O movimento de mulheres negras é plural e heterogêneo, assim, para realização desta pesquisa, optei metodologicamente, por focar nas referências bibliográficas apresentadas no decorrer do capítulo. Além disso, apresento o conceito de interseccionalidade que aqui foi utilizado como referência conceitual para a realização das análises empíricas extraídas do trabalho de campo. Por fim, demonstrando que para além das produções acadêmicas o movimento de mulheres negras constrói-se na esfera pública, abordamos alguns marcos históricos da organização destes movimentos.

### **1.1. Gênero, raça e classe: debatendo feminismo negro nas Américas**

Compreende-se que o gênero está, sobretudo, entrelaçado com diversas subjetividades e identidades da contemporaneidade. Tais identidades, como afirma Claudia Lima Costa (1998) são encaradas de forma heterogênea e construídas historicamente por discursos, práticas, temporalidades e densidades variadas. Assim, “o gênero nos permitiu teorizar com mais destreza as complexas e fluidas relações e tecnologias de poder” (Costa, 1998, p. 5).

O feminismo hegemônico, ainda que tenha sido construído com propósitos emancipatórios, demonstrou, no decorrer do tempo, como não conseguimos utilizar de uma categoria universal para analisar a situação e as opressões vivenciadas pelas mulheres. Judith Butler (2003, p. 34) argumenta que a pretensa universalidade da categoria mulher gerou um certo número de críticas por ser considerada normativa e excludente, pois a mesma era utilizada sem as marcações do privilégio de classe e de raça rejeitando a multiplicidade das interações culturais, sociais e políticas.

Luiza Bairros (1995), referência intelectual e política, argumenta que

Numa sociedade racista, sexista, marcada por profundas desigualdades sociais, o que poderia existir de comum entre as mulheres de diferentes grupos raciais e classes sociais? Esta é uma questão recorrente não totalmente resolvida pelos vários feminismos, que interpretam a opressão sexista com base num diferenciado espectro teórico político-ideológico de onde o movimento feminista emergiu (Bairros, 1995, p. 458).

Para além das teorias acadêmicas, o feminismo se apresenta enquanto uma ferramenta para ação política das mulheres. A partir desses saberes, constroem-se análises que transpassam a universalidade masculina e branca da produção de conhecimento. Segundo a antropóloga Cecília Sardenberg (2002), “a crítica à ciência tem figurado desde há muito tempo, como um dos principais pontos nas agendas feministas” (Sardenberg, 2002, p. 36 89).

Entretanto, para abarcar diferentes pautas e especificidades das realidades das mulheres, é necessário que mais vozes ecoem e sejam verdadeiramente ouvidas. Assim, o feminismo negro, tanto no Brasil e na América Latina quanto nos Estados Unidos, se apresentou como uma ferramenta política de mulheres negras.

A invisibilidade imposta às mulheres negras, como nos apresenta Jurema Werneck (2007), foi cercada por estereótipos em todas as regiões do mundo e não apenas no Brasil. A autora argumenta que a maneira pela qual as mulheres negras são insuficientemente representadas se dá a partir dos interesses de poder que têm primazia à população branca e o sexo masculino (Werneck, 2007, p. 2).

A categoria universal de mulher, pautando-se apenas nas opressões vivenciadas a partir do gênero, não é capaz de explicar a realidade de mulheres negras. Trago como exemplo o discurso proferido por Sojourner Truth (1851), mulher negra e abolicionista, na Convenção de Mulheres em Akron, Ohio. Truth é considerada pioneira nas articulações entre gênero, raça e classe, ainda no final do século XIX, com a indagação “E eu não sou uma mulher?” afirmando

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e aguentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Truth, 1851).

Para compreender as relações sociais considerando elementos raciais, de gênero e classe partimos de uma perspectiva que considera os efeitos da colonização na América Latina, sendo este fato um elemento essencial para a análise do processo de hierarquização das relações. Para María Lugones (2008), filósofa argentina e uma das principais vozes da abordagem decolonial que se consolidou a partir dos anos 2000, o feminismo hegemônico colonial é limitado a uma visão de mundo, abarcando papéis sociais e experiências de mulheres brancas ocidentais. Lugones (2008) argumenta pela necessidade de superação da colonialidade de gênero, que impôs a mulheres negras e indígenas um lugar de inferioridade, dominação e desumanização. Desse modo, compreende que as estruturas sociais, políticas e econômicas se mantiveram as mesmas após o fim do período colonial na América Latina. A teoria feminista decolonial articula gênero, raça, classe, sexualidade e nação a fim contrapor o colonialismo, imperialismo e a epistemologia hegemônica ocidental.

Partindo da organização política de mulheres negras que se viam invisibilizadas tanto no movimento negro - que se construiu com foco nas opressões raciais, mas que hesitavam em reconhecer as opressões de gênero - bem como, no movimento feminista - que possuía seu foco nas relações de gênero mas que ignoravam as situações vivenciadas com base nas relações raciais, mulheres negras norte americanas, como bell hooks<sup>12</sup> e Audre Lorde, organizaram-se politicamente a fim de afirmar a importância de abordagens que incluem questões nas quais gênero, raça e classe estão interligadas.

Um dos marcos dessa discussão se deu a partir das contribuições do manifesto Combahee River Collective em 1974 na cidade de Boston, Estados Unidos. Este coletivo organizado por mulheres negras, propôs um posicionamento político que afirmava a necessidade do compromisso da luta contra a opressão racial, sexual e de classe, verificando que tais opressões não se apresentavam de forma isolada, mas sim, eram imbricadas socialmente (Combahee River Collective, 1981). A compreensão da imbricação das opressões afirma a inseparabilidade das opressões de gênero, raça e classe vivenciadas pelas mulheres negras, além de afirmar a não hierarquização e/ou soma de opressões, como era difundido na

---

<sup>12</sup> bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, estadunidense que assina seus livros em letras minúsculas e tem em suas avós a origem de seu pseudônimo.

época.

A socióloga Patricia Hill Collins, em seu livro *Toward a new vision: race, class, and gender and categories of analysis and connection*, ainda em 1989, teceu críticas às teorias que partem de uma análise dicotômica dos marcadores sociais. Segundo a autora, pensar as opressões de forma aditiva e dicotômica implica em hierarquizá-las, afirmando que, “quando se soma diferentes formas de opressão, se tem uma grande opressão que é maior que a soma de suas partes” (Collins, 1989, p. 5). Embora compreenda que os diferentes marcadores sociais compõem as experiências de mulheres negras, não podemos negar que estes marcadores são igualmente visíveis e/ou têm a mesma importância social para todas.

Em seu livro “Mulheres, Raça e Classe” (2016), Angela Davis tece uma crítica aos movimentos marxistas ortodoxos que afirmam que a classe é o elemento estrutural mais importante. Nos termos de Davis (2016)

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (Davis, 2016, p. 12-13).

No mesmo caminho, a antropóloga colombiana Mara Viveros Vigoya (2008) afirma que “la teoría de género muestra que no es posible entender ni la clase ni la raza ni la desigualdad social sin considerar constantemente el género y viceversa” (Vigoya, 2008, p. 172).

bell hooks, por outro lado, argumenta que “[...] há muitas evidências que justificam o fato de que a identidade de raça e classe gera diferenças no status social, no estilo e qualidade de vida, que prevalecem sobre a experiência que as mulheres compartilham” (hooks, 2015, p. 197). Em seu livro “Teoria Feminista - da margem ao centro” (2019), a autora observa que a interligação do caráter entre gênero, raça e classe transforma a perspectiva feminista e o caminho das produções teóricas. Desse modo, a autora argumenta que sua consciência feminista foi moldada pela experiência pessoal de exploração sexual e de discriminação, percebendo que as análises feministas vigentes não foram o

principal fator de formação dessa consciência (Hooks, 2019).

Ainda na visão de hooks (2015, p. 197), “o sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade”. Para a autora, ser oprimida significa a ausência de opções, sendo esse o ponto principal de contato entre o oprimido e o opressor. Esta é uma das principais críticas das feministas negras que considera que a luta feminista pelo fim da opressão das mulheres ignora, em muitos aspectos, questões de raça e classe. Deste modo, as mulheres negras afirmam que a construção da identidade feminina deve ser entendida a partir de diferentes pontos.

Patrícia Hill Collins (2015) nos alerta para a necessidade de construção de novas visões sobre o que é opressão e novas categorias analíticas “que incluam raça, classe e gênero como estruturas de opressão distintas, mas imbricadas” (Collins, 2015, p. 14). Além disso, a autora ressalta a importância de pensar que as experiências de raça, gênero e classe moldam as perspectivas de mundo de todos os grupos sociais e não apenas dos oprimidos nessa estrutura de poder. Collins (2015) afirma que “uma maneira de desumanizar uma pessoa ou um grupo é negar-lhes a realidade de suas experiências” (Collins, 2015, p. 26).

A autora destaca ainda a importância das mulheres negras se identificarem enquanto feministas negras. Tal identificação, desestabiliza o racismo inerente ao feminismo que o apresenta como uma ideologia e um movimento político que foi elaborado pensando somente na perspectiva branca. Nas palavras de Sueli Carneiro (2013), Collins elencou os temas fundamentais para o feminismo negro, dentre eles destacam-se “[...] o legado de uma história de luta, a natureza interconectada de raça, gênero e classe e o combate aos estereótipos ou “imagens de autoridade” (Carneiro, 2013, p. 05).

Segundo Angela Davis (2018, p. 21), o feminismo negro surge do esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis no contexto social em que vivemos. Para as mulheres negras, não há a possibilidade de construção de teorias que não abarquem a realidade vivenciada diariamente. Ainda segundo Davis (2018), o mais adequado seria compreender como as intersecções e interconexões entre o movimento negro e o movimento de mulheres eram vivenciadas pelas mulheres negras. As práticas políticas dessas

autoras nos apontam para uma perspectiva da realidade que ultrapassa os olhares da academia, construindo instrumentos teóricos capazes de analisar a realidade das mulheres negras.

## **1.2. Movimento negro, movimento de mulheres negras e feminismo negro no Brasil**

Historicamente mulheres e homens negros se articulam a partir da organização de movimentos sociais que servem, até a atualidade, como exemplo de mobilização social antirracista. O Movimento Negro tem um papel fundamental na inclusão das questões raciais nas agendas políticas e na elaboração de políticas públicas para a população negra. As mobilizações sociais realizadas por este movimento contribuíram para o reconhecimento e para o combate às opressões sofridas pelos grupos vulneráveis e para a incorporação dessas questões nas políticas governamentais.

Segundo Matilde Ribeiro (1995), o ressurgimento dos movimentos feministas e negro no Brasil, ainda no contexto da ditadura militar na década de 1970, tem como eixo básico a luta pela democracia, extinção das desigualdades sociais e a conquista da cidadania.

Para Petrônio Domingues (2007) o movimento negro no Brasil pode ser dividido em três períodos distintos. O primeiro, abrange o período de 1889 a 1937 e destaca as ações iniciais do movimento, como a criação de grêmios, clubes e associações por ex-escravizados e libertos, além da imprensa negra, que combateu o preconceito racial. Nesse período, a Frente Negra Brasileira, criada em 1931 em São Paulo, foi uma das organizações mais destacadas, e contava com a participação majoritária de mulheres.

O segundo período ocorre entre 1945 e 1964 e é marcado pela criação da União dos Homens de Cor em Porto Alegre e pelo Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944, que teve como liderança Abdias do Nascimento e contou com a significativa participação de mulheres negras, sobretudo a partir de 1950, com a criação interna do Conselho Nacional de Mulheres Negras. O TEN surge como uma resposta à marginalização de artistas negros no cenário teatral brasileiro, dominado por atores e diretores brancos, e pela representação estereotipada de personagens negros nas produções teatrais. O TEN buscou também valorizar e

promover a cultura afro-brasileira, oferecendo um espaço para que atores negros pudessem interpretar papéis que não se limitassem a estereótipos racistas e subordinados. Também tinha uma forte dimensão educacional e política, buscando conscientizar a população negra sobre própria história.

O terceiro período vai de 1978 a 2000 e destaca a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, na cidade de São Paulo, especialmente, com a participação da juventude negra que estava presente nas universidades. Destacam-se nomes como de Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez. Influenciado tanto pela luta pelos direitos civis nos Estados Unidos quanto pelos movimentos de libertação dos países africanos, o MNU teve contribuições importantes, tais como: a crítica à democracia racial brasileira, a substituição do dia 13 de Maio pelo dia 20 de Novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, o combate aos estereótipos raciais, a demanda pela inclusão da história da África e do Negro nos currículos escolares, a valorização das religiões de matriz africana, a ressignificação do termo "negro" como autoidentificação racial e a criação de uma área específica de direito e relações raciais.

Domingues sinalizava, em 2007, sobre emergência do movimento hip-hop, que completou em 2023 cinquenta anos no Brasil. Esta pode ser entendida enquanto a quarta fase do movimento negro brasileiro. Ao adotar uma abordagem popular, o hip-hop utiliza a linguagem das comunidades periféricas e rompe com o discurso tradicional dos movimentos negros. Além disso, o hip-hop é um canal que a juventude negra manifesta sua rebeldia, contribuindo para redefinir o perfil dos ativistas dentro do movimento negro. Além de elevar a autoestima da população negra, através do rap, o movimento difunde uma forma artística cujas letras não só denunciavam questões raciais e sociais, mas também costuram uma aliança entre o ativismo e a expressão artística negra.

A antropóloga Angela Maria de Souza (2009), analisando as práticas do movimento hip-hop no sul do Brasil e em Portugal, verifica que este movimento conecta, em diferentes esferas, a realidade vivenciada pelos jovens, sobretudo negros, nas periferias. A partir das suas próprias vivências, esses jovens expandem a compreensão e o debate sobre questões étnico-raciais, de gênero e de migração dentro dos contextos urbanos.

O movimento negro, a partir da década de 1970, denunciava a representação

negativa da população negra no Brasil e buscava valorizar aspectos culturais da população negra a partir da valorização da ancestralidade negra. Sales Augusto dos Santos (2007), na elaboração de sua tese de doutoramento afirma que

O revigoramento dos Movimentos Sociais Negros, por meio do surgimento do MNU em 1978, bem como com o processo de redemocratização do país nos anos oitenta do século passado, surgem condições sociais para o florescimento de uma geração de intelectuais negros oriundos também dos Movimentos Sociais Negros (Santos, 2007, p. 230)

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) representa um grande avanço no debate sobre a discriminação racial, pautando-se pela igualdade de direitos. No seu artigo 5º afirma que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Além disso, o racismo configura-se enquanto crime inafiançável e imprescritível, nos termos do inciso XLII.

O movimento de mulheres negras seguiu combatendo o discurso de identidade nacional e das visões hegemônicas difundidas também pelo feminismo. Em seu artigo “Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”, Sueli Carneiro (2013), destaca de que maneira a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra mulheres negras e indígenas no Brasil e na América Latina, juntamente com a miscigenação, é a base de nossa identidade nacional. Essa violência sexual colonial também estabelece as hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade.

Segundo a autora, embora possa ser considerado como história do período colonial, esses elementos permanecem vivos no imaginário social e adquirem novas formas em uma suposta ordem social democrática, que mantém as relações de gênero e raça estabelecidas durante a escravização. As mulheres negras têm uma experiência histórica única que o discurso clássico sobre opressão feminina não reconhece, assim como não leva em conta o impacto qualitativo que essa opressão teve e continua tendo na identidade das mulheres negras. Assim,

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos

contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (Carneiro, 2013, p. 1)

Partindo de uma análise histórica das relações de exploração na sociedade brasileira, Lélia Gonzalez (1979), em sua comunicação apresentada no 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association realizado em Pittsburgh, intitulado “Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher” demonstra de que maneira o gênero e a etnicidade – mulheres e a população negra – são manipulados ou determinam, no caso brasileiro, níveis mais baixos de participação na força de trabalho. Para tanto, a autora constata que esta compreensão não pode ser realizada apenas com um viés econômico, sendo necessária a análise de práticas políticas, sociais e ideológicas<sup>13</sup> (Gonzalez, 1979, p. 28).

A argumentação da autora tem como referencial o sociólogo argentino Carlos Hasenbalg (1979), autor da obra “Discriminação e desigualdades raciais no Brasil”. Raça não pode ser analisada unicamente enquanto subordinada à posição de não brancos no sistema de estratificação social. Ao invés disso, atributos como educação, mobilidade social, aspectos demográficos etc. devem ser levados em consideração. Assim, “[...] a proposição mais geral é a de que raça opera como um critério com uma eficácia própria no preenchimento, por não brancos, de lugares na estrutura de classes e no sistema de estratificação social” (Hasenbalg, 1979, p. 113- 4).

Os atributos que compõem os elementos estruturantes do racismo também foram apresentados pelas mulheres da Rede de Mulheres Negras do Paraná. Considerou-se elementos atravessados pela regionalidade, trabalho, educação e aspectos raciais e de gênero, conforme relatado por Cleci Martins a seguir

---

<sup>13</sup> Nos termos de Althusser (1967) podemos definir ideologia como “uma representação do real, mas necessariamente falseado, porque é necessariamente orientada e tendenciosa – e é tendenciosa porque seu objetivo não é dar aos homens o conhecimento objetivo do sistema social em que vivem, mas, ao contrário, mantê-los em seu “lugar” no sistema de exploração de classe.” Lélia Gonzalez (1979) conclui que “a eficácia do discurso ideológico é dada pela sua internalização por parte dos atores (tanto beneficiários quanto os prejudicados), que o reproduzem em sua consciência e em seu comportamento imediatos” (GONZALEZ, 1979, p. 34).

Eu cresci na região Oeste do Paraná, sendo muitas vezes a única [negra] na escola, vindo de uma família que muitas vezes a gente tinha que se silenciar perante os atos racistas, porque meu pai e minha mãe acabavam tendo que trabalhar para essas famílias [...] por conta de vamos dizer, de manter as boas relações e não se prejudicar. Eu brigava na escola, por quê? Porque me chamavam de macaca. E meu pai e minha mãe falavam, você não pode levar desaforo para casa. Então, a gente acabava resolvendo na escola. No entanto, quando esse xingamento vinha de algumas pessoas que tinham certo status no município, a gente tinha que realmente se calar e não se manifestar perante essas acusações.

Elementos de classe também se imbricam às relações de raça e gênero e foram destacados por Juliana Mittelbach ao tratar sobre sua permanência na universidade e de que maneira sua realidade foi atravessada por esses elementos, considerando também seu ingresso no ativismo.

Quando eu entrei na universidade, já por conta desse monte de racismo que sofri ali dentro, eu fui para o movimento estudantil, participei de duas gestões do DCE [Diretório Central dos Estudantes]. Logo que entrei na universidade, lutando por políticas de permanência estudantil, muita galera negra que entrou na política de cotas tinha dificuldade de acessar tudo aquilo que a universidade oferecia e eu fui uma das pessoas que na universidade não conseguia participar de um grupo pesquisa, grupo de discussão, qualquer coisa desse tipo porque eu trabalhava, precisava me sustentar, garantir a minha comida. Então, eu fazia faculdade de manhã e trabalhava à tarde e isso foi me levando para outros lugares, né? E aí, dentro do trabalho, eu me identifiquei com o sindicato, exatamente nessa luta por entender que apesar da enfermagem ser uma profissão majoritariamente negra, a gente está nos piores postos de trabalho, geralmente da iniciativa privada, ganhando um salário muito pequeno. E essa necessidade da gente se organizar, como mulher, como negro e como trabalhador.

Dialogando com o sociólogo argentino, Lélia Gonzalez (1979) cita a seguinte passagem: “o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição” (Hasenbalg, 1979 apud Gonzalez, 1979, p. 34). Desse modo, a população branca detentora dos meios de produção seriam beneficiárias diretas da exploração e superexploração da população negra, enquanto a maioria dos brancos recebem seus dividendos do racismo, seja a partir de vantagens competitivas no preenchimento de posições de trabalho, seja na estrutura de classes, recebendo recompensas simbólicas e materiais (Gonzalez, 2020).

Observando aspectos culturais e políticos das relações raciais, a autora afirma

que a população branca foi, historicamente, beneficiada pela exploração da população negra. Nessa perspectiva, o colonialismo, capitalismo e o imperialismo operam também a partir de uma mais valia psicológica, cultural e ideológica do colonizador. No Brasil, operacionalizou-se com políticas de embranquecimento da população, pela miscigenação e o mito da democracia racial, que geraram uma alienação sobre o passado da população negra e tem como consequência a negação, o silenciamento e invisibilização dessa população nas estruturas de poder. Discursos como “preto de alma branca” ou “se põe no seu lugar” são exemplos da dominação de uma supremacia branca que ultrapassam relações econômicas.

Sueli Carneiro (2013) considera que o racismo determina a hierarquia de gênero em nossa sociedade, assim o feminismo negro “construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas [...] tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero” (Carneiro, 2013 p. 02).

Ainda em 2003, Sueli Carneiro expôs a relação entre gênero e raça ao afirmar que a produção de gêneros subalternizados parte de variáveis como raça, tanto com relação às mulheres negras, como na produção de masculinidades negras. Segundo a autora, o racismo rebaixa o status dos gêneros e “ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes” (Carneiro, 2003, p. 03).

Devemos então, enegrecer o feminismo, instituindo uma agenda do movimento de mulheres negras, que abarque as especificidades dessa população. Segundo Carneiro (2013)

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras. (Carneiro, 2013, p. 3).

Citando Lélia Gonzalez, podemos entender o lugar da mulher negra no feminismo da seguinte forma:

Padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constitui-se em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo (Bairros, 2000, p. 57 apud Carneiro, 2003, p. 120).

O mito da democracia racial é uma ferramenta que historicamente foi utilizada para a perpetuação do racismo em nossa sociedade. Ao considerarmos que, na sociedade brasileira, somos todos “iguais”, ignoramos as diferenças estruturais produzidas pelo racismo a homens e mulheres negras(os). Assim, ignoram-se fatores essenciais para o combate ao racismo e ao sexismo, como por exemplo, como cita Sueli Carneiro (2013), a ausência de dados referente à saúde da mulher negra nos registros da saúde pública.

Partindo desse pressuposto, Gonzalez (2020) argumenta que as mulheres negras enfrentam espanto e indagações de feministas brancas quando se explicita a superexploração da mulher negra, sobretudo, a exploração de mulheres negras por mulheres brancas e de classes sociais dominantes. Para a autora, na produção acadêmica, por exemplo, o racismo e o estudo do grupo por ele afetado é tratado como objeto de estudo e não como sujeito, “consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele e ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores” (Gonzalez, 2020, p. 43-44).

Com a mobilização constante dos movimentos sociais negros pela reparação frente às desigualdades impostas pela colonização e que ainda hoje afetam a população negra, podemos salientar que este cenário vem se modificando na última década, pela instituição da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que possibilitou o crescimento do ingresso da população negra nas universidades. Dados da PNAD contínua (2019) informam que as mulheres negras (pretas e

pardas) são hoje, o maior grupo nas universidades públicas (27%).

A aprovação da Lei de Cotas Sociais e Raciais nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (Lei nº 12.711/2012) colaborou para a transformação do movimento negro no Brasil no século XXI. Também não podemos deixar de mencionar a Lei de Cotas Raciais nos concursos públicos federais (Lei nº 12.990/2014) e a Portaria nº 13/2016 do Ministério da Educação que induziu as cotas raciais na pós-graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior. A implementação dessas leis é considerada um passo importante ao combate ao racismo institucional no Brasil, sendo resultado de anos de luta dos movimentos sociais negros.

A importância das leis que visam a reparação no acesso educacional da população negra foi abordada também por Juliana Mittelbach durante a realização das entrevistas. Juliana relata que o ingresso na universidade, a partir da Lei de Cotas Raciais, abriu um caminho de possibilidades em sua realidade.

Grande parte das perspectivas de futuro que eu tinha no lugar onde vivia, era daquelas meninas engravidarem cedo. Ser mãe, construir família, porque na minha família não tinha nem ninguém com faculdade. Quando eu estava na quarta série, a minha mãe voltou a estudar comigo, foi fazer o ensino médio. Ia para a escola para fazer a quarta série e ela ia fazer o ensino médio. Então a minha visão de sucesso era conseguir chegar na graduação, fazer uma faculdade seria o ápice do sucesso daquilo que eu conhecia na minha realidade, eu achava que se eu chegasse numa faculdade, eu tinha ido muito longe da minha vida, porque não era uma realidade do lugar que eu estava. As mulheres, a maioria que tinham bom emprego, passavam num concurso público, num cargo de nível médio e era isso. Então eu me lembro que quando eu passei na faculdade, no primeiro concurso da política de cotas, eu não consegui acreditar. Eu passei na primeira fase e eu tinha certeza de que eles tinham errado na lista.

Sueli Carneiro (2023) analisa que adentrar ao espaço universitário não significa a superação dos estigmas e estereótipos impostos às pessoas negras, mas sim, um momento de confrontação final, no campo do conhecimento, do negro com os mecanismos que o assombra ao longo de toda sua trajetória escolar. Para Juliana, adentrar a universidade não era algo realizável ou possível, visto que esta era uma realidade muito distante da vivenciada por ela e seu meio social.

Eu fiquei pensando: Será que eles vão corrigir? Tanto que eu nem peguei a lista dentro do banco para olhar, não tinha nem menor expectativa de passar. E aí, quando eu passei passado mesmo na segunda fase, eu também não estava na expectativa de que isso fosse acontecer, porque isso

não era para mim. Não era uma realidade possível, não era algo que eu me identificasse. Quem que estava numa universidade pública que eu conhecesse? Ninguém, ninguém [...] E aí, quando eu entrei na universidade, demorei a acreditar. Eu acho que eu só acreditei que eu passei no meu primeiro dia de aula.

Ao olharmos para as pautas trazidas por estas mulheres, considerando aspectos raciais, de gênero e de classe, compreendemos a necessidade de articulação entre as demandas existentes e a cobrança pela participação das mulheres negras nos espaços públicos de decisão e participação social. Desse modo, as mulheres negras vêm articulando, nas últimas décadas, pela inserção das demandas da população negra nos espaços nacionais e internacionais de participação política.

As transformações sociais, enquanto resultado do aumento da participação da população negra nas instituições de ensino superior, poderão ser analisadas a partir da ampliação do debate antirracista na sociedade brasileira, bem como pela crescente disseminação de conteúdos sobre feminismo negro e a elaboração de categorias de análise social – como a interseccionalidade – no espaço acadêmico e fora dela.

### **1.3. Conceitualizando o que foi dito e repetido: interseccionalidade**

Como explicitado anteriormente, o debate feminista negro que engloba relações de raça, gênero e classe é muito anterior às formulações do conceito de interseccionalidade, atualmente difundido tanto nos movimentos sociais feministas – sobretudo negros – quanto na academia. Tais formulações iniciam-se a partir das lutas sociais de mulheres negras e lésbicas, ultrapassando as fronteiras da academia. É importante salientar que o conceito de interseccionalidade não busca fixar as experiências de mulheres negras, tampouco, pode ser utilizado como homogeneizador de relações e histórias que são plurais. Entretanto, como argumenta Silvana Santos Bispo (2011, p. 17) “é significativo pensar tais noções como estruturantes para o processo de invisibilidade, opressão e variadas estratégias de desqualificação, vividas cotidianamente pelas mulheres negras”.

Carlos Henning (2015), ao realizar extensa revisão bibliográfica sobre o conceito de interseccionalidade, analisa que diferentes autoras (Hulko, 2009;

Viveros Vigoya, 2008; Davis, 2008; Denis, 2008; Brah, 2006, 2007; Knapp, 2005; Brewer, 2005; Brah E Phoenix, 2004) já apontavam para a necessidade de análise social feminista considerando as imbricações ocasionadas por raça, gênero, classe, sexualidade dentre outros marcadores sociais. A relevância do manifesto construído pelo Combahee River Collective – iniciado na década de 1970, como citado anteriormente – reafirmava a evidência das ações políticas de mulheres negras que se viam invisibilizadas no movimento negro e por feministas brancas. Assim, o “Combahee River Collective organizado exigiu ação e reconfigurou, de fora, a academia através da escrita de um documento fundamental saído das lutas” (Brewer, 2005, p. 355).

Enquanto conceito, interseccionalidade é anunciado pela jurista Kimberlé Crenshaw em seu artigo intitulado “Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas” ainda em 1989. Crenshaw (2002) define a interseccionalidade como a expressão pela qual “o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Crenshaw, 2002, p.177). Além disso, a autora apreende a forma como ações políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Como não podem ser compreendidas sob um único enfoque, gênero, raça e classe também não atuam de forma isolada nas relações sociais. Assim, tais categorias de análise se intersectam e se modificam, mutuamente, uns aos outros (Sanderberg, 2015, p64). A partir dessa percepção, a interseccionalidade se apresenta como um instrumento teórico-metodológico à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado. Carla Akotirene (2019) argumenta que as mulheres negras são atravessadas repetidas vezes pela sobreposição de gênero, raça e classe.

Ao longo do tempo, o conceito de interseccionalidade vem sendo analisado, debatido, reformulado e incorporado a correntes epistemológicas e é utilizado como uma ferramenta teórico-metodológica nos movimentos sociais e políticos não apenas de mulheres negras, abarcando as diferentes formas de se vivenciar gênero, raça e classe.

As sociólogas Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) definem a interseccionalidade como uma “[...] ferramenta analítica que dá às pessoas um melhor acesso à complexidade do mundo e de si mesmas” (Collins; Bilge, 2020, p. 02). As autoras argumentam que as condições da vida social e política raramente podem ser analisadas a partir de um fator, “eles são geralmente moldados por muitos fatores de maneiras diversas e que se influenciam mutuamente” (Collins; Bilge, 2020, p. 02).

Entretanto, como salienta Angela Davis (2008, p. 79 apud Henning, 2015, p. 98-99) a “interseccionalidade [...] encoraja a cada acadêmica feminista a se envolver criticamente com suas próprias hipóteses seguindo os interesses de uma investigação feminista reflexiva, crítica e responsável”. Henning (2015) destaca que há uma profusão de visões contemporâneas sobre o conceito de interseccionalidade que é entendido, ao mesmo tempo como “como teoria, método, abordagem, paradigma, conceito, preocupação heurística, “lente de análise social”, base de trabalho analítico, metáfora analítica etc. (Henning, 2015, p. 101-102).

A partir dos estudos do feminismo negro e sobre a interseccionalidade, podemos compreender como os sistemas de opressões operam de forma múltipla. Assim como as dinâmicas de opressão se definem na convergência entre diferentes eixos, as formas de resistência e de organização coletiva são ativadas por experiências que não permitem isolar gênero, classe e raça (Biroli, Miguel, 2015, p. 22).

Juliana Mittelbach relembra das dificuldades enfrentadas nos movimentos sociais com relação a interseccionalidade:

Eu fui percebendo as dificuldades que a gente tinha no movimento sindical de trazer para a pauta principal a luta antirracista, a luta anti machista e no movimento de mulheres como era difícil trazer para a pauta principal a luta antirracista. No meio desse caminho eu me casei, eu tive filhos e aí ter filhos coloca a gente também em outro lugar da luta que faz a gente ter muitas preocupações como mulher negra, que uma mulher branca não tem. A gente percebe que algumas pautas não encontram espaço ou não reverberam, não ganham a visibilidade, não ganha importância em alguns lugares.

Carla Akotirene (2019) defende que as análises interseccionais são instrumento teórico-metodológico da epistemologia de mulheres negras e este fato não pode ser ignorado ou apagado. Para tanto, a interseccionalidade nos

instrumentaliza no campo das justiças mediadas, como por exemplo, nas dimensões jurídicas, políticas e de assistência. Assim, analisa que a interseccionalidade é uma dimensão prática e “precisamos do horizonte enquanto os navios estão atravessando, mas a fome de justiça depende da vida garantida agora” (Akotirene, 2019, p. 87).

Haveria um engano ao pensar a interseccionalidade apenas enquanto um conceito que abarca múltiplas identidades, pois “antes de tudo, [é] uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (Akotirene, 2019, p.). A interseccionalidade, segundo a autora, nos ajuda a compreender como as mulheres negras são discriminadas e estão posicionadas, por diferentes fatores, em avenidas identitárias, estando vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos. Demonstra-se assim, como a interseccionalidade é primordial para o entendimento das diferentes formas de violência impostas às mulheres negras, verificando como as estruturas sociais - políticas, jurídicas e econômicas – são atravessadas pela ótica interseccional.

Não seria então a interseccionalidade apenas a junção de diferentes categorias e, tampouco, estaria engessada a “gênero, raça e classe”. Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade pode fornecer os meios para lidar com outras marginalizações. Por exemplo, a raça também pode ser uma coalizão de pessoas heterossexuais e homossexuais e assim servir como base para crítica das igrejas e outras instituições culturais que reproduzem o heterossexismo.

A interseccionalidade é vivenciada e faz parte da luta de mulheres negras e latino-americanas, antes de tudo, fora do ambiente acadêmico. Collins e Bilge (2020) demonstram como a interseccionalidade compõe a luta dos movimentos sociais, sendo assim práxis da busca por alternativas que possam solucionar problemas sociais oriundos das desigualdades sociais. A “interseccionalidade não é apenas um método para se fazer pesquisa, mas é também uma ferramenta para empoderar as pessoas” (Collins; Bilge, 2020, p. 37).

As autoras argumentam que a interseccionalidade compõe as lutas dos movimentos sociais contra o avanço de diversas agendas neoliberais, xenofóbicas, fascistas, racistas etc. A luta por justiça social está imbricada ao conceito de interseccionalidade e, desse modo, não pode ser esvaziado por concepções acadêmicas neoliberais. Assim,

[...] salvar a interseccionalidade talvez envolva recuperar a interseccionalidade de pessoas que muitas vezes têm pouco ou nenhum compromisso com o ethos de justiça social da interseccionalidade. Isso também pode significar salvar a interseccionalidade de nós mesmas(os) se praticarmos a interseccionalidade como “negócios de sempre”, ou seja, apenas como mais um discurso acadêmico ou conteúdo especializado sem implicar a academia como um todo. (COLLINS; BILGE, 2020, P. 198),

Compreende-se, de acordo com Akotirene (2019), que a interseccionalidade é a experiência racializada e requer sair das caixas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e que servem às diretrizes ocidentais.

Com o debate epistemológico construído por pesquisadoras ativistas negras e latino-americanas, a interseccionalidade se apresenta como uma ferramenta teórica, metodológica e política capaz de aglutinar o debate sobre gênero, raça e classe, incluindo aquelas que foram excluídas das análises feministas hegemônicas. Autoras feministas negras que debatem a interseccionalidade, como as referências citadas nesse capítulo, nos convidam a pensar para além do debate epistemológico, apesar de compreenderem e reafirmarem a importância da evocação das vozes das mulheres negras em todos os espaços. A interseccionalidade proposta por estas autoras, entretanto, nos atenta também para aspectos muitos palpáveis das relações sociais.

Como exemplo, podemos pensar sob a ótica interseccional, a realidade da maternidade para as mulheres negras. Segundo a pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Janaína Feijó, 90% das mães solo no Brasil são negras<sup>14</sup>. Este fato impacta – e se intersecciona – em diferentes áreas da vida destas mulheres, como a renda, oportunidades de trabalho e acesso às políticas públicas.

Essa é uma diferença analisada também por hooks (2019, p. 104). Ao considerar a maternidade enquanto um obstáculo à libertação das mulheres, o feminismo branco e acadêmico, segundo a autora, ignorava a realidade de milhões de mulheres negras. O racismo e a falta de empregos, por exemplo, estariam no topo das reivindicações de mulheres negras por justiça social. Além disso, a maternidade não foi um obstáculo com relação ao trabalho pois, como sabemos, há

---

<sup>14</sup>Disponível em <https://mundonegro.inf.br/pesquisa-aponta-que-90-das-mulheres-que-se-tornaram-maes-solo-no-brasil-nos-ultimos-dez-anos-sao-negras/> Acesso em 26 de jun de 2023 às 13h34.

muito tempo as mulheres negras realizam trabalhos fora de seu ambiente doméstico.

A perspectiva relacionada ao mercado de trabalho e as políticas públicas voltadas às mulheres, em especial às mulheres negras foi também analisada por Juliana Mittelbach durante nossa entrevista.

Não tem problema que as mulheres negras sejam as que tenham as maiores vulnerabilidades, seja na renda, no estudo, na violência doméstica, obstétrica, feminicídio, estupro, agressões, porque está aceito, historicamente, essa população era açoitada nos espaços públicos, com chicotes, amordaçadas amputadas. Então tem uma cicatriz aberta ainda de séculos de entendimento que os negros e negras eram pessoas sub-humanas que o capitalismo mantém, porque isso garante que o sistema seja ainda mais violento e que ele tem ainda mais sucesso. Porque ele sempre pode dizer para aquele que eles consideram privilegiados “tem muita gente querendo o teu lugar” e isso impõe uma pressão e coloca as pessoas sempre num processo de disputa, de meritocracia, de alienação. [...] Está tudo bem que as mulheres negras são as que mais morrem no parto, porque elas não conseguem ter acesso a uma Unidade Básica de Saúde que funciona de 8 [horas da manhã] às 5 [horas da tarde], porque ela trabalha na informalidade e se ela não for trabalhar, ela não come. Então ela não consegue se liberar de um dia de trabalho, de um trabalho que ela não tem carteira assinada, para aí fazer o pré-natal. Apesar de há muito tempo a mulher branca ter entrado no mercado de trabalho a política pública ainda não se adaptou para a nova realidade das mulheres. De entender que a Unidade Básica de Saúde precisa funcionar final de semana ou até de noite, para que as mulheres possam levar seus filhos, para que as mulheres possam se cuidar. Agora, se ela ainda não se adaptou para a mulher branca, muito mais dificuldade tem as mulheres negras, que ainda são consideradas menos ainda.

Afirma-se, então, que a interseccionalidade, bem como as reivindicações e produções feministas devem ser utilizadas enquanto ferramenta política, formuladas através de uma prática feminista de transformação social que ultrapassa concepções teóricas. hooks (2019, p. 130) nos inspira nesse sentido, ao afirmar que “ se queremos transformar a nossa atual realidade, estes impulsos revolucionários têm de inspirar livremente a nossa teoria e a nossa prática”.

#### **1.4. Alguns movimentos de mulheres negras no Brasil**

O ano de 1975 foi declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher. Esse foi um ponto de referência para o surgimento de um novo momento sobre o debate feminista no Brasil, sobretudo, quando consideramos o momento histórico que o país se encontrava, a partir do golpe militar de 1964. De acordo com Kia Lilly Caldwell (2000) destaca-se a

importância do Manifesto das Mulheres Negras, apresentado durante o I Congresso de Mulheres Brasileiras, realizado em junho de 1975, no México. Esse é um marco para o reconhecimento formal das diferenças raciais dentro do movimento feminista brasileiro.

Caldwell (2000, p. 98) destaca que o Manifesto chama atenção para as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras, explicitando o impacto da dominação racial na vida das mulheres negras. Também, destacou de que maneira a dominação racial é marcada pelo gênero e a dominação de gênero marcada pela raça. O Manifesto aponta ainda a cruel herança relegada às mulheres negras, referindo-se à exploração sexual que foram impostas, resultando na “mulata”, considerada o único produto brasileiro que merece exportação.

Lélia Gonzalez (1984) destaca alguns eventos históricos para as mulheres negras e para o desenvolvimento do movimento negro no Brasil. Debates sobre o racismo e a exclusão dos negros do mercado de trabalho organizados pelo CEEA (Centro de Estudos Afro-Asiáticos) da Universidade Cândido Mendes, e coordenados pela historiadora Beatriz Nascimento, a partir de 1973. Esses debates resultaram na fundação, no Rio de Janeiro, do IPCN (Instituto de Pesquisa das Culturas Negras) em 1975 e da SINBA (Sociedade de Intercâmbio Brasil-África) em 1976 (Rodrigues; Prado, 2010).

Este debate foi acentuado em 1979, durante a realização do Encontro Nacional de Mulheres. Em relato, Lélia Gonzalez (2018; 1981), analisa que as falas das mulheres negras foram tidas enquanto emocionais e revanchistas. Ainda, tal posicionamento significou um duplo sintoma “de um lado, o atraso político (principalmente dos grupos que consideravam mais progressistas) e do outro, a grande necessidade de negar o racismo para ocultar uma outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca (Gonzalez, 2018, p. 48).

Matilde Ribeiro (2008), do Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais da PUC-SP, organizou valioso trabalho de sistematização das principais agendas de atuação do movimento de mulheres negras, considerando enquanto referencial temporal o marco da Constituição Cidadã de 1988 e os 100 anos da abolição da escravidão no Brasil. Referenciando a atuação das mulheres negras, importantes passos foram dados com o intuito de ampliação da participação política da

população negra nesses espaços. Como resultado da organização das mulheres negras, aconteceu no Brasil em 1988 o I Encontro Nacional de Mulheres Negras – IENMN. Verifica-se a partir desse marco, um “novo ritmo às formulações políticas e à inserção desse e dos demais setores discriminados na agenda social e política, em âmbito nacional e internacional” (Ribeiro, 2008, p. 988).

Ribeiro (2008) destaca algumas agendas que foram essenciais para a formação do movimento de mulheres negras no Brasil, a partir de 1985. Como exemplo, podemos citar os Encontros Nacionais de Mulheres, realizados em Garanhuns (PE) em 1987, Bertioga (SP) em 1989 e Caldas Novas (GO) em 1991. Além destes, podemos citar também os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe, ocorridos no Brasil em 1985, no México em 1987, no Chile em 1990 e em El Salvador em 1993. Em 1993 foi realizado o I Seminário Nacional das Mulheres Negras em Atibaia (SP), sendo que a segunda edição foi realizada no ano seguinte. Os seminários tiveram como objetivo a reflexão sobre as desigualdades de gênero e raça, o direito à terra, habitação e políticas públicas no campo da saúde sexual e reprodutiva das mulheres negras.

Espaços como o III Encontro Nacional da América Latina e do Caribe em 1985, sediado em Bertioga, São Paulo; o XIX Encontro Nacional Feminista em 1987, realizado em Garanhuns, Pernambuco; e o X Encontro Nacional Feminista, também em Bertioga, em 1989, apresentaram espaços de conflitos, porém, foram importantes para visibilizar a importância da questão racial dentro do movimento e pensamento feminista de âmbito nacional.

Matilde Ribeiro (1995) analisa que as pressões e críticas das mulheres negras com relação à ausência da pauta racial foi destaque nos encontros realizados, sobretudo, no IX Encontro Nacional de Mulheres, realizado em Garanhuns (PE). A partir daí, o movimento de mulheres negras ganha força em todo território brasileiro, se apresentando como uma alternativa ao feminismo tradicional (Lemos, 2006, p. 63)

Este novo ritmo da militância organizada de mulheres negras no Brasil pode ser constatado na organização de diferentes agendas políticas. A realização do I Encontro de Mulheres Negras é um importante marco neste contexto. Buscando criar seus próprios referenciais e considerando os 100 anos da abolição da escravidão no Brasil, o encontro contou com a participação de 450 mulheres

negras de 17 estados brasileiros, na cidade de Valença, Rio de Janeiro, em dezembro de 1988. Os objetivos gerais do evento são elencados no Boletim nº 01 do Encontro Nacional de Mulheres Negras, são eles:

Denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro; fazer emergir as diversas formas locais e luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes; elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política das mulheres presentes ao Encontro; estabelecer grupos de trabalho para registro e posterior retorno às participantes; realizar um diagnóstico da mulher negra; discutir as formas de organização das mulheres negras; elaborar propostas políticas que façam avançar a organização de mulheres negras colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, de forma unitária e diferentes vertentes políticas (Boletim..., 1988, p. 3).

Destaca-se também, a organização para participação da V Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Beijing na China em 1995. Também, na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul em 2001. Os desdobramentos dessas conferências são analisados por diferentes pesquisadoras e ativistas negras, que consideram a importante participação das organizações e ativistas negras brasileiras para a incidência política nesses espaços.

Em todo Brasil, há o surgimento de diferentes organizações de mulheres negras, sobretudo, a partir do início da década de 1980, intervindo de forma mais intensa no cenário político. Destacam-se a Organização de Mulheres Negras Maria Mulher, em 1987, o Instituto da Mulher Negra – Geledés, criado em 1988, a organização CRIOLA, fundada em 1992, o Instituto da Mulher Negra ODARA, criado em 2010.

O surgimento das organizações de mulheres negras no Brasil parte da necessidade de diálogo entre mulheres negras que esteja voltado às pautas específicas de gênero e raça, considerando as intersecções vivenciadas no cotidiano. Em seu artigo publicado em 1995, Matilde Ribeiro analisa que os movimentos feministas e negro surgem no Brasil na década de 70, num contexto de ditadura militar e tinha como eixo básico a democracia e a extinção das desigualdades sociais, assim como, a conquista da cidadania. Por outro lado,

avaliou que o movimento de mulheres partia de uma suposta igualdade entre mulheres, bem como, o movimento negro desconsiderava aspectos de gênero (Ribeiro, 1995).

Ainda que quase 30 anos depois da publicação do artigo de Matilde Ribeiro, as percepções acerca das mulheres negras em espaços mistos do movimento social e político continuam idênticas. Como mencionado anteriormente, a necessidade de um espaço específico para mulheres negras se faz necessário frente aos desafios enfrentados em espaços mistos, como situações de racismo e machismo. Além disso, as mulheres negras no contexto do ativismo político também organizam suas ações em espaços mistos, vivenciando as dificuldades advindas do racismo estrutural e do machismo. Como observado por Juliana Mittelbach abaixo:

Eu fiquei bem maluca, fazendo todas essas coisas, né? Militando no movimento sindical, no movimento de mulheres, no movimento de mulheres negras, fazendo faculdade, trabalhando, cuidando da família, tentando fazer as coisas ao mesmo tempo. Mas eu acho muito característico de mulheres negras, porque para a gente conseguir ter voz nos espaços a gente precisa de acúmulo. Diferente de homem branco, que qualquer bobagem que fala está valendo, porque o que vale é ter coragem de exposição para luta [...] A gente precisa de conteúdo qualificado. A gente precisa de formação, a gente precisa estar bem arrumada, porque senão já nos desqualificam pela estética. A gente precisa ter uma boa oratória. A gente precisa estar segura, a gente precisa saber qual é o momento de levantar a voz, qual é o momento de recuar. Porque senão a gente é escanteada. A gente é estereotipada. Como? Ou a gente é a serviçal, que fica ali no balcão, pegando assinatura ou organizando café, ou a gente é barraqueira, treteira que ninguém quer dar espaço nem microfone, porque sabe que se der, vai causar.

É importante ressaltar, entretanto, que dos anos 70 para a década 90, muitas mudanças já estavam em curso. Matilde Ribeiro (1995) destaca que o movimento feminista e o movimento negro, à época, já não eram os mesmos. Em meio a diálogos e embates, considera que as pautas das mulheres negras ganharam certa visibilidade. Entretanto, como se pode destacar do discurso de Juliana, entende-se que ainda que os espaços mistos sejam importantes para a atuação política de mulheres negras, esses lugares podem ser desgastantes, sendo por vezes, “vozes únicas”, ou ainda, delegadas à “pauta identitária”.

Ao reivindicarem sua integração social como sujeitos coletivos de direitos, as mulheres negras se organizam em torno de um sentimento de nós que é “construído tanto por compartilharem a mesma categorização social e pela

elaboração de elementos passados, quanto por estabelecerem um projeto coletivo de futuro” (Rodrigues; Prado, 2010). O movimento de mulheres negras busca reconhecer as mulheres negras enquanto iguais em termos de direitos, de cidadania e ao mesmo tempo possibilita que, coletivamente, possam reafirmar suas especificidades, salientando que apesar de compartilharem histórias semelhantes, não cabe aqui homogeneizações e universalizações.

## **2. TECNOLOGIAS SÃO POLÍTICAS: RELAÇÕES RACIAIS E A CTS**

### **2.1. Ciência: o motor do progresso infinito**

O imaginário social acerca das funções, contribuições e avanços da ciência e da tecnologia, foram constituídos, sobretudo, sob a perspectiva dos países hegemônicos do Norte Global. A segunda metade do século XX foi marcada pelo otimismo na ciência e tecnologia, sendo expressões dessa época os computadores eletrônicos (1946), transplantes de rins (1950), pílula anticoncepcional (1955) e o uso da energia nuclear para o transporte (1955).

Ganham força, a partir da Segunda Guerra Mundial, a expressão política da visão tradicional da ciência e tecnologia, principalmente como desenvolvimento de energia nuclear e posteriormente, com a Guerra Fria, o financiamento da ciência para a produção de armamento a países do norte global envolvidos na Guerra do Vietnã.

O progresso científico era considerado sinônimo de prosperidade e segurança. Assim, a ciência passa a desempenhar, ideologicamente, um papel estratégico de força produtiva, ganhando lugar na política dos governos, que buscam formas de conduzir os efeitos e objetivos científicos (Velho, 2011).

Além disso, a ciência é a base para a tecnologia, por meio do modelo linear de inovação. Segundo essa concepção, que está relacionada a um olhar do desenvolvimento inovativo como ocorrendo por etapas, o processo de transformação do conhecimento científico em tecnologia e sua apropriação pela sociedade se dá de modo linear e inicia-se na ciência até produzir o bem-estar social (Velho, 2011).

Esta percepção entende que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia acarreta, de forma contínua e neutra, mais riqueza e bem-estar social. Essa visão essencialista e triunfalista, como nos afirma Irlan Von Linsingen; Walter Bazzo; Luiz Pereira (2003) parte de um modelo linear de desenvolvimento que afirma que mais ciência seria igual a mais tecnologia, que seria igual a mais riqueza e geraria, mais bem-estar social.

A visão linear da ciência e da tecnologia tem como base acadêmica, segundo

Linsingen; Bazzo; Pereira (2003) o Positivismo Lógico, na filosofia da ciência e a teoria funcionalista da sociologia da ciência. Na década de 20 e 30, autores como Rudolf Carnap (1923) buscavam definir as teorias científicas a partir da lógica e do empirismo, acreditando que o conhecimento científico tem como elemento fundante a observação e a verificação. Para o positivismo lógico, o conhecimento pode ser entendido a partir das sentenças observacionais: se algo existe e podemos confirmá-lo, logo ele tem um significado, independente se tal sentença é verdadeira ou não. O conhecimento precisa ser confirmado e há uma “unidade da ciência” que compreende que a construção desse conhecimento se dá a partir de um mesmo método, podendo ser expressos de maneira fisicalista (Pessoa Júnior, 1993). Já no funcionalismo, autores como Robert Merton (1938) analisam que a ciência parte de um conjunto de normas éticas, sendo assim, institucionalizada. Para o autor, as normas da ciência seriam o universalismo, a comunabilidade, o desinteresse e o ceticismo organizado. Estas normas seriam a garantia de uma comunidade científica livre de quaisquer valores e influências pessoais.

Nessa visão clássica, a ciência tem como fundamento a busca pela verdade, assim “só pode avançar perseguindo o fim que lhe é próprio, a descoberta de verdades e interesses sobre a natureza, se se mantiver livre da interferência de valores sociais mesmo que estes sejam benéficos (Linsingen; Bazzo; Pereira, 2003, P. 121). Do mesmo modo, a tecnologia só poderá ser considerada como cadeia transmissora de melhoria social através da autonomia científica.

Este período, de acordo com Velho (2011) é caracterizado pelo crescimento exponencial de recursos humanos e financeiros com fins científicos. É marcado por contratos sociais entre a comunidade científica e o Estado (Ronayne, 1984), como o célebre documento entregue por Vannevar Bush em 1945 ao então presidente dos Estados Unidos, denominado “Science: the Endless Frontier”.

Daniel Sarewitz (1996) nos desvela alguns mitos acerca dessa concepção tradicional da ciência e da tecnologia. Para o autor, os mitos poderiam ser listados da seguinte forma: o mito do benefício infinito acredita que a ciência e tecnologia (C&T) levariam a mais benefícios sociais, invariavelmente. Adicionado a este mito, teríamos a crença na investigação sem limites, pois o propósito da produção

científico- tecnológica é o benefício social infinito e isto não pode cessar. O mito da rendição de contas compreende que a verificação por pares seria o instrumento necessário para garantir a verdade científica, responsabilizando-se moral e intelectualmente por estas produções. Podemos relacioná-la ao mito da autoridade e ao mito da fronteira sem fim, que crê numa C&T com base objetiva, neutra e autônoma. Velho (2011) afirma que a necessidade de prestar contas à sociedade era vista enquanto irrelevante, pois era confrontada ao argumento de que o sistema de revisão por pares estava selecionando a melhor pesquisa e estaria de acordo com o que o governo e a sociedade desejavam.

Por outro lado, apesar da crença no progresso infinito e na autoridade científica, essa concepção de C&T é considerada, a partir da década de 60, como um elemento central do acontecimento de diferentes desastres sociais, acidentes nucleares, envenenamentos farmacêuticos e o armamento químico, culminando, entre os anos de 1960 e 1970, na revisão do modelo linear da tecnologia.

Assim, ciência e a tecnologia começam a ser entendidas como produções que perpassam os valores sociais do grupo responsável, um grupo hegemônico que não era neutro, tampouco, trabalhava a fim de um benefício social geral.

Podemos apresentar o exemplo a autora ambientalista Rachel Carson, que em seu livro *Primavera Silenciosa* (1962), nos apresenta uma série de questionamentos acerca de inseticidas como o DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano), que penetrava os órgãos humanos e estava presente, inclusive, no leite materno. O inseticida foi proibido no Brasil na década de 70, mas suas variantes e contaminações são registradas até hoje. O debate sobre o meio ambiente e o desenvolvimento é, aliás, uma das principais pautas de grandes conferências internacionais realizadas a partir da década de 80, como a Cúpula da Terra realizada no Rio de Janeiro em 1992.

Entretanto, o foco da C&T neste período está direcionado às demandas do mercado, sendo as empresas responsáveis e capacitadas para articular as necessidades e demandas sociais, sabendo qual produção científico-tecnológicas eram necessárias (Velho, 2011). De todo modo, ainda consideravam a tecnologia enquanto uma produção advinda da ciência de forma linear, “não é mais a ciência que empurra a tecnologia (science push), mas o mercado, as

necessidades dos usuários que puxam o desenvolvimento científico (demand pull)” (Velho, 2011, p. 140).

Não é mais só a ciência e apenas a comunidade científica, é a tecnociência e a busca pela inovação entrando inclusive na equação outros stakeholders que participam das engrenagens do complexo corporativo militar-acadêmico-industrial- empresarial e no que é, na atualidade, a governança da inovação. Compreende-se que “a tecnociência contemporânea está efetivamente no seio da modernidade ocidental e o poder da razão instrumental é um elo fundamental à ideia de progresso” (Brandão, 2020, p. 29).

A mudança de paradigma no campo científico-tecnológico está no enfoque da caracterização social dos fatores responsáveis pela mudança científica. Dessa forma, podemos caracterizar a ciência e a tecnologia não como lugares distantes, autônomos e alheio à sociedade, mas sim como um produto social no qual “os elementos não-epistêmicos ou técnicos [...] desempenham um papel decisivo na gênese e na consolidação das ideias científicas e dos artefatos tecnológicos (Linsingen; Bazzo; Pereira p. 126, 2003).

Stephen Cutcliffe (2003) nos apresenta diferentes movimentos críticos à tecnociência, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, demonstrando a reações da sociedade civil, organizações não-governamentais e governos acerca do desenvolvimento científico. Para o autor, os valores políticos, sociais e culturais transformam os processos científicos e tecnológicos. Assim, tanto a ciência e tecnologia transformam a sociedade, quanto seus valores sociais devem impactar o desenvolvimento científico.

Para Renato Dagnino (2019), por exemplo, há uma diferenciação entre a tecnociência capitalista e a tecnociência solidária. Para o autor, a tecnociência capitalista seria legitimada pelo Estado como uma forma de geração de conhecimento, considerado sobretudo, como uma característica de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Assim, a tecnociência capitalista “nada tem a ver com buscar a verdade via o avanço da ciência ou, apoiando-se nela, produzir com eficiência bens e serviços melhores e mais baratos mediante o desenvolvimento tecnológico” (Dagnino, 2019, p. 41).

A tecnociência capitalista estaria relacionada ao modo de produção

capitalista, da propriedade privada, do controle e da coerção social, produz um produto passível de ser apropriado.

Por outro lado, para o historiador e pesquisador, Tiago Brandão (2020), ainda que se acredite que a Ciência e Tecnologia (C&T) estão no cerne da economia do conhecimento, ainda não foi possível comprovar a relação entre C&T, desenvolvimento e crescimento econômico. O que se argumenta seria uma contribuição de “fator residual”.

As reflexões apresentadas nos apontam para a necessidade de repensar os modelos de desenvolvimento científico e tecnológico, considerando promover alternativas que promovam maior equidade social, econômica e política.

## **2.2. A ciência, tecnologia e sociedade como campo de estudos**

Thomas Kuhn (1962), em sua obra clássica “As estruturas das Revoluções Científicas”, influenciou grandemente os estudos da ciência, tecnologia e sociedade (CTS). Nesta nova filosofia da ciência, as produções científicas são entendidas como socialmente condicionadas, compreendendo a influência das teorias previamente trazidas pelos cientistas, bem como os elementos sociais que condicionam sua investigação. Organiza-se assim o argumento de que “a ciência e a tecnologia são inerentemente imbuídas de valores e frequentemente problemáticas em termos dos impactos que acarretam na sociedade” (Velho, 2011, p. 139).

Como vimos anteriormente, o campo de estudos sobre ciência, tecnologia e sociedade está situado historicamente a partir da década de 1960, período que estimulou a uma maior compreensão do contexto social sobre este tema, sobretudo nos Estados Unidos, a partir de estudos críticos ao chamado benefício infinito da ciência, um paradigma que havia se convencionado após a Segunda Guerra Mundial (Cutcliffe, 2003).

Na Europa, os estudos sobre ciência, tecnologia e sociedade centraram-se na relação entre a CTS e as questões culturais, econômicas e políticas. Um exemplo disso se dá não apenas na constituição de estudos sobre evolução tecnológica e a cultura política na Dinamarca, mas também, nas práticas governamentais nos

Países Baixos, onde cientistas orientavam diversos grupos, sindicatos e organizações que necessitassem de informações sobre ciência e tecnologia para realização de seus trabalhos. Para Cutcliffe (2003, p. 12) “todas estas iniciativas europeas em conjunto reflejaban inquietudes respecto a la ciencia y la tecnologia parecidas a aquellas que habían generado la reacción estadounidense”.

Segundo Cutcliffe (2003), podemos citar três grandes direções do campo CTS, sendo eles: a ênfase na pesquisa como uma reflexão alternativa aos essencialismos acadêmicos da tradicional ciência e tecnologia; a política pública enquanto regulação social da ciência e tecnologia; e no campo da educação enquanto matéria em diferentes países. Este novo olhar compreende a ciência e tecnologia como processo social que perpassa fatores culturais, políticos e econômicos, enfatizando as consequências sociais, a ética e teorias educacionais.

Diferentes enfoques foram desenvolvidos para desconstrução social da tecnologia, como a tradição europeia e a tradição norte-americana da CTS. O enfoque construtivista europeu (Pinch; Bijker, 1984) buscará analisar as diferentes interpretações dos dados científicos e dos projetos tecnológicos, estudando compreender as controvérsias científicas, analisando diferentes grupos sociais, focalizando nas consequências sociais e ambientais relacionadas à produção da tecnociência.

A partir do entendimento sobre a regulação social da ciência, partindo de um olhar da CTS norte-americana, diferentes autores nos apresentam um olhar sob a perspectiva do ativismo social e da intervenção ambiental. Além disso, fazem o embate às teorias tecnocratas, que afirmam um saber científico autônomo e as promessas da inovação sem influência social. Daniel Fiorino (1990 apud Linsingen; Bazzo; Pereira, 2003) por exemplo, nos apresenta três argumentos sobre este assunto, afirmando que a

[...] participação é a melhor garantia para evitar a resistência social e a desconfiança das instituições [...] um dos pilares da democracia supõe que ser cidadão significa ser capaz de participar nas decisões que afetam a sua própria comunidade [...] o juízo de leigos é tão válido quanto os de especialistas (Linsingen; Bazzo; Pereira, 2003, p. 134).

Essa participação se dá em diferentes espaços e é analisada por diferentes teorias, como a teoria pluralista e a teoria da participação direta.

O pensamento latino-americano sobre ciência, tecnologia e sociedade (PLACTS) parte de um momento histórico em que um modelo de desenvolvimento baseado na transferência de tecnologias foi adotado pelos países latino-americanos. Esta corrente está relacionada à Teoria da Dependência, e questiona o modelo de industrialização dos países da América Latina. Suas principais referências são Oscar Varsavsky (1969, 1976), Amílcar Herrera (1971, 1973) e Jorge Sábato (1982), vinculados sobretudo, às áreas de ciências naturais das universidades argentinas. As análises do PLACTS compreendem que, desde o início da industrialização nos países latino-americanos, o que estava sendo transferido não eram tecnologias neutras, mas sim modelos de sociedade que ignoravam as demandas sociais desta região (Auler, 2015).

Dagnino (2013) destaca que as principais críticas produzidas pelo PLACTS, na década de 1960 e 1970, estavam voltadas à necessidade de aumento da participação social nas decisões sobre a Política de Ciência e Tecnologia (PCT), que deveriam estar voltadas ao atendimento das necessidades da maioria da população. A abordagem de Varsavsky (1969), por exemplo, demonstra a necessidade de pensar ações humanas voltadas à construção de uma sociedade com características definidas a partir de um plano político, no qual questões de interesse comum são decididas e pactuadas, observando a importância de os grupos sociais exercerem o direito de participar do processo de construção, planejamento e programação de seu desenvolvimento. Assim, Varsavsky convoca todos os cientistas politizados a libertar-se do culto a uma ciência adaptada às necessidades de um sistema social, dedicando seus talentos ao trabalho científico voltado a substituição por um novo sistema, com uma nova ciência. Propõe a necessidade de um trabalho prévio intenso e consistente, visando criar as condições subjetivas necessárias que promovessem a mudança radical do sistema sociopolítico vigente, baseado na participação das massas no processo de construção e reconstrução permanente da sociedade.

Partindo de uma visão crítica da ciência e tecnologia, Andrew Feenberg,

analisa que a ciência e a tecnologia partem da observação empírica, sendo a tecnologia relacionada com sua utilidade, “onde a ciência busca o saber, a tecnologia busca o controle” (Feenberg, s/d, p. 01). A partir do Iluminismo Europeu, nossos costumes e instituições voltam-se para um sentido de utilidade para a sociedade, sendo a ciência uma das bases para as novas crenças que ali surgiam, especialmente, relacionadas com a racionalidade humana.

Para a filosofia, a humanidade trabalha em favor de transformar a natureza. Feenberg nos mostra, a partir de uma perspectiva histórica, como a Grécia Antiga compreendia essa distinção, partindo das diferenciações entre existência e essência, assim “uma coisa existe primeiro como uma ideia e só depois passa a existir pela fabricação humana” (Feenberg, s/d, p. 03). Entretanto, para os gregos, essa não era uma ideia arbitrária, mas pertencente a uma *technê*, que estaria relacionada à forma de se produzir artefatos.

Entretanto, essa diferenciação é também uma construção humana, sendo a base da ciência e do conhecimento. Nós trabalhamos com as potencialidades da natureza para trazer sentido ao mundo, “nosso conhecimento deste mundo e nossa ação nele não são arbitrários, mas são, de algum modo, a realização do que está escondido na natureza” (Feenberg, s/d, p.04).

Trazendo luz ao mundo moderno, Feenberg afirma que a essência, atualmente, é vista a partir de convenções e não da realidade. Nós damos significado as coisas e um sentido para sua utilização. Atualmente, não se pensa sobre o que é, mas sim sobre para que serve cada artefato, assim “a ciência antes responde a estas perguntas do que revela as essências no sentido antigo do termo grego” (Feenberg, s/d, p. 04). A tecnologia seria, atualmente, meramente instrumental, acreditando ser ainda, isenta de valores. Nós escolhemos os meios e a sua utilidade, dependendo de nossos objetivos. Há a crença sobre a utilidade da tecnologia, sua neutralidade e utilização tanto para o bem, quanto para o mal.

Nesse sentido, a natureza passa a ser a matéria-prima da tecnologia, sendo a provedora dos materiais que serão transformados no processo de produção e instrumentalização da tecnociência. Feenberg afirma que “as metas de nossa sociedade permanecem como escolhas arbitrárias puramente subjetivas, e nenhuma essência nos guia” (Feenberg, s/d p. 06).

Feenberg expõe, então, as diferentes concepções sobre tecnologia: neutra, separada completamente entre meios e fins, ou carregada de valores. A tecnologia pode ainda ser afirmada como autônoma, tanto para um olhar determinista quanto para um olhar substantivista. Os deterministas, por exemplo, veem a tecnologia como um instrumento que não é humanamente controlado, mas controladora dos humanos. Para Feenberg, os deterministas argumentam que a “tecnologia emprega o avanço do conhecimento do mundo natural para satisfazer características universais da natureza humana, tais como as necessidades e faculdades básicas” (Feenberg, s/d, p. 07). A compreensão de que a tecnologia é determinista nos deixa de mãos atadas com relação a sua modificação, sobretudo, das tecnologias consideradas negativas e o seu rumo, pois a tecnologia e a sociedade se dão, cada vez mais nitidamente, de forma intervencionadas.

Por exemplo, para Jacques Ellul, há a divisão entre técnica e tecnologia, separando-as entre tradicional e moderna. Além disso, deve-se considerar sua relação com a sociedade para compreender tal divisão. A técnica tradicional se desenvolveu lentamente, podendo ser acompanhada pelo homem. Já a tecnologia atual, tem como característica central a noção de valor, eficiência e está vinculada ao progresso tecnológico, subordinando o homem ao seu desenvolvimento. Sendo assim, a tecnologia seria, na visão do autor, autodirigida a partir da concepção de progresso. Assim...

temos a impressão de que escolhemos, mas na verdade nos reduzimos a aceitar a opção que tecnicamente é melhor uma vez que uma atividade foi transformada pela técnica, não é possível opor-se a ela senão tecnicamente” (Cupani, 2011, p. 206).

Ellul argumenta que o avanço tecnológico é irreversível, verificando que as técnicas são interdependentes. Além disso, a técnica moderna se dá de forma unificada, formando um conjunto técnico que se apresenta de forma homogênea a todos os seres humanos, sendo assim autoritária: “As culturas tradicionais entram por isso em colapso. Elas sobrevivem apenas na medida em que são compatíveis com o fenômeno técnico” (Cupani, 2011, p. 209).

Já os “substantivistas” buscam atribuir valores substantivos à tecnologia,

tendo o compromisso voltado a ideia de uma vida “boa”.

Se uma sociedade assumir o caminho do desenvolvimento tecnológico, ela será inexoravelmente transformada em uma sociedade tecnológica, um tipo específico de sociedade dedicada a valores tais como a eficiência e o poder” (Feenberg, s/d, p. 08).

Nos últimos quarenta anos, diferentes pesquisadores têm se debruçado a compreender de que forma a atual produção tecnológica pode servir não apenas àqueles que detêm o poder, mas a toda sociedade, auxiliando na resolução de diferentes questões sociais, como o combate à fome e outras iniquidades, a democratização dos avanços científicos na área da saúde, ou às relações ecológicas e sua indissociabilidade com determinantes sociopolíticas e econômicas. Este debate se dá em diferentes esferas, como o Congresso de Budapeste, que debateu sobre democratizar a ciência e tecnologia para “estar então em condições de influir em suas prioridades e objetivos, reorientando-os para autênticas necessidades sociais”. (Linsingen; Bazzo; Pereira, p. 142, 2003).

Para tanto, a produção do conhecimento científico-tecnológico será parte também do processo educativo da sociedade, desde a educação secundária, até o ensino superior, aproximando dessa forma a ciência e a tecnologia da sociedade através de diferentes metodologias.

Desse modo, acredita-se que a tecnologia pode ser humanamente controlada, sendo assimilada e instrumentalizada, com um viés voltado ao progresso ou então, a Teoria Crítica, que compreende uma concepção de escolha de sistemas de meios/fins alternativos. A concepção da Teoria Crítica reconhece as consequências negativas do desenvolvimento tecnológico, mas acredita em uma maior liberdade na tecnologia.

O problema estaria em nossa capacidade de inventar instituições apropriadas para exercer o controle humano sob a tecnologia. Assim, “poderíamos domar a tecnologia submetendo-a a um processo mais democrático de projeto [design] e desenvolvimento. (Feenberg, s/d, p.09).

A teoria crítica compartilha de valores do instrumentalismo e do substantivismo. Ela compartilha da ideia de que a tecnologia é controlável e que

a tecnologia é carregada de valores. Os valores a ela incorporados são socialmente específicos, sendo uma ferramenta para estilos de vida.

A tecnologia não molda só um modo de vida, mas muitos possíveis estilos diferentes de vida, cada um dos quais reflete escolhas diferentes de objetivos e extensões diferentes da mediação tecnológica. (Feenberg, s/d, p. 10).

Abre-se assim, um caminho para realização de escolhas e um controle mais igualitário da tecnologia, sendo mais participativa socialmente e voltada a um projeto de desenvolvimento democrático.

### **2.3. Discursos racistas, técnicas e tecnologias no Brasil**

Os estudos do PLACTS, amparados pela teoria da dependência, compreendem como as transformações científico-tecnológicas geraram, nos países imperialistas, um estado de bem-estar social que vigorou até os anos 1970. Por outro lado, nos países latino-americanos, tal movimento agravou a pobreza e a desigualdade social (Dagnino, 2013).

Para o autor Aníbal Quijano (2005), a construção moderna da ideia de raça na América Latina só foi possível a partir de uma diferenciação biológica em termos de inferioridade/superioridade. Para o autor, as identidades – índios, negros e mestiços – foram hierarquizadas partindo da compreensão europeia de dominação. Desse modo, a hierarquização racial na América Latina teve como objetivo legitimar as relações de dominação que foram impostas a essas populações.

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (Quijano, 2005, p. 117).

Esta classificação social observada por Quijano (2005) pode ser exemplificada a partir do livro organizado por Nicolau Sevcenko (1998) intitulado “A História da Vida Privada no Brasil”. Nele, podemos compreender de que maneira as transformações sociais, sobretudo, orientadas a partir da Revolução Técnico-Científica iniciada no final do século XIX, contribuíram para a organização desse sistema de classificação social.

Em Sevcenko (1998), entendemos como as tecnologias produziram, no caso brasileiro, profundas desigualdades. Para compreendermos a moderna sociedade de massas precisamos analisar o processo de transformações técnico-científicas da época. Essas tecnologias atuaram para além dos limites de escala, força e reorientaram a percepção humana sob a realidade.

Como citado anteriormente, esse período é marcado pelo domínio humano com relação à ciência, transformando sociedades, culturas e costumes seculares. Além disso, o Brasil insere-se na ordem neocolonialista e imperialista. Como exemplo, podemos citar as transformações no ordenamento das metrópoles brasileiras, que tiveram como bússola os ideais modernos europeus.

Entretanto, quando pensamos no Brasil e nas grandes desigualdades e posições sociais discrepantes, compreendemos de que maneira as transformações do final do século XIX contribuíram para a acentuação dessas diferenças, marcadas por tensões sociais decorrentes desses processos (Sevcenko, 1998).

As políticas públicas no Rio de Janeiro, no início da República, mostram como as instituições brasileiras ampliaram o controle social e voltaram-se ao perímetro urbano, estabelecendo uma gestão marcada pelas diferenças sociais entre aqueles que contribuem ao desenvolvimento de uma sociedade civilizada e aqueles que a atrasam, ou impedem sua concretização (Sevcenko, 1998, p. 502).

Assim, os conflitos sociais eram expressos e mediados pela eugenia, profilaxia e pela concepção moderna de higiene dos corpos, operados a partir de políticas racistas e higienistas. Assim,

[...] além de controlar o espaço social, em nome da “política sanitária”, os “exércitos de fiscalizadores”, os “esquadrões mata-mosquitos” e os “batalhões de vacinadores” eram autorizados a invadir tanto a privacidade

das casas quanto a intimidade dos corpos (Sevcenko, 1998, p. 572).

Para o jornalista João do Rio, em “A alma encantadora das ruas”, “[...] nas grandes cidades a rua passa a criar o seu tipo, a plasmar o moral de seus habitantes, a inocular-lhes misteriosamente gostos, costumes, hábitos, opiniões políticas (Do Rio, 1908, p. 07). O controle dos corpos está diretamente relacionado às concepções eugênicas. De acordo com Pietra Diwan (2007):

Essa imagem de limpeza remete também ao modo como deveriam agir os eugenistas: esfregando, torcendo e branqueando os corpos do povo brasileiro, como se fossem roupas sujas. Políticas compulsórias como a restrição à imigração, a esterilização e o controle de casamentos estavam entre suas propostas” (Diwan, 2007, p. 87)

O ideal de limpeza, o controle dos corpos e a construção das metrópoles estão relacionados historicamente com as transformações técnico-científicas. Para Sevcenko (1998, p. 571) “como as metrópoles eram palco por excelência para o desempenho dos novos potenciais técnicos, nada mais natural que a reforma urbana incluísse também a reforma dos corpos e das mentes”.

Diwan (2007) afirma que, no Brasil, o racismo e as teorias degeneracionistas foram trazidas por intelectuais e médicos brasileiros a partir das viagens dos filhos da elite republicana à Europa e pelas expedições científicas que vieram ao Brasil. Cientistas, antropólogos e intelectuais europeus justificavam “a impossibilidade de progresso do Brasil, dos países tropicais e da África, dada tamanha promiscuidade racial de seus povos” (Diwan, 2007, p. 88). Ainda de acordo com a autora, os ideais eugênicos foram legitimados:

Com status de disciplina científica, objetivou implantar um método de seleção humana baseada em premissas biológicas. E isso através da ciência, que sempre se pretendeu neutra e analítica. Talvez por esse motivo a eugenia tenha se tornado um dos últimos tabus do século XX (Diwan, 2007, p. 10)

Para os eugenistas as soluções para o progresso brasileiro passavam pela esterilização de corpos negros, branqueamento da população e controle de imigração. Observa-se assim, que o controle dos corpos foi operado a partir da exclusão social. Para a população negra e pobre, invasão da intimidade dos

corpos era permitida a partir da construção das metrópoles, dos ideais de higienização e das políticas eugênicas. Por outro lado, para a população burguesa, branca e moderna, a transformação dos corpos se deu pela saúde e pelo ideal de bem-estar. A ética da limpeza, da saúde e da beleza tornaram-se a contrapartida para o processo de industrialização.

Nessa nova sociedade o valor máximo é necessariamente a ideia de saúde, cuja condição básica é a limpeza e cuja prova patente é a beleza. O culto à saúde e ao corpo também se relaciona com o desenvolvimento dos esportes que, na passagem do século, se destinava justamente a adaptar os corpos e as mentes à demanda acelerada das novas tecnologias (Sevcenko, 1998).

Essas orientações também contribuem para a construção do imaginário social que relaciona a população branca com o status de limpeza e a população negra com a sujeira, desordem etc. As transformações realizadas também nos corpos nos ajudam a compreender de que maneira se constrói a formação da identidade nacional brasileira, orientada pela transformação racial do país.

Nicolau Sevcenko (1998) continua analisando como os meios de comunicação, por exemplo, têm a tendência de estabelecer o que pertence ao âmbito familiar e coletivo e em meio a um cenário de crescimento urbano acelerado, como o ocasionado pela Revolução Científico-Tecnológica. Os habitantes das grandes cidades se deparam com uma densa multidão de características físicas e traços psicológicos únicos, tornando humanamente impossível assimilá-los completamente.

Por isso, eles tendem a concentrar sua memória em grupos limitados de pessoas, mais ou menos transitórios, onde algumas lembranças podem ser esquecidas e outras adquiridas, desde que seja mantido um repertório de figuras-chave, facilmente identificáveis como familiares. A sociedade moderna em massa apenas se tornou viável e funcional graças aos recursos das novas tecnologias, as quais ultrapassam os limites da escala, da força e da percepção humanas.

Um exemplo disso é o cinema, que entretém, distrai e educa para os ideais modernos. No início do século XX, o cinema passou a incorporar mais elementos da realidade concreta, tornando-se um elemento gerador de diferentes sentimentos nos espectadores, transformando-se em um mecanismo de

uniformização e criação de uma ilusão de continuidade da realidade. Nesse sentido, a utilização das tecnologias de comunicação foi capaz de estabelecer um imaginário social acerca do negro, como destacado por Juliana Mittelbach abaixo

E aí quando eu tive acesso a filme e isso eu já era juvenzinha, né? Quando eu fui ter acesso a filme que eu comecei a me identificar com artistas internacionais que eram pessoas negras. Porque nossa [...] eu acho que a minha juventude foi construída por uma mídia branca, seja na apresentação de jornal de programa matinal, de programa infantil de novelas, onde as pessoas negras eram as empregadas, as escravas, a família pobre, cômica e ridicularizada. E era isso. A pessoa era um excelente ator, mas no papel de inferiorizado no papel, de diminuído num papel de coisa, né? Num papel de bandido, no papel de favelado, né? As crianças negras que apareceu na novela eram tudo criança, negra, órfã, que servia para personagem principal, que era uma mulher branca, um ser bondoso porque cuidava daquela criança, dava comida para a criança. Teve uma novela O Cravo e Rosa que tinha um menininho preto que ficava correndo pela casa e a Catarina [personagem principal] cuidava do menino e essa é uma das milhões [...] colocam uma criança preta, pobre, carente e órfã por uma personagem branca principal parecer amorosa ou tem o ponto fraco, ela olha, ela não é isso, né? A gente virou sempre muleta para algum tipo de característica.

As tecnologias que surgem no contexto da Revolução Científico Tecnológica e que fazem parte de nosso cotidiano atual, no contexto apresentado acima, se configura como um dos dispositivos que elabora, constrói e estabelece um imaginário social acerca da negritude. Abaixo, entenderemos como esses dispositivos são percebidos e analisados por diferentes autoras/es.

#### **2.4. Tecnologias de poder e saber: racismo, branquitude e o dispositivo de racialidade**

O debate evidenciado acima acerca das transformações científico-tecnológicas nos auxiliam a compreender como a exclusão social e o racismo foram institucionalizados no Brasil a partir da política de modernização, branqueamento e progresso. Além disso, conseguimos relacioná-lo, paralelamente, com alguns conceitos da atualidade que se debruçam sobre a situação da população negra, considerando que é inegável que raça no Brasil continua estruturando nossas ações, relações e as hierarquias existentes entre brancos, negros e indígenas.

Florestan Fernandes (1965), um dos mais importantes sociólogos brasileiros,

compreende o desejo de branqueamento da população brasileira enquanto legitimação do mito da democracia racial, impondo aos negros a responsabilização de séculos de escravização e desigualdade e retirando da população branca tal responsabilidade de analisar seu próprio grupo racial.

O mito da democracia racial é elemento central para a continuação da dominação ideológica branca até a atualidade. A autora Ana Mélia de Paula Laborne (2014) afirma que, no Brasil, temos a culturalização do racismo como forma de dominação branca. A construção de uma nação mestiça, associada a uma ideologia nacional que apresentou publicamente o Brasil e suas relações raciais pós-abolição, desde o início do século XX como “harmoniosa” e “pacífica”, possibilitou a criação de um imaginário social que não questionou o local da identidade racial branca.

Andrea Kominek e Ana Crhistina Vanali (2018) demonstram também, de que forma o mito da democracia racial foi oficialmente adotado a partir de políticas públicas, especialmente, a promoção do embranquecimento da nação, o incentivo à imigração europeia e a valorização da mestiçagem. Além disso, “juntamente com a permanente desqualificação simbólica de tudo o que remetesse à ascendência africana, amplamente majoritária na população brasileira” (Kominek; Vanali, 2018, P. 80).

As autoras, ao analisarem o papel de não-brancos no processo histórico brasileiro, afirmam que as desigualdades sociais são vistas como um problema do negro, existindo um silêncio convivente e conivente de não-brancos, que não questionam seus privilégios. Assim, identificam que “os excluídos” são considerados sem valor, indignos e passíveis de serem explorados e prejudicados. Nega-se a contribuição histórica do elemento negro como parte no processo de construção e desenvolvimento da sociedade brasileira” (Kominek; Vanali, 2018, p. 84).

Sueli Carneiro, em sua tese defendida em 2005, reeditada em livro e publicada em 2023, demonstrou a partir de um estudo de cunho reflexivo e especulativo, a potencialidade do conceito de dispositivo de Michel Foucault (2008) para

compreender as relações raciais no Brasil, considerando as diferentes dinâmicas de controle. Para Foucault (2017), o poder se consolidou historicamente, desde o século XVII, a partir de tecnologias de disciplina e controle que atuam sob sujeitos e grupos, para que esses atuem docilmente em prol do crescimento do Estado. Desse modo, dispositivos são...

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (Foucault, 2017, p. 244).

Em sua tese, Sueli Carneiro demonstra a existência de um dispositivo de racialidade que opera na sociedade brasileira, que articula e é capaz de produzir um domínio de “poderes, saberes e subjetividades pela negação e interdição de poderes, saberes e subjetividades” (Carneiro, 2023, p. 11).

No decorrer dos primeiros capítulos do livro, somos apresentadas de que maneira esse dispositivo de racialidade instaurou uma divisão ontológica com base na raça. A população negra, parda e preta, foi reduzida ao ôntico que “se refere aos entes particulares, ou às determinações do ser” (Carneiro, 2023, p. 18). Já o ontológico diz respeito ao “ser enquanto tal” (ibid, p. 18). Desse modo, a raça, cor, cultura, religião, etnia, e por que não, gênero, classe, sexualidade, corporeidades dentre outros marcadores, seriam da dimensão do ôntico, das particularidades do ser. Já o ser humano, universal, emancipado, estaria ligado à dimensão do ontológico. Nessa relação, coincidem na existência do homem o ôntico e o ontológico, que considera que a universalidade, o Ser, emancipa o indivíduo, que pode, assim, expressar sua especificidade e não estar aprisionado à sua particularidade. Supõe, então, que “o racismo reduz o ser à sua dimensão ôntica, negando-lhe a condição ontológica e deixando incompleta a sua humanidade” (ibid, p. 18).

Compreendemos que há uma divisão entre o Eu hegemônico branco e o Outro, negro, e a “a afirmação do ser das pessoas brancas se dá pela negação do ser das pessoas negras”, que buscam afirmar e garantir seus privilégios historicamente. Desse modo, o dispositivo de racialidade demarca a humanidade

como sinônimo de branco, definindo e hierarquizando as demais dimensões humanas conforme a proximidade ou distanciamento desse padrão. Essa noção de saber e poder é institucionalizada e estrutura diferentes posições sociais, imaginários, valores etc.

A proposta de Carneiro (2023) vai nesse sentido, compreendendo que a noção de racialidade é capaz de abarcar recursos teóricos para entender a heterogeneidade das práticas que o racismo engendra na sociedade brasileira, bem como “a natureza dessas práticas, a maneira como elas se articulam e se realimentam ou se realinham para cumprir um determinado objetivo estratégico” (Carneiro, 2023, p. 26).

O dispositivo tem uma função estratégica dominante, capaz de possuir uma função e adaptar-se para responder a uma urgência de um determinado período ou momento histórico (Carneiro, 2023). Uma mentira contada repetidas vezes, por longos anos, a partir de um discurso hegemônico de poder, saber e superioridade.

O dispositivo de racialidade, somado também ao conceito de biopoder de Foucault, ganha uma dimensão específica pois o biopoder relacionado ao racismo promove a vida da raça considerada mais pura e sadia, promovendo a morte da raça considerada inferior. Essa morte pode se dar para além do fazer viver ou deixar morrer, alcançando posições simbólicas através da cultura, da política e da valorização dos saberes, reservando, desse modo, estratégias de assujeitamento à população negra. Como estratégia de assujeitamento, podemos citar o epistemicídio, que conforme nos evidencia Boaventura de Sousa Santos, é transmitido pelo papel da educação na reprodução e permanência de poderes, saberes e subjetividades que o próprio dispositivo produz.

Segundo a autora, na modernidade ocidental a racialidade se constituiu como um dispositivo, compreendida como uma noção produtora de um campo ontológico, como apresentado anteriormente, epistemológico, como por exemplo, a partir de práticas de saber e negação de saberes, o chamado epistemicídio – e um campo de poder, conformando assim “saberes, poderes e modos de subjetivação cuja articulação institui um dispositivo de poder” (Carneiro, 2023, p. 44).

Essa condição de apagamento dos sujeitos negros e embranquecimento da

representação social faz parte da construção do imaginário social acerca do negro, como vimos na seção anterior. Durante a realização das entrevistas, a temática dos saberes e conhecimentos produzidos pela população negra também foi analisada pelas entrevistadas. Cleci Martins e Camila Matos refletem sobre a desvalorização e apagamento das produções negras, consideradas também “menos científicas”, ou ainda, “do senso comum”:

Porque até mesmo esse termo sustentabilidade não foi criado pelos povos indígenas ou quilombolas. Essa questão de sustentabilidade já é produzida por esses corpos há muito tempo. No entanto, Nego Bispo traz essa reflexão para nós: esses saberes, essas vivências e essas tecnologias desenvolvidas por esses grupos que não são valorizados e não são reconhecidas como um conhecimento, como tecnologia. A tecnologia do terreiro, a tecnologia do quilombo, a tecnologia do ribeirinho. Essas são as tecnologias sustentáveis que nós pós-pandemia deveríamos começar a visitar para reconstruir novos conceitos (Cleci Martins)

E essa questão de que o paranaense traz muito forte, isso principalmente, pela questão da agricultura e da pecuária, que o negro aqui do Sul, ele é visto mais na questão da contribuição braçal, no trabalho. A nossa produção acadêmica, em todo o País, ela é desconsiderada, imagina aqui no Sul, sabendo que a gente teve um ritmo mais intenso de imigrantes europeus. Aqui a gente é visto só como força de trabalho. Tanto que hoje eu falo assim, com propriedade, como você também, enquanto mulher nas ciências sociais e com o pertencimento racial como negra. Já me aconteceu inúmeras vezes de eu ir para algum espaço e a pessoa achar que eu estou prestando serviço [...] para mim, não é vergonha nenhuma, sabe? Eu acho que a maioria das negras já esteve numa posição de ser babá, de ser diarista, e quando você muda esse status, que é proporcionado pelo teu nível de instrução, as pessoas demoram a assimilar que, às vezes, a chefe do setor é preta (Camila Matos).

Do mesmo modo, ao relatar sobre sua história no espaço acadêmico, por exemplo, Juliana argumenta sobre a ausência dos saberes negros nos currículos das universidades públicas que frequentou:

Eu demorei muito para encontrar lugar para mim, para me referenciar e até a maioria dos autores que a gente lia são autores brancos, a maioria da bibliografia que a gente encontra até na faculdade, até no mestrado eram as pessoas brancas.

Nesse caminho, Sueli Carneiro analisa que é a partir da ciência que o sujeito negro “sai da história para entrar nas ciências, a passagem da escravidão para a libertação representou a passagem de um objeto de trabalho para objeto de

pesquisa” (Carneiro, 2023, p. 44). Assim, a ciência estabelece a produção de verdades “por deter o poder de produzir e distribuir os enunciados verdadeiros, [...] de excluir, marginalizar o que estiver fora desse mundo da razão e da ordem (Carneiro, 2023, p. 39).

A autora compreende que mesmo após a intensificação dos trabalhos sobre as temáticas raciais, os negros estiveram ausentes como sujeitos dos conhecimentos. Desse modo, o negro é visto como objeto de estudo, informante, desconsiderando-o como sujeito político e de conhecimento, “desqualificando a resistência negra pelo apelo à racialidade enquanto fator de subordinação e exclusão social, passível de ser mobilizada para a superação das diferenças raciais socialmente construídas” (Carneiro, 2023, p. 45).

A estratégia de assujeitamento operada pelo epistemicídio, apresentada por Sueli Carneiro e os diálogos acerca da hegemonia do ser e a negação da humanidade do Outro, encontram parâmetros também nos estudos raciais da branquitude.

A primeira voz negra que apresenta uma análise sociológica que busca versar sobre a situação do negro a partir de uma concepção sociológica nacional foi Alberto Guerreiro Ramos (1957), que já analisava o “fascínio” com o qual o negro era estudado pelo branco. Ramos reivindica o lugar de sujeito nessa constituição do saber.

[...] o que se tem chamado no Brasil de “problema do negro” é reflexo da patologia social do “branco” brasileiro, de sua dependência psicológica. Foi uma minoria de “brancos” letrados que criou esse “problema”, adotando critérios de trabalho intelectual não induzidos de suas circunstâncias naturais diretas. (Ramos, 1995, p. 236)

Guerreiro Ramos (1957; 1995) argumenta que na sociedade brasileira há uma patologia social ligada à identidade branca, que se manifesta na negação de qualquer herança biológica ou cultural negra. O autor afirma que os brasileiros tendem a enxergar como vergonhosa qualquer associação com suas raízes negras, seja no aspecto cultural ou biológico. O autor sugere que o passado histórico visto como “positivo” da identidade racial branca, com sua história de aristocracia econômica e intelectual, levou à tendência de classificar os

indivíduos pardos como brancos e os pretos como pardos, resultando em um processo de branqueamento e empardecimento<sup>15</sup> da sociedade brasileira, e consequentemente, na diminuição da identificação como negro.

Maria Aparecida Bento (2002) analisa existir uma identidade branca que é explícita ao analisarmos os lugares e as relações de poder no Brasil. Entretanto, durante sua pesquisa realizada em São Paulo, no início dos anos 2000, a autora identificou que este grupo racial evitou responder acerca do legado da escravização para esta população:

[...] o legado da escravidão para o branco é um assunto que não só os nossos entrevistados evitam, mas o país não quer discutir. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Não reconhecer-se como partícipe dessa história é não assumir um legado que acentua o lugar de privilégio que o grupo branco desfruta na atualidade. (Bento, 2002, p. 37).

Cida Bento (2002) afirma que a exclusão moral se dá pela desvalorização do outro como pessoa, como ser humano. A população negra é moralmente considerada sem valor, indigna e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorado. Além disso, percebe que a discriminação racial por grupos de pessoas brancas é uma forma de manutenção de privilégios – ocultos ou não – a um grupo racializado. Entretanto, a autora indaga se tal discriminação teria como gênese o preconceito ou o interesse pela manutenção de tais privilégios. Analisando um Seminário realizado em São Paulo, no segundo semestre de 2000, Bento (2002) compreendeu o teor narcísico das relações entre pessoas brancas, sobretudo mulheres brancas e mulheres negras. Ao avaliar as disparidades no mercado de trabalho, como a violação dos direitos trabalhistas, por exemplo, a autora observou que a questão era apenas tratada com relação ao grupo racial branco:

É constrangedor o silêncio dessas mulheres sobre a situação da mulher negra. Recentemente, eu vivi uma experiência em um seminário que aconteceu em São Paulo, no segundo semestre de 2000, em que mulheres de todas as centrais sindicais, assessoras do poder público, pesquisadoras de reconhecidos institutos de pesquisa, consultoras empresariais, debatiam as diferentes dimensões da discriminação da mulher no trabalho. Na verdade, foram dois dias inteiros de debates sem qualquer menção sobre a

---

<sup>15</sup> Termo apresentado por Lourenço Cardoso no artigo Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista de 2010.

situação da mulher negra no trabalho [...] Eu resolvi, então, apontar essa questão usando um termo com o qual ando brincando muito: a indignação narcísica. Há um sentimento de indignação com a violação dos direitos das trabalhadoras, mas só quando essa violação afeta o grupo de pertença (Bento, 2002, p. 28-29).

O pacto narcísico da branquitude, elaborado pela autora, apresenta os mecanismos e estratégias utilizados pela branquitude para manutenção de privilégios, poderes, saberes e subjetividades. Ainda analisando as relações no mercado de trabalho em São Paulo, a autora verifica que mecanismos de preservação e manutenção do status quo são lançados a partir da branquitude. Essa lógica não é organizada de forma proposital: “é evidente que brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios” (Bento, 2022, p. 18). Entretanto, a exclusão racial e de gênero, bem como a manutenção dos privilégios da branquitude se dá de maneira similar em diferentes organizações, conforme analisado pela autora (2002;2022).

A manutenção do privilégio da branquitude se relaciona com a concepção de que privilégios são méritos, naturalizando desigualdades a partir da meritocracia. Por meritocracia compreende-se um leque de “habilidades intrínsecas a uma pessoa que depende esforço individual e não estabelece nenhuma relação dessas “habilidades” com a história social do grupo a que ela pertence e com o contexto que está inserida” (Bento, 2022, p. 21).

Discursos como “eu estudei muito” e “meus pais trabalharam muito para me dar a melhor educação” são muito comuns e ignoram as realidades e condições distintas da população negra e pobre. Demonstra como esse universo – do trabalho e do discurso sobre o trabalho – é organizado pela branquitude e faz parte do pacto narcísico. Se a população negra quer adentrar esse espaço, “que seja no mesmo molde do que a branquitude”, colocando novamente enquanto sujeito universal de valores e saberes.

Além disso, Bento (p. 30, 2002) analisa que o silêncio e a omissão histórica da população branca brasileira, quando relacionada às desigualdades raciais, está interligada com um componente narcísico, de autopreservação, sendo acompanhado de um forte investimento em colocar a população branca enquanto referência da condição humana.

Esse elemento da autopreservação pode ser analisado em diferentes contextos, não apenas no contexto organizacional. Por exemplo, ao remeter-se à herança escravocrata, Bento (2022) afirma a existência de um pacto narcísico entre coletivos que carregam “segredos em relação a seus ancestrais, atos vergonhosos como assassinatos e violações cometidos por antepassados, transmitidos através de gerações e escondidos, dentro dos próprios grupos, numa espécie de sepultura secreta” (Bento, 2022, p. 23).

O legado da escravidão para o branco é um assunto que não só os nossos entrevistados evitam, mas o país não quer discutir. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Não reconhecer-se como partícipe dessa história é não assumir um legado que acentua o lugar de privilégio que o grupo branco desfruta na atualidade (Bento, 2002, p. 37).

As análises de Bento (2002) podem ser correlacionadas com os ideais de eugenia apresentados por Diwan (2007). A autora percebe que a discriminação racial por grupos de pessoas brancas é uma forma de manutenção de privilégios – ocultos ou não – a um grupo racializado. Entretanto, indaga se tal discriminação teria como gênese o preconceito ou o interesse pela manutenção de tais privilégios.

Outras autoras nos guiam nessa análise. Para a pesquisadora Liv Sovik (2004) a questão da mestiçagem é utilizada para mascarar o racismo no Brasil e, além disso, nega a existência de um grupo racial branco, permitindo que brancos se declarem enquanto mestiços. Entretanto, é na prática social e não na genética que estas relações se diferenciam.

O discurso hegemônico sobre relações raciais no Brasil tem duas particularidades que se destacam: o valor que se atribui a uma herança cultural de convivência inter-racial pacífica, a chamada democracia racial; e a afirmação da mestiçagem, presente em todas as famílias, como obstáculos biológico à polarização branco-negro e, portanto, às formas mais violentas do racismo (Sovik, 2004, p. 376).

Schucman e Schlickmann (2018) informam que tais estudos demonstram que a população branca se apresenta como produtora ativa de uma estrutura racializada, através de mecanismos diretos de discriminação e da produção de

um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento. Esses mecanismos seguem produzindo desigualdades raciais que asseguram e naturalizam à população branca a ocupação de posições mais altas na hierarquia social.

Lia Schucman (2012) em sua tese em Psicologia Social, apresenta como branquitude se constitui por uma construção sócio-histórica produzida pela ideia de superioridade racial branca, adquirindo privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos.

Para tratar as dinâmicas que protagonizaram essa construção sócio-histórica, chama Franz Fanon que, em 1952, publicou o livro "Pele Negra, Máscaras Brancas". Fanon aborda diferentes temas relacionados à questão da raça e à dinâmica entre colonizado e colonizador como categorias essenciais para compreender a formação das subjetividades de sujeitos brancos e negros. A opressão colonial e o racismo inerente à estrutura da colonização também afetaram subjetivamente tanto os colonizados quanto os colonizadores.

Para os negros, isso resultou em uma negação de sua própria imagem e cor, levando a uma adoção da ideologia do branqueamento. Assim, a construção das chamadas "máscaras brancas" começa com a rejeição da própria negritude e uma tentativa de se distanciar dos estereótipos associados de forma negativa aos não brancos na sociedade ocidental.

As teorias e análises apresentadas nessa seção versam sobre a necessidade de reconhecermos e valorizarmos a agência ou a capacidade de agenciamento de negras e negros enquanto sujeitos políticos e de conhecimento, refutando concepções que nos direcionaram, historicamente, a objetos de estudos. É a partir dessa perspectiva, da ação e da transformação social, que poderemos enfrentar as complexas dinâmicas de poder e exclusão social que estamos inseridas, buscando desafiar e transformar as estruturas de desigualdade racial historicamente construídas.

## **2.5. Tecnologias são políticas: a racialização dos artefatos**

A teoria crítica, como vimos anteriormente, compartilha da ideia de que a

tecnologia é controlável e carregada de valores. Os valores a ela incorporados são socialmente específicos, sendo uma ferramenta para estilos de vida (Feenberg, s/d). Langdon Winner, em seu artigo intitulado “Do Artifacts have Politics?” (1986) nos apresenta evidências acerca da noção sobre as qualidades políticas das ferramentas tecnológicas, demonstrando de que maneira tais tecnologias podem “incorporar formas específicas de poder e autoridade” (Winner, 1986, p. 01). Winner discorre sobre a afirmação clássica que compreende a utilização da tecnologia dividida em duas perspectivas, uma autoritária e outra democrática, analisando que os sistemas técnicos estão entrelaçados às condições políticas da modernidade. A política, para o autor, está relacionada aos arranjos de poder e autoridade e nas atividades existentes nas associações humanas.

Para Abdias do Nascimento (2019, p. 98), “a dependência científica e tecnológica equivale ao estrangulamento e a criação de sistemas de opressão porque está baseada sobre o valor da ambição de lucros”. O autor argumenta que essa dependência pode ser vista como mais uma das manifestações de racismo, pois esses sistemas marginalizam e excluem populações negras e perpetua desigualdades sociais. Para transformarmos esse cenário, precisamos desafiar e transcender estruturas de poder, faz-se necessário, então, compreender de que maneira a racialização de artefatos tecnológicos em prol de projetos discriminatórios se intersecciona com o capitalismo e com a supremacia branca.

Márcia Guena et al. (2022) argumenta que as tecnologias são políticas e racializadas e que as noções atuais sobre tecnologia – algoritmos e inteligência artificial – vêm sendo elaboradas há muito tempo, refletindo as dinâmicas sociotecnológicas e práticas materiais de poder. Citando Charles Mills (2018, p. 425 apud Guena et al., 2022, p. 247) a produção de conhecimento eurocentrado tornou-se uma “estrutura abrangente, e virtualmente intocável, uma convicção de excepcionalismo e superioridade que parece justificada pelos fatos e, por isso, moldando circularmente a percepção dos fatos”.

A reprodução do racismo é observada pelas interlocutoras da Rede de Mulheres Negras do Paraná nos diferentes entendimentos sobre tecnologia. Ao serem indagadas sobre a relação entre tecnologia e racismo, compreende-se,

conforme apresentado por Camila Matos e Cleci Martins a seguir, que artefatos tecnológicos, assim como, dinâmicas sociotécnicas e práticas de biopoder estão imbricadas ao racismo, assim como às questões de gênero e classe.

Eu acho que as redes sociais, assim como o uso da internet, das tecnologias em si, assim como ela proporcionam que a gente se aproprie, sobretudo, de conhecimento, que a gente esteja próximo de algumas pessoas, como isso que estamos fazendo hoje, trocamos experiências, trocando informações, dialogando [...] ela também empurra goela abaixo muita, muita questão racial. Ao passo que ela nos proporciona estarmos próximos, acessar, produzir conhecimento em todos os campos, em todas as mídias, aqui no Brasil ou fora, conseguir se conectar com negros, os negros do sul se conectarem com negros em outras regiões do país. A gente também consegue enxergar que a reprodução do racismo se estruturou muito forte na tecnologia, no uso da internet (Camila Matos).

A gente está no pós-pandemia, mas durante a pandemia tinha dados horrorosos da ONU falando sobre o acesso à internet e a educação que estava à distância. Teve um número muito alto de evasão escolar, sobretudo, de negros, por essas impossibilidades de acessar a tecnologia enquanto material. E a própria internet então, ao mesmo tempo que ela te inclui em alguns lugares, em alguns espaços, ela também se exclui (Camila Matos).

Durante a pandemia, a gente percebeu muito essa necessidade, enquanto movimento social, de usar principalmente as plataformas que disponibilizam as reuniões virtuais online. Então nós tivemos que nos adaptar a essa realidade por conta da pandemia. A pandemia mostrou para nós o quanto que essas desigualdades de acesso atingem principalmente as populações negras. Então ficou também visível para nós no pós-pandemia, porque a gente não solucionou esse problema. Essa pauta continua ali e a gente não vem dialogando também que, por exemplo, se a tecnologia está a nosso serviço, é para facilitar alguns trabalhos, por que que nós continuamos com uma jornada de trabalho exaustiva e para as mulheres é a terceira, a quarta para jornada? E a gente não dialoga sobre isso. Então eu acho que é algo pra gente pensar também: até que ponto essas tecnologias estão ao nosso serviço e até que ponto elas não trazem novas demandas e uma sobrecarga de trabalho. [...] Porque quando a gente vê que as pessoas que mais necessitam dessas tecnologias são as pessoas negras, mas para o seu bem viver, para que a gente produza aí uma sociedade mais justa, a gente precisaria ter esses acessos. Também, quando a gente pensa em equidade, eu tenho que compreender que, por exemplo, os acessos tecnológicos que uma criança de uma classe média alta, não é o processo tecnológico que uma criança das periferias e da favela tem e a criança da periferia e da favela é uma criança preta ou parda. (Cleci Martins).

O racismo presente nas dinâmicas sociotécnicas e artefatos tecnológicos pode ser observado em diferentes esferas. Por exemplo, o levantamento realizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e da organização de direitos humanos Terra de

Direitos, intitulado “Quilombolas Contra Racistas”<sup>16</sup>, aponta que entre 2019 e 2021, 94 discursos de ódio racistas foram realizados por autoridades públicas de diferentes esferas do poder público. 41% deles, possuem o foco no reforço de estereótipos racistas e perpetuam um discurso de ódio e desinformação.

Ainda, podemos citar a utilização de câmeras de reconhecimento facial: para algumas pessoas, tal artefato tecnológico pode ser considerado um avanço e/ou uma forma de segurança. Entretanto, não são poucos os casos de reconhecimento indevido relacionados a pessoas negras, ou ainda, o não reconhecimento de pessoas negras por essa tecnologia, como é o caso apresentado no documentário Coded Bias<sup>17</sup>, na Netflix. No Brasil, 90,5% dos casos de prisões por reconhecimento facial são de pessoas negras, conforme apontam os dados da pesquisa de 2019 elaborada pela Rede de Observatórios da Segurança.

Para Tarcízio Silva, o racismo algorítmico pode ser entendido como uma forma atualizada do racismo estrutural, sendo mantido de maneira a beneficiar um grupo dominante, e baseia-se fortemente em uma epistemologia da ignorância para sustentar o poder desse grupo. Há uma gênese colonial na vigilância de corpos negros, que é exemplificada durante sua participação, em Curitiba, do evento Espaços Públicos e Reconhecimento Facial, realizado pela então vereadora Carol Dartora<sup>18</sup>. Silva argumenta que, desde a colonização, as marcações em ferro são parte da classificação social de indivíduos. Ainda, argumenta como os jornais do período colonial anunciavam, apresentando características específicas com fins de reconhecimento de pessoas negras escravizadas que haviam fugido.

Partindo desse olhar, entendemos como as ferramentas tecnológicas não são neutras, mas carregadas dos valores daqueles que as produzem, podendo possuir um conjunto de consequências que, por muitas vezes, não questionamos. Ainda,

---

<sup>16</sup>Disponível em <https://quilombolascontraracistas.org.br/>. Acesso em: 14 de maio de 2023.

<sup>17</sup>Disponível em <https://itsrio.org/pt/varandas/decodificando-o-coded-bias/>. Acesso em: 13 de março de 2024.

<sup>18</sup>Disponível em <https://tarciziosilva.com.br/blog/2022/08/>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

as tecnologias são formas de ordenar o mundo em que vivemos.

Ruha Benjamim (2021) chama atenção para as práticas de racismo que são operadas a partir das tecnologias, operacionalizadas a partir de um “padrão” estipulado que classifica, objetivamente mas sem deixar “rastros”, pessoas negras, delimitando e fixando lugares de uma forma, muitas vezes, invisível àqueles/as que não realizam uma análise crítica da CTS. Segundo a autora, a ciência e a tecnologia materializam as desigualdades sociais, e são reelaboradas historicamente para continuar legitimando diferenças raciais.

Benjamin (2021) nos instiga a pensar de que maneira os estudos CTS podem ser compreendidos a partir de um referencial racial, entendendo que as tecnologias hegemônicas são desenvolvidas a partir de uma concepção de desenvolvimento e progresso, ignorando as diferentes formas de opressão, sejam elas raciais, de gênero, classe, sexualidade etc., sendo corpus de imaginários supremacistas. Trazemos a reflexão de Cleci Martins, que nos demonstra como as desigualdades sociais são reproduzidas e reforçadas por diferentes tecnologias, sendo necessário repensarmos as estruturas para promoção da igualdade e justiça social.

Quando a gente pensa nos acessos que a gente tem, quando a gente fala em Netflix, não é todo mundo que tem Netflix em casa, mas todo mundo continua acessando a Rede Globo, a Rede TV, canais de igrejas evangélicas que também entregam conservadorismo. Então, acredito que tudo isso também perpassa esse debate sobre tecnologia e já demonstra aí o quão racista é esse sistema. Porque eles não podem escolher o que colocar para sua criança, não tem essa possibilidade de escolha, é o que eu tenho no meu canal aberto. Da mesma forma, os aplicativos. Nós temos aplicativos que muitas famílias só vão saber se existem se fizerem parte de determinado grupo. Se essas famílias não estão inseridas neste grupo social, essas crianças também não vão ter acesso a alguns aplicativos, sobre o processo, por exemplo, de conscientização racial. Então eu acho que é algo bem bacana para a gente começar a dialogar, fico muito feliz cada vez que a gente vê a galera das exatas, a tecnologia, da comunicação, pensando, como que a gente pode reverter esse quadro a partir desse olhar, para equidade, para a gente poder pensar também que essas ferramentas, até que ponto que elas vêm suprir as nossas necessidades?

A partir desse olhar sobre a racialização das tecnologias questionamos de que maneira elas vêm sendo elaboradas, desde a colonização, com base no domínio masculino e branco, afirmando também como a descolonização da ordem

eurocêntrica do conhecimento é urgente, como nos afirma Grada Kilomba (2019, p. 53). Para Tarcízio Silva (2021), a manutenção e reprodução dos privilégios da branquitude parte da centralidade eurocêntrica do debate em concepções históricas e econômicas de dominação colonial e neocolonial, que se desdobram também nas produções científico-tecnológicas. Entretanto, há um esforço em evitar o debate racial e, como afirma Kilomba (2019), “conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial” (Kilomba, 2019, p. 50). Entende-se que as concepções sobre o que é científico, quem pode estar nesse lugar, que pode ser debatido e elaborado, além da legitimação do conhecimento, é orientado por perspectivas que englobam elementos raciais e sociais.

Lélia Gonzalez (1979) também argumenta nesse sentido quando observa a existência de um discurso paternalista que configura os discursos de mulheres negras enquanto emocionais. Entretanto, considera importante ressaltar que a emoção, a subjetividade e outras atribuições do discurso de mulheres negras não implicam em renúncia à razão, mas ao contrário, são o modo de torná-la mais concreta, humana e menos abstrata. “Trata-se no nosso caso, de uma outra razão” (Gonzalez, 1979, p. 44).

Sobre a produção de tecnologias e as dominações de classe, Winner (1986) afirma que “dizer que algumas tecnologias são inerentemente políticas é dizer que certas razões de necessidade prática, amplamente aceitas [...] tendem a eclipsar outros tipos de raciocínio moral e político” (Winner, 1986, p. 11).

Essa concepção sobre a produção do científico-tecnológico pode ser aproximada às teorizações de Kilomba (2019) que nos mostra como o racismo acadêmico está relacionado não apenas com os sujeitos que são marginalizados, mas também, com as nossas experiências, discursos e teorizações.

Relacionando o debate realizado por Gayatri Spivak (1995), Kilomba (2019, p. 47) questiona a crença no silenciamento ou, ainda, a percepção de que vozes marginalizadas são incapazes de refletir e se posicionar contradiscursos hegemônicos e à opressão colonial imposta a esses sujeitos. A autora compreende que não são as vozes que não conseguem ser articuladas, mas, sim, que a ciência produzida por esses sujeitos que não são consideradas enquanto

conhecimento: “não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido” (Kilomba, 2019, p. 51).

Ainda em 1979, Gonzalez (1979) já demonstrava o silenciamento e exclusão ocasionados pelo racismo às mulheres negras, afirmando que

Na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores” (Gonzalez, 1979, p. 44).

Ao conceitualizar a partir de Paulo Freire, David Nemer (2021) também se aproxima das análises de Winner e Kilomba ao afirmar que, “ao reconhecer e nomear o “oprimido” e o “opressor”, busca jogar luz nas capacidades das pessoas de lutarem contra limitações que atuam sobre suas humanidades” (Nemer, 2021, p. 25)

Nesse caminho, podemos construir conhecimentos científico-tecnológicos que estejam orientados às práticas antirracistas e feministas, sendo mais participativo socialmente e voltado a um projeto de desenvolvimento democrático. Compreendendo a tecnologia enquanto uma construção social, ela pode ser reprojeta “mediante a politização e internalização de valores e interesses alternativos, e a observância de preceitos de pluralidade, controle democrático interno e a priori, nas instituições onde costuma ser produzida (Dagnino, 2020, p. 49).

Por fim, precisamos compreender de que maneira o racismo e a exclusão social brasileira foram constituídos e estão sendo reproduzidos e ‘reinventados’ em nossa atualidade e geração tecnológica. Tais desigualdades estruturais, de raça e classe, não serão superadas a partir de uma fórmula pronta: é necessário investigar e documentar quais estratégias estão sendo utilizadas, em diferentes espaços, para construção de uma sociedade mais igualitárias.

## **2.6. Tecnologias de esquecimento: a população negra no estado do Paraná**

Como apresentado na introdução desse trabalho, o apagamento da presença negra no Paraná se insere no contexto de negação da memória negra que foi instituída pelo estado brasileiro. De acordo com João Carlos de Freitas (2020), por serem considerados responsáveis pelo “que é ruim em nossa sociedade”, a presença e memória negra passa pelo processo social de marginalização e exclusão. Esta lógica, muito comum no final do século XIX, se relaciona não apenas aos ideais de desenvolvimento e progresso tecnológico, mas também, às políticas de branqueamento e higienização da população brasileira, a partir da constituição dos grandes centros urbanos. Conforme Delton Felipe (2018), a negação das práticas de vida da população afro-brasileira era compreendida como um obstáculo ao projeto nacional brasileiro.

No estado do Paraná, essa lógica se deu de forma semelhante, partindo da omissão, esquecimento e apagamento da presença negra no estado como parte de uma “política do esquecimento”. Tal política, de acordo com Johann Michel (2010) pode se dar pela omissão e negação, operada pela manipulação do esquecimento marcada pela ação do poder público.

O relato de Cleci Martins vai de encontro às análises desenvolvidas por Delton Felipe (2018), percebendo como as políticas de memória e esquecimento, no estado do Paraná, continuam sendo desenvolvidas pela branquitude em favor de um discurso que remete ao “sul maravilha”, “Europa brasileira”, “Capital da Produção”, dentre outros anúncios tão conhecidos e propagados sobre a região:

Com toda certeza o estado do Paraná é um estado predominantemente branco, que se autodeclara a Europa do país, se acredita que somos modelo, inclusive de desenvolvimento, branco, do agronegócio. Pretende-se colocar nesse patamar de modelo de desenvolvimento de uma sociedade que é modelo, e essa sociedade modelo do estado do Paraná, é uma sociedade que invisibiliza, mas eu não sei se é esse o termo, apaga, silencia e esconde essas relações que são produzidas nesse estado.

A política do esquecimento foi fundamental para a construção de uma nova memória coletiva planejada pelo poder público. Perpassa também a busca pela criação de uma identidade local, processo que se deu a partir de meados do século XIX, com a emancipação paranaense frente à província de São Paulo. Nesse contexto, conforme apresentado por Delton Felipe (2018), o governo paranaense

busca construir uma memória coletiva do que é ser paranaense, instituindo uma política da memória. O paranismo, nesse contexto pós emancipação regional, foi uma ideologia amplamente publicizada por Alfredo Romário Martins para “designar os que nutriam amor pelo Paraná e estavam dispostos, através do discurso, a louvá-lo e reconhecerem nele um lugar onde a população teria as perfeitas condições para se desenvolver como civilização” (Iurkiv, 2002, p. 131).

Paranismo é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense [...] Paranista é aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, cedeu uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore (Alfredo Romário Martins apud Pereira, 1997, p.87).

Para tanto, a construção de uma identidade local e regional foi arquitetada pelas elites intelectuais, artísticas e políticas no final do século XIX, buscando criar uma “tradição paranaense”. Isto porque o sentimento dos intelectuais da época remetia à não existência de uma cultura propriamente paranaense, visto também, pela própria constituição do estado a partir de fluxos migratórios de outras regiões, sobretudo, nordeste e outras regiões do sul brasileiro. O principal expoente dos intelectuais desse movimento foi o historiador Alfredo Romário Martins, autor do livro *História do Paraná*, publicado em 1899. Tal obra, influenciada pelos ideais racistas da época, foi reconhecida cientificamente como história oficial do estado do Paraná.

No que se refere às relações raciais no estado do Paraná, Romário Martins, como ficou conhecido, representou o paranaense como a soma de heranças luso-brasileiras e indígenas. Esses seriam os ancestrais “fundadores” do estado do Paraná, apresentando os indígenas como “o bom selvagem”, romantizado e mitificado. Além disso, buscou-se apresentar o estado a partir de elementos simbólicos, o pinheiro e seus derivados, a pinha e o pinhão, a gralha azul, dentre outros elementos como a erva mate (Afonso, Queluz, 2007).

Na construção desse mito de criação, Romário Martins afirmou que o negro e o mestiço negro nunca foram numerosos no Paraná. Tal premissa foi refutada por

diferentes autores. Como argumentado anteriormente, antes da abolição da escravidão, o Paraná contava com 40% de sua população formada por negros e negras (Silva, 2010 apud Felipe, 2018).

Porém, é incontestável a presença da população negra no processo econômico paranaense, considerando que

[...] a utilização do trabalho escravo estendeu-se a todos os setores produtivos da comunidade paranaense, desde a mineração à agricultura de subsistência, pecuária, aos afazeres domésticos, diferentes artesanatos, ofícios rurais, urbanos e mesmo às funções de administração conforme fontes documentais existentes (Balhana, Machado, Westphalen, 1969, p. 122).

Ao andarmos pelas ruas de Curitiba nos deparamos com essa história. São enormes as edificações do final do século XIX e início do século XX. Construções estrondosas, com estruturas que nos fazem refletir sobre quais foram as mãos responsáveis pela construção desse estado. Cleci Martins nos apresenta abaixo uma reflexão acerca da ancestralidade negra e a histórica utilização dessa sabedoria ancestral no desenvolvimento do Paraná.

Nós temos Ògún, que é o senhor do ferro, que cuida do caminho, que cuida das estradas. Quando a gente analisa a história dos nossos ancestrais, a história nossa, dentro do estado do Paraná, a gente percebe que todo esse processo de desenvolvimento tecnológico, a mão que construiu tudo isso, a mão que constrói um prédio, é uma mão negra. A mão que está lá trabalhando na indústria automotiva, é uma mão negra. A mão que está lá no desenvolvimento da agricultura, mesmo eu questionando esse processo do agro é pop do agronegócio, é uma mão negra.

Outro argumento utilizado na época para a predominância luso-brasileira e, posteriormente, de imigrantes europeus, se deu pelo determinismo geográfico fortemente divulgado pelas elites intelectuais. Esse argumento foi essencial nesse processo, pois considerava elementos geográficos como determinantes para ascensão e desenvolvimento do estado paranaense. O clima ameno, semelhante ao clima europeu foi utilizado como argumento para justificar a suposta superioridade paranaense em relação as demais regiões brasileiras.

Um elemento importante para construção dessa autoimagem se deu pelo campo artístico e cultural que elegeu símbolos paranaenses, como o pinheiro, a gralha azul e o pinhão. Essa representação consta em diferentes obras literárias e

pinturas realizadas por artistas paranaenses. O processo de criação do mito fundador e a constituição de uma memória coletiva amplamente divulgada, instituiu um “meio” – geográfico – e a raça – europeia – como elementos centrais desse mito fundador.

O Pinheiro alto, eril, de longos braços estendidos para os horizontes. É o Paraná, transfigurado no símbolo verde das esperanças que se realizam, da hospitalidade acolhedora dos advindos de todos os quadrantes do mundo, da afirmação de força e de altura incitadoras das resistências para o trabalho e para as preocupações altruístas (Alfredo Romário Martins apud Iurkiv, 2002, p. 126).

*Figura 4 - Capa da primeira edição da Revista Ilustração Paranaense*



*Fonte: Museu Paranaense*

Entretanto, a presença negra no estado do Paraná pode ser verificada, por exemplo, a partir do levantamento das comunidades remanescentes de quilombos: são mais de 80 comunidades (Freitas, 2020). Além disso, o Paraná conta com o maior contingente de população negra do sul do país.

Segundo Freitas (2020), no século XX houve uma construção das significações básicas do negro no Brasil, relacionando-os também à revalorização do trabalho humano

[...] tendo como mote a desconstrução, ao menos no discurso do que tinha

sido até bem pouco tempo o trabalho escravo, em razão logicamente de uma nova concepção de mundo do trabalho, que estava presente para o século e conjuntamente com esse discurso a questão referente ao mito da democracia racial brasileira. (Freitas, 2020, p. 109)

O autor afirma que o mito da democracia racial foi primordial para mascarar o racismo da sociedade paranaense, divulgado amplamente através de revistas, periódicos e jornais, construindo efetivamente a partir desse discurso a ideia de “um contingente europeu branco levantado como ícone do trabalho e da prosperidade no qual todos deveriam se mirar, e através do qual a sociedade brasileira iria chegar à perfeição” (Freitas, 2020, p. 110).

Essa afirmação da constituição paranaense entre imigrantes europeus, indígenas romantizados e africanos – em minoria – no estado do Paraná pode ser verificada, ainda hoje, em diferentes espaços públicos, conforme analisa Juliana Mittelbach

Olhe, então aqui em Curitiba, eu acho que foi uma estratégia que deu muito certo como eles conseguiram apagar da história a contribuição do povo preto. Você vê os grandes painéis nos espaços políticos da cidade? Na Câmara Municipal de Curitiba, no auditório do anexo 2, que é o Auditório onde acontece as audiências públicas, o painel não tem a imagem de uma pessoa negra como uma das pessoas que contribuíram com a construção da cidade. Aí você vai no Memorial de Curitiba, que foi bastante discutida agora por conta das atividades da prefeitura no Dia da Consciência Negra, a retratação dos negros lá são acorrentados. Tem um homem negro acorrentado. A ideia ali é falar do descobrimento do Brasil e do início de Curitiba. Tem um homem com uma roupa de malandro carioca, né, aquele terno branco e chapeuzinho branco, com uma mulher nua no colo, que é uma representação de uma mulher negra. Então toda a representação de uma mulher negra e do homem negro que tem aqui [em Curitiba], as pouquíssimas que tem, é nessa condição de hiper sexualização da mulher negra e da marginalização do homem negro. Está lá um homem negro, acorrentado e a mulher negra nua. E como forma de entretenimento, é o máximo que a gente consegue de visibilidade cultural oficial da cidade de Curitiba, nos espaços políticos públicos da nossa cidade. É difícil mesmo, mas é uma estratégia de apagamento.

E continua, ao demonstrar que essa política do esquecimento, ainda hoje, é desempenhada pelo poder público paranaense:

Pouco tempo, eu estava no Conselho de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Paraná e a gente fez uma campanha junto à prefeitura para tirar do ar uma campanha publicitária que eles colocaram no aniversário de Curitiba, onde apresentavam as praças, falando dos povos que construíram

a cidade. Mostrava a praça da Ucrânia, o Bosque do Papa, o Bosque Alemão, a Praça do Japão, sendo que o Japão veio bem depois, né? Iam mostrando essas praças que são cultos a países euroasiáticos e não mostrou nenhuma referência à importância da população negra na construção dessa cidade, que construiu estruturalmente, né, botando tijolinho lá. Então não tinha nem a praça Zumbi dos Palmares e nem nenhuma referência negra. Daí qual foi o nosso pedido? Foi para que o comercial fosse reformulado com a presença de negros e negras. E o que a prefeitura fez? Tirou do ar. Então é isso. Eu tenho uma decisão e é uma decisão político ideológica, de invisibilizar a contribuição histórica dos negros e negras aqui.

As tecnologias de apagamento das contribuições da população negra no estado do Paraná se dão para além da capital, Curitiba. No relato de Cleci Martins, podemos entender como essa política se desenvolve também em outras regiões do estado, como na região oeste, espaço que nossas famílias permanecem até hoje:

Na região oeste do estado do Paraná, eu acredito que muito ainda precisa ser feito para que a gente reconheça realmente as contribuições dessas populações para o nosso estado. Por exemplo, quando eu conto a história, como eu falei, do meu avô, que foi adotado, e do meu pai, que perde a mãe muito cedo, isso demonstra já negligência do estado para com essas pessoas, que são as pessoas negras. Quando eu também começo a perceber que a minha família, desde os meus avós está nesse território, no entanto, a gente não herdou nada e muitos de nós ainda continuam morando de aluguel ou então trabalhando para os grandes fazendeiros, a gente percebe que esse processo, dessas relações raciais e dessas desigualdades, elas continuam operando nessas regiões e elas são marcadas sim, pelo quesito raça/cor. Isso tem uma relação.

Essas tecnologias de apagamento seguem sendo dispositivos de poder que a população negra é submetida, diariamente, no estado do Paraná, e se apresentam em diferentes contextos, como na perseguição e crescente encarceramento da população negra – 40,86% em 2019, segundo dados do Infopen. Apesar disso, há também resistências, imaginação, ação.

## **2.7. Tecnologias de resistência: ativismos negros no Paraná**

No artigo intitulado “O movimento negro em Curitiba: do GRUCON ao surgimento dos APNs”, Dalzira Maria Aparecida (2020) relata a organização do movimento negro na cidade de Curitiba, especialmente, a partir do início da década de 1980.

Anteriormente a esse período, a região contava com a referência da Sociedade 13 de Maio, fundada em 6 de junho de 1888, um espaço de resistência negra que continua ativo até hoje.

Foi a partir da década de 70 que o movimento negro paranaense começa a se apresentar de maneira mais organizada. Segundo Dalzira Aparecida (2020) o objetivo era lutar e nos defender. Nesse contexto, surge o Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON), organizado em diferentes estados brasileiros e vinculado à igreja católica, que trabalhou com a questão do negro na sociedade, a promoção dos direitos humanos, civis e democráticos, o combate ao racismo, a divulgação das tradições culturais humanitárias de matizes africanas, a conscientização da população afro-brasileira quanto à sua história na Diáspora e o desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre culturas negras (Aparecida, 2020).

Dalzira Maria Aparecida (2020) também relata em seu artigo diferentes organizações e associações do movimento negro fundadas em Curitiba. A Associação Cultural Afro-brasileira, de 1982, buscou a preservação das raízes da cultura africana no Brasil, no “tocante a música, dança, folclore, religião e costumes, e colaborar com as autoridades para a solidariedade entre as raças” (Aparecida, 2020, p. 44). Segundo Ana Crhistina Vanali (2020, p. 69), a Associação promoveu muitas reuniões, palestras, seminários, debates, atividades culturais e desportivas, além de assistência jurídica a seus associados em casos de discriminação. Todas as atividades tinham o objetivo de resgatar a parte folclórica da cultura africana, sobretudo seus rituais.

A Arte Negra foi um grupo cultural criado em 1983, realizou diversas peças de teatro que davam visibilidade à população negra na construção da história nacional, combatia o racismo e valorizava a cultura afro-brasileira (Aparecida, 2020). Atuou até o início dos anos 1990. A Associação Cultural Beneficente da Raça Negra (APRONEGRO) foi criada em 1987 e atuou pela conscientização do negro, considerando sua importância cultural, social e econômica para o Brasil. Também atuou pela conscientização do branco em reconhecer o valor da raça negra. (Aparecida, 2020).

Já o Baluarte Negro, que inicialmente se chamava Iyá Akobiodé, foi fundado

em 1989, composto apenas por mulheres negras. Foi organizado por Dirleia Aparecida Matias, Maria Teresa da Silva, Jaciara Ribeiro dos Santos e Angela Sarneski. Muitas dessas mulheres atuam até hoje no movimento de mulheres negras paranaense, sendo inclusive, associadas à Rede de Mulheres Negras. O grupo realizava desfiles de moda e penteados africanos, apresentações musicais e danças africanas, representações teatrais sobre a vida do povo negro (Aparecida, 2020, p. 45).

Não podemos deixar de mencionar os Agentes de Pastoral Negros (APNs) que desde a década de 1990 desenvolveram trabalhos voltados à educação e conscientização dos negros em Curitiba e Região Metropolitana. A Associação Cultural de Negritude e Ação Popular (ACNAP) conduziu diversos projetos na área cultural com o Grupo Afro-cultura Ka-naombo e o Concurso Beleza de Palmares, entre 1990 e 2000, coordenados por Vera Paixão, reconhecida militante do movimento negro paranaense. A ACNAP também realizou o Curso Pré-Vestibular para negros e negras, iniciado em 2006, com o objetivo de inserção da população negra paranaense no ensino superior.

O trabalho de Glaucia Pereira do Nascimento (2020) também demonstra a importância do estado do Paraná para a mobilização de ações nacionais do movimento negro, como por exemplo a reunião preparatória para o primeiro Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN) realizado em 1991. Essa mobilização demonstra a existência do movimento negro no estado paranaense, afirmando a existência negra nessa região tão marcada pelo apagamento da cultura, saberes e resistências negras.

A histórica mobilização negra no estado do Paraná é entendida como uma tecnologia de resistência essencial para que a pauta racial – e de gênero e classe – rompa os muros, dialogando com outros públicos, organizações e instituições públicas. Nas palavras de Cleci Martins:

A gente tem aqui, por exemplo, a Sociedade 13 de maio, em Curitiba. Quando a gente olha, observa a Sociedade 13 de maio, ela só se mantém porque já teve um processo de movimentação e de mobilização de uma comunidade negra paranaense, a partir também das suas vivências e experiências. Então, esse processo de organizar para que a gente consiga construir e ter essa sociedade dentro do estado do Paraná também algo

marcante, do mesmo jeito que também temos a história de jornais negros paranaenses, então isso mostra a potência da gente conseguir [usar] essas tecnologias a favor do nosso trabalho. E de fazer com que essas pautas que dialogam sobre essas desigualdades raciais no País, sejam levadas a mais lugares.

Esse pequeno apanhado sobre o ativismo negro no estado do Paraná, mais especialmente, na região da capital, Curitiba, demonstra as articulações e a presença negra nesse estado. Em entrevista, Maryllia Reis relata sobre a articulação realizada por mulheres negras na Região Metropolitana de Curitiba. O GEAA – Grupo de Estudos Africanidades Araucária foi uma organização de mulheres negras que atuou no início dos anos 2000, realizando diversas oficinas nas escolas da rede municipal e estadual de educação com a temática racial.

Era 2006, 2007, 2008 [...] a Rede de Mulheres Negras estava se compondo aqui em Curitiba mas também existia esse grupo de mulheres pretas fazendo esse corre. Talvez se a gente tivesse se unido de alguma forma naquela época, o GEAA ainda existiria. Hoje ele não existe mais de forma efetiva, não existe mais a atividade que a gente fez. Mas antigamente elas faziam bastante formação. Até eu brinco com a minha mãe, de forma gratuita, elas faziam as formações nas escolas do município de Araucária. Então assim, foram muitos anos que esse grupo se especializou, estudou sobre a educação, sobre educação racial e foi praticado dentro das escolas, né? Foi proveitosa a sua existência.

O fim do grupo remete também a fatores que permeiam a vida da maioria das mulheres negras: o cansaço advindo das triplas jornadas de trabalho, bem como o cansaço da constante luta contra o racismo, carregada apenas pela população negra e que escancara a omissão da população branca em relação ao debate racial. Maryllia continua:

Mas para a gente era muito repetitivo, sabe? Parecia que todo ano a gente estava falando da mesma coisa, era cansativo ter que falar as mesmas coisas. O município está andando, mas daí o quesito étnico-racial, as coisas não movimentavam e parecia que as pessoas não ouviam elas, sabe? Elas eram estudiosas na área, mas as pessoas não davam a devida importância. Mas foi bem válida a existência do GEAA. Contribuiu muito com a minha formação enquanto ativista hoje, sabe? Tipo, não, não sei nem explicar por que como eu era tão pequena, elas eu acho que nem imaginavam que aquilo poderia causar impacto na minha vida assim, mas causou muito e foi me fortalecendo, enquanto menina preta sabe, enquanto criança.

A experiência relatada por Maryllia Reis ressalta a importância das discussões

e espaços voltados à promoção da igualdade racial, sobretudo no ambiente escolar, ressaltando o reconhecimento dos debates acerca da diversidade racial, de gênero e sexual. Apesar do sentimento de repetição e a falta de receptividade às pautas por parte de alguns estudantes, esse espaço foi primordial para a construção da sua própria militância. Destaca-se, assim, a importância de continuarmos avançando nas propostas que visam a discussão, engajamento, promoção e educação para as relações étnico-raciais, de gênero, sexualidade dentre outros marcadores sociais, buscando sempre, mesmo que com pequenos passos, a construção de novos imaginários, como veremos a seguir.

### **3. MULHERES NEGRAS E TECNOLOGIAS DE RESISTÊNCIA: A REDE DE MULHERES NEGRAS DO PARANÁ**

“Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro” (Sueli Carneiro)

#### **3.1. Apresentando a organização institucional da Rede de Mulheres Negras do Paraná**

A Rede Mulheres Negras - PR é uma organização não governamental de Direito Privado da Sociedade Civil na modalidade de associação, de duração indeterminada e sem fins lucrativos ou vínculos partidários, fundada em 04 fevereiro de 2006. A sede da RMN-PR localiza-se na cidade de Curitiba, Paraná, embora desempenhe atividades e possua associadas em todas as regiões do estado. Em seu estatuto, apresenta-se enquanto missão desta organização

Art.1º promover a ação política de mulheres negras, na luta contra o racismo, sexismo, opressão de classe, LGBTfobia e outras formas de discriminação, contribuindo para a transformação das relações de poder e construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Possui em seus objetivos institucionais, de acordo com o Art. 5º, a “promoção de programas, projetos e serviços de atendimento à criança e ao adolescente de relevância pública e social”. Ainda de acordo com o Art. 5º, a RMN-PR tem como objetivos de atuação institucional a promoção e participação das mulheres negras nos espaços de poder e decisão, através de diversas formações; reconhecer e valorizar a mulher negra como guardiã de saberes e fazeres ancestrais, promovendo a integração e a plena cidadania; atingir as mulheres negras de todos os níveis, socioeconômicos, culturais e intelectuais; efetuar ações contra a intolerância às religiões afro-brasileiras; promover a defesa administrativa ou judicial dos interesses e direitos humanos, fundamentais e sociais, individuais e coletivos, difusos ou homogêneos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, dignidade humana da população negra, em especial da mulher negra. Além disso, realiza diagnósticos para implementar políticas públicas e atua na defesa dos direitos humanos, inclusão social, diversidade, meio ambiente, saúde integral, prevenção de violências dentre outras atividades.

A RMN-PR desenvolve projetos voltados à população negra, em especial às mulheres negras paranaenses. Para tanto, realiza parcerias e convênios com diferentes órgãos, fundações e organismos de financiamento, visando garantir o disposto no estatuto da organização. Além da realização das atividades exclusivas vinculadas a cada projeto, realiza constantemente ações que envolvem produção audiovisual, formações, seminários, ações que dialoguem no sentido de promover o combate ao racismo, misoginia e demais formas de discriminação.

Entretanto, esse não é um caminho fácil. Muitas organizações e coletivos sociais negros paranaenses não possuem CNPJ, devido principalmente às burocracias necessárias para garantir a inscrição formal desses espaços. A Rede de Mulheres Negras do Paraná faz parte de um pequeno grupo de instituições negras que possui essa regularização.

É composta por Sócias Efetivas, Sócias Convidadas e Sócias Honorárias. As Sócias Efetivas são aquelas que contribuíram com a fundação e consolidação da RMN-PR. Já as Convidadas, se apresentam enquanto a maioria das associadas que compõe a organização e são aquelas pessoas, físicas ou jurídicas, que foram admitidas na organização após a fundação, participando das atividades institucionais e tendo sua associação aprovada pela Coordenação Executiva. Por fim, as Sócias Honorárias são aquelas que tenham prestado relevante colaboração para o desenvolvimento da organização.

É administrada por uma Comissão Executiva, composta por 6 (seis) mulheres negras, eleitas em Assembleia Geral para um mandato de 3 (três) anos. As funções exercidas por essa comissão são realizadas no âmbito administrativo, financeiro e executivo.

### **3.2. Histórico de lutas das mulheres negras no Paraná**

O histórico das mobilizações de mulheres negras no estado do Paraná, bem como os caminhos de construção da Rede de Mulheres Negras podem ser evidenciados a partir do documentário “Trilhando há décadas - 10 anos da Rede Mulheres Negras do Paraná”. A partir do relato de diversas mulheres negras residentes neste estado, podemos compreender os passos que levaram à criação da Rede Mulheres Negras, bem como, observar os marcos temporais que são destacados durante as últimas décadas.

No documentário, disponível na plataforma Youtube, podemos verificar os relatos das mulheres negras que vêm atuando historicamente para o combate ao racismo e valorização das vidas das mulheres negras. Yagunã Dalzira Maria Aparecida, lyálorisá na cidade de Curitiba, é referência na luta contra o racismo no Brasil e destaca que “nós achamos que tínhamos que buscar um espaço nosso, de gênero, para discutir”. Alaerte Leandro Martins, doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo e membro fundadora da RMN-PR também destacou a necessidade de organização das mulheres negras, saindo dos grupos mistos do movimento negro no Paraná.

Entre as mobilizações estaduais que ocorreram antes da fundação da organização, é destacado o I Encontro de Mulheres Negras do Estado do Paraná (1988), em Curitiba, realizado pelo Grupo União de Consciência Negra. Yagunã Dalzira destaca que não havia infraestrutura para realização do evento. Em 1991 aconteceu o I Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), realizado em São Paulo. Nesse período, no estado do Paraná, havia mulheres negras articuladas, porém, militavam em espaços mistos de articulação política do movimento negro.

Já em 2005 acontece a Marcha Zumbi +10, realizada em Brasília. Nesse espaço, as mulheres negras do Estado do Paraná evidenciaram a necessidade de um espaço articulado de discussão dos debates sobre gênero e o protagonismo das mulheres negras no estado.

Assim, nos dias 04 e 05 de fevereiro de 2006, na cidade de Curitiba, mulheres negras vindas de diversos espaços, onde já protagonizavam o debate de racismo e gênero, “focaram em três perguntas: Quem somos? O que queremos? Para onde vamos?”<sup>19</sup>. Em entrevista, Alaerte Martins, sócia-fundadora da RMN-PR a mobilização para a fundação da RMN-PR iniciou-se em um encontro de mulheres negras realizado em Curitiba.

Quando nós iniciamos, nós éramos umas 30 ou 40 pessoas [...] porque a Rede foi criada num evento chamado “Encontro de Mulheres Negras de Curitiba e Região Metropolitana”. Nesse encontro, participaram umas 30 mulheres e nós fundamos [a RMN-PR]. Aí no final do encontro, no dia 5 de fevereiro, marcamos o lançamento da criação da Rede para dali, mais ou menos um mês, tipo 8 de março, atividade de 8 de março, entendeu? E daí nessa atividade já vieram mais mulheres que se filiaram. Então nós começamos já mais ou menos com umas trinta.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://rmnpr.org.br/quem-somos>. Acesso em 03 de julho de 2023, às 13h14.

As mulheres presentes no encontro entenderam que era preciso trabalhar em Rede e de forma articulada para fortalecer as ações individuais. Yagunã Dalzira, no documentário citado anteriormente, reconhece que “as nossas lutas, elas mudaram, mas assim, precisa muito ainda, a gente ainda tá batalhando por muitas coisas que a gente batalhava nos anos 80. A gente não vai ser igual, não queremos ser iguais. Nós queremos ter direitos iguais”. Desse modo, foi fundada a Rede de Mulheres Negras do Paraná. Nó Homero, da organização Maria Mulher, destaca que a ação das mulheres negras do Paraná buscou na experiência de mulheres negras de outros estados brasileiros exemplos de articulação.

Alaerte Martins nos relatou alguns detalhes sobre a história de criação da Rede de Mulheres Negras do Paraná, considerando o momento político que era vivenciado à época. A questão da ausência das mulheres negras nos espaços, sobretudo, de construção de políticas públicas também é destacada, assim como, as dificuldades de mobilização de mulheres negras no estado do Paraná.

Eu sou enfermeira e até por conta do meu trabalho e muito por conta, inclusive da Rede Feminista de Saúde, que eu aprendi a militância e por conta da ABEN, da Associação Brasileira de Enfermagem, que também aprendi a militância. Eu fui presidente da ABEN, então aprendi muito, tanto com a ABEN como com a Rede Feminista [de Saúde]. Por conta do meu trabalho como enfermeira, coordenando os programas de saúde da mulher, eu participava de muitos eventos, de muitas reuniões e em muitas, eu não podia me pronunciar como usuária porque eu estava ali como gestora. E quase que sempre, infelizmente, a única negra. Então a Rede [RMN-PR] de fato nasce na verdade, por que não existia Rede Feminista de Saúde no Paraná? Eu era ponto focal, ou seja, eu recebia os materiais só e tal [...] E teve a Marcha Zumbi dos Palmares, em 2005 e houve um racha no movimento que estava organizando, logo depois que o Lula assume o primeiro mandato. Teve algumas organizações do movimento negro que foram contrários a fazer a Marcha porque ia ser contra o Lula, contra o governo, e algumas disseram “não, nós temos que fazer sim para mostrar, para dar apoio, sim, mas mostrar tudo o que a gente precisa”. Enfim, tiveram duas marchas e a Rede Feminista de Saúde, na época, coordenada por uma médica negra chamada Fátima Oliveira, apoiou a segunda marcha que era de protesto e mandou um dinheiro para mim, como ponto focal, para levar um ônibus de mulheres negras para a marcha. Como eu não era militante, conheci algumas pessoas do movimento, mas eu não era militante, eu era uma gestora de serviços de saúde, consegui levar três pessoas, que ainda foram de carona no ônibus que passou por Porto Alegre, por Florianópolis, pegou mais algumas e pegou as três. Achei isso um absurdo. Conversando, tanto durante a organização como na marcha, que conversei com a Nó, conversei com outras companheiras que eu já conhecia, algumas figuras nacionais do movimento de mulheres negras, conversei com a Fátima e pedi autorização dela e ao invés de eu devolver para ela o recurso, que era pra ter levado esse ônibus de mulheres negras, ela me autorizou a trazer a Nó de Porto Alegre para ajudar numa oficina aqui e o meu trabalho foi juntar as mulheres negras pra ir pra esse encontro.

Angela Martins, uma das fundadoras da RMN-PR, afirma que no final do encontro, as opiniões convergiram e decidiram que deveriam criar uma organização não-governamental (OnG).

Uma só pessoa não contemplava tudo aquilo que nós éramos naquele momento. Naquele momento nós éramos uma Rede. Éramos muitas mulheres juntas. Todas com sua cor e com a sua história. E não cabia, naquele momento, um único nome. Tinha que ser uma Rede. E foi assim que nasceu a Rede de Mulheres Negras do Paraná (Relato de Angela Martins, fev. de 2006).

Alaerte Martins, em entrevista, completa:

A ideia da Rede era uma puxando a outra. Olha a logomarca aí uma puxando a outra, uma ajudando a outra. Independente se o cabelo é cacheado, se o cabelo é arredondado, se usa trança, se usa dread. A ideia é exatamente esse caminhar junto.

*Figura 5 - Logomarca da RMN-PR*



*Fonte: Site institucional*

A RMN-PR destaca-se como uma organização estadual com foco específico na mulher negra e tem como missão a mobilização para o controle social de políticas públicas, o empoderamento de jovens negras e povos e comunidades tradicionais, bem como construir estratégias de promoção da saúde da mulher negra. Alaerte Martins afirma que a Rede de Mulheres Negras do Paraná tem como foco representar as mulheres negras do Paraná, atuando principalmente no controle social.

E por quê? Que criou? [...] porque em todos os espaços que eu estava, não tinha nenhuma mulher negra para falar das mulheres negras. Por isso, então

que a principal missão, se você lê o folheto da Rede, principalmente o folheto inicial da Rede, as primeiras divulgações da Rede, a principal missão, o principal objetivo de criação da Rede é exatamente representar as mulheres negras paranaenses em todos os espaços de controle social para conseguir políticas públicas para as mulheres negras. É isso. É correr atrás de projetos, para poder ter gente liberada para ir fazer oficina de racismo não sei onde e fazer oficina sobre o outubro rosa, obviamente, com o recorte racial no outubro rosa em outro lugar. O objetivo da rede é exatamente esse.

Suas ações acontecem em todas as regiões do Estado, atuando na área de educação, cultura, promoção e defesa dos direitos humanos, geração de trabalho e renda, valorização da identidade de gênero e raça/etnia, sobretudo, a RMN-PR tem trabalhado na promoção da saúde integral da mulher negra. Nas palavras de Juliana Mittelbach:

Entender que a Rede faz esse tipo de debate, entendendo a saúde como você ter acesso a aquilo que mais desenvolvido a sociedade tem para garantir qualidade de vida em qualquer área do conhecimento. Você entender que a saúde é você garantir que qualquer pessoa tenha acesso a tudo o que a sociedade desenvolveu de mais tecnológico nesse sentido, para que todos tenham maior qualidade de vida é encantador, é um projeto incrível. Você entender a saúde de uma maneira tão ampla e, a partir daí, discutir toda a sociedade, e isso é uma coisa que me encanta.

Enquanto ações que marcam o histórico dessa organização, podemos citar a realização da Oficina Gênero e Raça, que acontece anualmente, desde 2006 em fevereiro, mês da fundação da organização. A oficina ressalta a necessidade de aprofundar os debates relativos às especificidades das mulheres negras. Além disso, a RMN-PR realizou, anualmente, entre 2006 e 2012 o Seminário Mulheres Negras e Saúde. A saúde da população negra, em especial das mulheres negras, é uma área de importante incidência da organização, contribuindo para que mulheres negras tenham acesso a informações relativas à saúde sexual e reprodutiva e informações sobre doenças que afetam diretamente essa população, como a anemia falciforme. Dessa forma, realizou-se também o Seminário de Anemia Falciforme no Paraná, em 2007. A partir desse seminário criou-se a Associação da Anemia Falciforme no Paraná, sendo a primeira no estado.

As ações da RMN-PR encontram-se também em diálogo com povos e comunidades tradicionais, realizando oficinas em comunidades quilombolas no estado do Paraná. Com o projeto Quilombola Saudável e Jovem Quilombola Saudável, entre os anos de 2008 e 2009, alcançou 11 comunidades quilombolas

e realizou diversas oficinas, sobretudo com o foco na saúde, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e saúde sexual e reprodutiva da juventude quilombola. Além disso, as ações do projeto tiveram como foco questões relativas à segurança alimentar e nutricional. Conforme salientado por Angela Martins, criam-se também articulações estaduais para a participação de mulheres negras, do campo e da cidade, para participação nos espaços políticos.

A geração de renda para mulheres negras também fez parte dos objetivos da RMN-PR. Destaca-se o projeto Quarta do Fuxico realizado entre 2006 e 2009. O projeto tinha como foco a geração de renda para mulheres negras, além de construir diferentes relações de economia solidária ao buscar a troca e movimentação de renda entre as próprias famílias negras que participavam do projeto. Salienta-se também o projeto Prevenção em Cena, que atuou com estudantes do ensino médio, com o objetivo de informar sobre saúde sexual e reprodutiva para jovens da periferia de Curitiba, entre 2010 e 2011.

O diálogo com a juventude é uma das prioridades da organização, pois dessa forma compreende-se a continuidade da luta das mulheres negras no estado do Paraná. Concilia-se, assim, o “conhecimento das mulheres mais velhas com a juventude”, como destaca Teresa Mendes de Souza, também no documentário mencionado anteriormente. A ação política das jovens negras demonstra também, conforme informado no documentário por Michely Ribeiro, a transformação no fazer político. Faz-se assim “ação política com mais alegria, do que pegar os pesos dessa ação para a vida, e principalmente para as experiências do movimento”.

A RMN-PR também realizou diferentes ações voltadas às negras jovens feministas, como o encontro realizado em 2017 em Foz do Iguaçu e em Curitiba em 2022, que reuniu ao todo cerca de cinquenta jovens negras para debater sobre as intersecções entre raça, gênero, classe e juventude.

Em 2012, a partir das reflexões e reivindicações oriundas das agendas internacionais, realiza-se a Oficina Desafios da Interseccionalidade das agendas de Cairo (1994) e Durban (2001) no Brasil. A compreensão da importância da interseccionalidade é destacada pela organização também na realização do II Seminário de Lésbicas e Bissexuais Negras, realizada em 2015, em Curitiba.

Este diálogo com as mobilizações internacionais também pode ser observado a partir de 2015, com a Década dos Afrodescendentes, proclamada pela

Organização das Nações Unidas (ONU).

No Brasil, realizam-se as mobilizações para a realização da Marcha das Mulheres Negras, realizada em Brasília em novembro de 2015. No Paraná, a RMN- PR organizou mais de 300 mulheres, de todas as regiões do estado, para participarem da Marcha. Como nos ensina Neusa Santos Souza (1983) saber-se negra é experienciar o massacre em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências e compelida a expectativas alienadas. Entretanto, “é também e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 1983, p. 18). Cleci Martins nos relata sobre a importância desse espaço e como ele pode impactar no reconhecimento da negritude de meninas e jovens negras, visto as ações realizadas pela organização em 2014 e 2015 para mobilização da 1ª Marcha das Mulheres Negras que ocorreu em 18 de novembro de 2015.

Nós temos também a Marcha de 2015, que foi uma estratégia extremamente potente de fortalecimento da pauta das mulheres negras perante os espaços de decisão do poder executivo e legislativo. Então acho que nós estamos aí colhendo alguns frutos da marcha ainda. Em 2025, nós teremos uma outra Marcha das Mulheres Negras, pelo bem viver. Como estratégia tem as ações que ocorrem pré-marcha. Nessas ações, nesse processo de conscientização, a gente consegue fortalecer muitas meninas e mulheres negras que, muitas vezes, nesse estado, não conseguiam se perceber e se sentirem fortalecidas. Então eu acho que uma das estratégias potentes que nós temos é a Mulheres Negras Rumo à 2ª Marcha das Mulheres Negras 2025.

Este é um marco para o movimento de mulheres negras nacional, pois a realização da Marcha das Mulheres Negras demonstrou a força de mobilização, organização e reivindicação por direitos de milhares de mulheres negras brasileiras<sup>20</sup>. O lema escolhido para essa ação foi “Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver”. Estiveram presentes mais de 30 mil mulheres negras brasileiras.

Bem Viver tem um significado amplo. Segundo Maria Esther Cecenã (apud Acosta, 2016, p. 87), os entendimentos sobre Bem Viver para as mulheres negras podem ser analisados como

uma revolta contra a individualidade, contra a fragmentação e contra a perda

---

<sup>20</sup>Manifesto da Marcha das Mulheres Negras encontra-se no apêndice deste trabalho.

de sentidos que reivindica uma territorialidade comunitária não saqueadora, recuperadora de tradições e potencializadora de imaginários utópicos que sacodem todas as percepções da realidade e da história, e conduzem o mundo em que cabe todos os mundos. Os referenciais epistemológicos colocados pela Modernidade como universais são deslocados, e as interpretações se multiplicam na busca de projetos de futuro sustentáveis, dignos e libertários. (Cecenã apud Acosta, 2016, p. 87).

As mulheres negras da RMN-PR também relataram seu entendimento sobre Bem Viver durante a realização das entrevistas, ainda que tal conceito não tenha sido introduzido a partir do roteiro de entrevistas. Juliana Mittelbach relata que

Eu fui ler o que era a teoria do bem viver, e é algo para você realmente se encantar. É um outro projeto de sociedade, a partir de uma relação saudável com a natureza. Que não nega a tecnologia e o avanço da sociedade, mas que é um equilíbrio e não como meta de consumo, mas sim, como desenvolvimento da sociedade. A gente desenvolver tecnologia para que a gente consiga melhorar as condições de vida da sociedade e não para um lucro desenfreado. Então, a teoria do bem viver me encantou.

Para Cleci Martins, bem viver está relacionado à possibilidade de as mulheres negras terem todos seus direitos garantidos

O bem viver é algo bem complexo, bem profundo para mim. Cleci, porque envolve todos os nossos direitos, acessar todos esses direitos e ter qualidade de vida, é o direito de existir e viver com dignidade. Que a gente observa que muitas das vezes o que nós fazemos não é uma escolha pessoal ou individual, é uma escolha que ela deve ser feita por conta da necessidade. A gente, muitas vezes, enquanto mulheres negras, nós não temos esse poder de escolher. Nós não fazemos isso, a gente vai fazendo conforme a necessidade. Então quando a gente fala em bem viver, penso que a qualidade de vida é existirmos e termos todos os nossos direitos assegurados. É uma reparação histórica desse país para com essas mulheres. Um reconhecimento, dentro da construção que desse país que foi feita sobre a nossa mão. Que todas as pessoas que falam por aí, muitas vezes a gente fala de um pé na senzala, a minha avó era negra, a empregada? Então, esse país tem uma dívida conosco, com a população negra, em especial, com as mulheres negras que de forma, literal, pariram esse país. Não é? Fizeram os filhos dessa nação. Essas mulheres não tiveram os seus direitos assegurados.

E continua

A gente está percebendo aí um processo de envelhecimento da população, nós estamos tendo uma população idosa. Nessa população idosa, quantos por cento dessas mulheres negras que hoje tem 30 vão conseguir chegar até os seus 70, 80 anos com qualidade de vida? Vão conseguir ver seus netos, seus bisnetos, ter uma aposentadoria digna? Terá acesso à saúde? Ah, eu quero fazer um determinado curso no ensino superior, mas esse curso foi feito porque ela escolheu e não somente porque era aquilo que o meu dinheiro dava para pagar nas universidades privadas. Então eu, Cleci, entendo que esse bem viver é um conceito muito amplo, que envolve desde

a nossa saúde mental, espiritual, a tudo aquilo que nos forma e que nos faz estar nesse plano. Mas, de forma a viver realmente, não somente existir. Queremos ter o direito de fazer escolhas, de viver, de falar “não, eu quero estar aqui”, ou “eu não quero estar aqui”, porque para muitas de nós isso não é possível. A gente faz o que dá e o que é possível, como uma estratégia de sobrevivência e não dá para continuar sendo assim, né? A gente precisa requerer e acessar esses direitos, considerando essa dívida histórica que esse país tem com essas mulheres.

O bem viver, desse modo, não pode ser entendido, ou ainda, desejado de forma individual. Não tem relação com o “eu”, com o meu próprio “bem viver”. Para Alaerte Martins

Bem viver [...] eu acho que, mais uma vez, volta lá na missão da rede. Não adianta eu ter graduação, mestrado, doutorado, cuidar da minha saúde, estar viva até hoje, ter optado por não ter filho e [...] tá vendo ali, naquela estante lá de cima? Quantas mulheres negras já morreram na gravidez no puerpério? Eu não posso ser feliz enquanto uma mulher negra, quase sangue do meu sangue morrer de morte materna, morrer de aborto, morrer de câncer, de mama, então minimamente para eu bem viver, eu preciso minimamente me dedicar ao outro. Dedicar, minimamente, me dedicar ao outro. Não é ficar fazendo pelo outro o resto da vida e infelizmente tem gente que você vai, vai, vai, mas daí a pessoa também não quer e não sai do lugar. Agora, na medida do possível, o que você puder fazer, pelo menos de orientar, pelo menos de dar um folheto para pessoa [...] de traduzir as palavras técnicas, do que é um pré-natal, por exemplo, mas traduzir num folheto bem simples para as pessoas que não tem estudo, como eu tive a possibilidade de ter, entenderem. Eu acho que é minimamente é isso que é bem viver. Você não vive só no mundo.

As abordagens utilizadas pelas mulheres da Rede de Mulheres Negras do Paraná para o bem-viver são múltiplas e se destacam a partir da realização de diferentes projetos. A relevância da tecnologia para as mulheres negras, por exemplo, foi tema de um dos projetos realizados em 2016, intitulado Pretas Sacudindo a Rede. Com ele, a organização teve como objetivo dirimir as dificuldades vivenciadas pela organização no âmbito das tecnologias. Assim, este projeto, em parceria com a Itaipu Binacional, foi responsável pelo financiamento do documentário Trilhando há décadas/10 anos Rede Mulheres Negras, bem como, possibilitou a reestruturação do site institucional. O acesso as tecnologias digitais é um fator relevante quando analisamos as dificuldades de uso e produção de ciência e tecnologia considerando recortes de gênero, raça e classe (Lima; Oliveira, 2020).

No âmbito do acesso e divulgação das informações e saberes das mulheres negras, em parceria com diferentes financiadores, a RMN-PR produz cartilhas,

livros e artigos, visando a popularização das temáticas prioritárias. Em 2017 produziu a cartilha Saber de Cor<sup>21</sup>, reunindo informações sobre os agravos do racismo na saúde física e mental das mulheres negras nos diferentes ciclos da vida do território no qual vivem.. O intuito do material foi de servir de fomento a atitudes que visam a efetivação do direito à alimentação saudável.

Em 2022, o Projeto LBTs Negras - Corporalidades Negras: Afirmando Existências, Coexistindo no Palco da Vida, produziu a cartilha LBTs Negras<sup>22</sup>, que trouxe informações sobre a pauta de lésbicas, bissexuais e transexuais negras, buscando disseminar o conteúdo sobre a situação desta população no Brasil.

Nos últimos anos, a RMN-PR tem realizado projetos com foco no fortalecimento institucional, compreendendo que a manutenção a longo prazo desse espaço é uma ferramenta essencial para a continuidade da luta antirracista e feminista da organização. Além disso, foram realizados projetos em parcerias com outras instituições, como o Projeto Rede de Acolhida Alice Quintilhanho que, nos anos de 2022 e 2023, ofertou acolhimento a mulheres, crianças e adolescentes vítimas diretas e indiretas de violência doméstica; buscou, também, garantir atendimento psicológico, orientação jurídica e rodas de conversas com as mulheres do projeto.

Figura 6 - Folder divulgação do Projeto Rede de Acolhida Alice Quintilhanho



Fonte: Instagram Rede Mulheres Negras - PR

<sup>21</sup> Disponível em: <https://rmnpr.org.br/publicacao/9/cartilha-saber-de-cor-2017/cartilhas> Acesso em 30 de set. de 2023, às 11h31.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://rmnpr.org.br/publicacao/10/cartilha-lbts-negras-2022/cartilhas> Acesso em 30 de set. de 2023, às 11h31.

Ainda em 2023, a organização desenvolveu atividades voltadas à educação, saúde, autocuidado, cultura, religião, políticas públicas, segurança alimentar e nutricional, dentre outras ações que foram realizadas ou apoiadas pela Rede de Mulheres Negras do Paraná no Julho das Pretas. Entretanto, essas ações não acontecem sozinha: há toda uma mobilização em rede para que seja possível a troca de experiências, ações e para a construção de mobilizações para as mulheres negras em âmbito nacional e internacional.

### **3.3. Articulando em Redes**

A Rede Mulheres Negras do Paraná também integra diferentes redes de articulação política dos movimentos negros, como por exemplo, a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), sendo uma das organizações integrantes da coordenação desta articulação. A AMNB foi criada em 2000 e atualmente é composta por 38 organizações de mulheres negras de todo país. Tem como missão

promover a ação política articulada de grupos e organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras, realizando o enfrentamento ao racismo, ao sexismo, à opressão de classe, à lesbofobia e a todas as formas de discriminação, a fim de contribuir para a transformação das relações de poder existentes no Brasil<sup>30</sup> (AMNB, s/d).

QUADRO 1 - Organizações associadas à Articulação de Mulheres Negras Brasileiras

| REGIÃO       | ESTADO              | Nº POR ESTADO | ORGANIZAÇÃO                                                                           |
|--------------|---------------------|---------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| Nordeste     | Maranhão            | 13            | Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa                                                  |
|              | Piauí               |               | Instituto da Mulher Negra do Piauí                                                    |
|              | Ceará               |               | Instituto da Mulher Negra do Ceará INEGRA                                             |
|              | Rio Grande do Norte |               | AJAGUM                                                                                |
|              | Paraíba             |               | Abayomi – Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba                                      |
|              |                     |               | Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba                                  |
|              | Pernambuco          |               | Rede de Mulheres Negras de Pernambuco                                                 |
|              |                     |               | Associação de Educação, Arte, Cultura e Agroecologia Sítio Ágatha                     |
|              | Sergipe             |               | Uiala Mukaji                                                                          |
| Sudeste      | Bahia               | 9             | Comunidade Oju Ifá                                                                    |
|              |                     |               | Odara – Instituto da Mulher Negra                                                     |
|              |                     |               | Associação Mulheres de Odun (AMO)                                                     |
|              |                     |               | Irohìn                                                                                |
|              | Minas Gerais        |               | N'ZINGA COLETIVO DE MULHERES NEGRAS BELO HORIZONTE MG                                 |
|              |                     |               | Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais                                               |
|              | Rio de Janeiro      |               | Rede Afro LGBT                                                                        |
|              |                     |               | Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais (CACES)                          |
|              | São Paulo           |               | Criola – Organização de Mulheres Negras                                               |
| Sul          |                     | 7             | Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)                    |
|              | Paraná              |               | Casa Laudelina Campos de Melo                                                         |
|              |                     |               | Geledés – Instituto da Mulher Negra                                                   |
|              | Santa Catarina      |               | Instituto Amma Psique Negritude (AMMA PSIQUE)                                         |
|              |                     |               | Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas                              |
|              | Rio Grande do Sul   |               | Candaces                                                                              |
|              |                     |               | Rede de Mulheres Negras do Paraná                                                     |
| Centro-oeste |                     | 5             | Casa da Mulher Catarina                                                               |
|              | Mato Grosso         |               | ONG de Mulheres Negras Professora Maura Martins Vicência - MUNMVI                     |
|              | Goiás               |               | Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN)                                        |
|              |                     |               | Maria Mulher                                                                          |
|              | Distrito Federal    |               | Akanni- Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnias |
| Norte        |                     | 4             | Pretas Candangas                                                                      |
|              | Amapá               |               | Imune – Instituto de Mulheres Negras Mato Grosso                                      |
|              | Pará                |               | Centro de Referência Negra Lélia González                                             |
|              | Tocantins           |               | Grupo de Mulheres Negras Malunga                                                      |

Fonte: Mapeamento AMNB, quadro organizado pela autora.

A RMN-PR integra diferentes redes de articulação política, nacionais e internacionais. São elas a Rede Nacional Feminista de Saúde - Seção Paraná, Rede Lai Lai Apejo - População Negra e Aids, Red Salud de las Mujeres de América Latina y Caribe - RSMLAC, Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora - RMAAD, Rede Nacional de Mulheres Negras para Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional – SSAN.

A articulação em redes nacionais e latino-americanas também é destacado por Maryllia Reis. Compreende-se que o movimento de mulheres negras é articulado em diferentes frentes de atuação, partindo do micro para o macro na construção de políticas voltadas à gênero e raça.

A gente tem relacionado de uma forma bem bacana, eu achava quando eu entrei na Rede, eu achava que tudo era rede. Tudo a Rede fazia acontecer, mas não. A gente tem bastante parceiro, sabe? E a gente se comunica de uma forma bem legal. Assim “estou disposta a colaborar com o que a gente faz aqui” [...] E a gente também está bem disposta a colaborar com o que as outras pessoas fazem, com os outros coletivos e as outras formas de trabalho.

No âmbito da participação e controle social, a organização integra diferentes espaços, sejam eles na área da saúde, segurança alimentar e nutricional, políticas públicas e direitos humanos, direito das mulheres, dentre outras representações. Além disso, integra comissões, comitês, grupos de trabalho, fóruns e articulações nacionais.

*QUADRO 2 - Conselhos e comissões integradas pela RMN-PR*

| <b>Temática</b>                          | <b>Conselho</b>                                                                    |
|------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Saúde</b>                             | Conselho Estadual de Saúde do Paraná CES/PR.                                       |
|                                          | Conselho Municipal de Saúde da Lapa                                                |
|                                          | Conselho Municipal das Mulheres de Pinhais                                         |
|                                          | Comissão Municipal DST/AIDS Foz do Iguaçu                                          |
|                                          | Comissão Municipal de DST/AIDS Cornélio Procópio                                   |
| <b>Segurança Alimentar e Nutricional</b> | Conselho Municipal da Segurança Alimentar e Nutricional - Pinhais                  |
|                                          | Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA/PR                 |
| <b>Direitos da Mulher</b>                | Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Paraná                       |
|                                          | Comissão de Planejamento e Orçamento                                               |
|                                          | Comissão de Legislação e Normas                                                    |
|                                          | Comissão do Trabalho e Autonomia                                                   |
|                                          | Comissão de Comunicação e Mobilização dos Conselhos e Acompanhamento dos Conselhos |
|                                          | Comissão de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher                             |
|                                          | Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Curitiba                              |
| <b>Direitos e Políticas</b>              | Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná                        |
|                                          | Conselho Municipal de Igualdade Racial de Araucária                                |

*Fonte: Material do Curso “A Luta das Mulheres Negras nos Espaços de Controle Social”. Organizado pela autora.*

Em 2023, a coordenadora administrativa adjunta, Ivanete Xavier foi eleita como presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, possibilitando o conhecimento das situações que violam os direitos das mulheres e meninas paranaenses. Alaerte Martins ao refletir sobre o papel da Rede de Mulheres Negras do Paraná na atuação em conselhos e comissões voltadas à construção e fiscalização de políticas públicas, compreende que a organização precisa construir seu foco de atuação partindo do micro.

Principalmente aqui na capital, penso eu, que a gente teria que estar sim no Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Conselho da Igualdade Racial aqui da capital [Curitiba], porque 40% da população do Estado mora em Curitiba e região metropolitana, conseqüentemente, 40% dos serviços estão aqui, dos profissionais de saúde estão aqui, dos profissionais da educação. Se a gente não conseguir atuar aqui, quem dirá no restante do estado e muito pouco, conseqüentemente, a gente vai poder contribuir, inclusive a nível nacional.

Cleci Martins destaca também que o crescente “desgaste emocional que esses espaços geram, pois somos praticamente as únicas mulheres negras a estarem ali, inclusive por isso temos e o encontro de autocuidado, pois “quem cuida de quem cuida”?” Desse modo, as estratégias da organização visam diferentes esforços para realização de atividades que possuem como horizonte a manutenção da Rede de Mulheres Negras do Paraná à longo prazo, considerando também a necessidade de formação de novos quadros, a participação em espaços de controle social, o autocuidado, à saúde integral das mulheres negras paranaenses.

### **3.4. Documentando as estratégias de enfrentamento às opressões de raça, classe e gênero: considerações a partir de três ações da RMN-PR**

A RMN-PR se destaca como uma organização estadual com foco específico na mulher negra e tem, dentre suas ações prioritárias a mobilização para o controle social de políticas públicas, o empoderamento de jovens negras, povos e comunidades tradicionais, bem como construir estratégias com foco na saúde da mulher negra. Suas ações acontecem em todas as regiões do Estado, atuando na área de educação, cultura, saúde, promoção e defesa dos direitos humanos, geração de trabalho e renda, valorização da identidade de gênero e raça/etnia.

Camila Matos, relembra que

[...] a RMN-PR traz na sua missão, de forma intrínseca, a questão da coletividade e da interseccionalidade, porque aqui a gente tem uma pluralidade muito grande de mulheres que participam, né? Eu digo no contexto regional, no contexto de identidade sexual e até no contexto da questão da cor, que assim como temos mulheres negras de pele muito mais clara, temos negras retintas e [...] isso é a questão da coletividade, porque foi algo que me atravessou. Quando eu me associei, eu vim pelas minhas irmãs, mas eu vim por um contexto pessoal. E a organização me acolheu muito, sabe? Ela conseguiu fazer a mesma acolhida que ela fez comigo, ela fez com outras mulheres e todas as minhas possibilidades de mobilidade social, de alcançar alguns outros campos [...] elas vieram todas por conta

da Rede de Mulheres Negras do Paraná, porque a organização é muito assim: “temos uma fala em um lugar e a gente quer dar essa oportunidade para você. Você não sabe bem, mas você vai aprender, você vai fazer como a gente diz aqui na ‘fazeção’, né? Se aprende a fazer

O contexto da interseccionalidade também foi destacado por Cleci durante a realização das entrevistas dessa pesquisa. Para a socióloga, a aproximação com a Rede de Mulheres Negras do Paraná parte dos questionamentos sobre gênero, raça, escolaridade, afetividades:

Em um determinado momento, eu comecei a observar também essas interseccionalidades com as questões de gênero e comecei a observar a trajetória das mulheres negras, das mulheres negras que já tinham seu mestrado, doutorado. Comecei a perceber alguns elementos que envolvem a afetividade e a solidão das mulheres negras, do não espaço que nos é reservado. Aí comecei a me aproximar da Rede de Mulheres Negras do Paraná. Então, me aproximei da Rede nesse sentido, com esse intuito de entender um pouquinho mais também dessas desigualdades que relacionam raça e gênero, de forma interseccional.

Na visão de Cleci Martins, na Rede de Mulheres Negras do Paraná, essa interseccionalidade pode ser observada na composição da própria organização, considerando que a RMN-PR é composta por mulheres de diferentes grupos sociais:

Nós somos mulheres negras diversas no estado do Paraná. Então nós somos uma rede mesmo de mulheres negras diversas que tem como ponto comum essa representatividade dessa população negra no estado do Paraná. Falar que nós existimos aqui dentro, então nós somos uma rede porque estamos em rede, interligadas. Então, eu acho isso muito bacana e é uma rede no sentido de ser um grupo. Também que não é um grupo uniforme, por exemplo, que tem como uma pauta única, então é a Rede de Mulheres Negras do Paraná. Não é um grupo de mulheres, por exemplo, dançarinas, nós não somos um grupo de mulheres negras capoeiristas, nós não somos um grupo de mulheres negras de axé. Nós somos tudo isso dentro dessa rede, dentro desse contexto. Então, nós somos mulheres negras diversas, de diversas regiões do estado do Paraná, que buscam aí dias melhores para a população negra desse estado e desse território.

Durante o ano de 2023 pude acompanhar algumas atividades realizadas pela Rede de Mulheres Negras do Paraná, em Curitiba, em Foz do Iguaçu e na cidade de Rio Negro. Considero que, no âmbito da realização da pesquisa, esses foram espaços essenciais para captar o que a organização vinha realizando na atualidade, ultrapassando as informações que são disponibilizadas nas redes

sociais e podendo, assim, documentar neste trabalho, quais são as estratégias de enfrentamento às opressões de gênero, raça e classe desempenhadas pelas ativistas da Rede de Mulheres Negras do Paraná. A utilização dessa abordagem metodológica vem de minha experiência nas ciências sociais, sendo uma forma de coleta de dados etnográficos que já me era familiar. Nesse sentido, apresentaremos mais detalhadamente três projetos que foram promovidos durante 2023, e que pude acompanhar no âmbito dessa pesquisa, destacando a importância de ações que consideram o bem-viver das mulheres negras em todos os seus aspectos

#### **3.4.1. O curso de Controle Social**

A primeira atividade que pude participar – enquanto pesquisadora, pois já havia participado de algumas atividades nos últimos 5 anos – foi do curso “A Luta das Mulheres Negras nos Espaços de Controle Social”. A participação neste espaço possibilitou que eu pudesse conhecer mais de perto algumas das associadas, bem como a coordenação colegiada da RMN-PR. Para tanto, no primeiro encontro, realizamos a apresentação da pesquisa, informando sobre os procedimentos metodológicos e quais seriam os objetivos em realizar a pesquisa neste espaço.

O curso contou com 4 (quatro) encontros virtuais, via plataforma Microsoft Teams e foi realizado uma vez por mês, entre os meses de maio e outubro (23/05/2023, 20/06/2023, 19/09/2023 e 09/10/2023), com exceção do mês de julho, mês de visibilidade das mulheres negras brasileiras, latino-americanas e caribenhas, e que conta com diferentes agendas nacionalmente; e o mês de agosto, que precisou ser adiado e repensado devido a indisponibilidades de agenda.

Além de disseminar informações sobre controle social, bem como formar novas possíveis integrantes para estes espaços, a perspectiva do curso foi realizar debates sobre a situação da mulher negra com relação às políticas públicas em âmbito municipal, estadual e federal. Durante a realização das entrevistas, Alaerte Martins também relembrou a importância das representações nos espaços de controle social, sobretudo, considerando a atuação que se inicia no micro e busca, gradativamente, alcançar um espaço de atuação nacional ou internacional.

Entretanto, avalia que...

Mas eu ainda acredito que a gente precisa, antes de eu estar em qualquer representação nacional ou internacional, estar aqui defendendo nas Comissões Municipais, por exemplo, de Direitos da Mulher aqui de Curitiba, do que estar lá na Comissão Nacional de Saúde da Mulher, sei lá do que, entendeu? Que bom se puder fazer os três atuar no nível municipal, estadual e nacional. Que bom, mas antes de você brigar lá no nacional, você tem que brigar primeiro no estadual e primeiro aqui onde nos afeta. Se a gente não conseguir atender e amparar as mulheres negras que estão aqui, que estão sofrendo pelo mau atendimento aqui na cidade, entendeu? Então, por isso que principalmente aqui na capital, penso eu, a gente teria que estar sim no Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Conselho da Igualdade Racial aqui da capital [Curitiba], porque 40% da população do Estado mora em Curitiba e região metropolitana, conseqüentemente, 40% dos serviços estão aqui, dos profissionais de saúde estão aqui, dos profissionais da educação. Se a gente não conseguir atuar aqui, quem dirá no restante do estado e muito pouco, conseqüentemente, a gente vai poder contribuir, inclusive a nível nacional..

Como estratégia para participação e permanência das inscritas durante os meses de realização do curso, a RMN-PR ofereceu às participantes a possibilidade de participar de um encontro presencial, destinado à realização de atividades de autocuidado intitulado “II Encontro Estadual de Cuidado e Autocuidado para ativistas negras”, que foi realizado em Foz do Iguaçu no mês de novembro.

*Figura 7 - Divulgação do Curso de Controle Social*



*Fonte: Divulgação RMN-PR*

Participaram dos encontros o total de 23 mulheres (10 associadas da RMN-PR, 9 ativistas do movimento de mulheres negras de outros espaços políticos e 1 eu, pesquisadora da pós-graduação). Os encontros foram realizados uma vez por mês nas terças-feiras às 18h30. De início pude observar que a realização dos encontros em um dia “útil” e no turno noturno, buscou facilitar a participação das mulheres negras trabalhadoras, a totalidade do grupo. Entretanto, observa-se também que essa estratégia, ainda que vise a facilitar a participação, continua sendo mais uma agenda de ativismo para essas mulheres o que, por momentos, ocasionou alguns poucos abandonos no decorrer do curso.

A cada encontro as facilitadoras do mês – geralmente uma coordenadora e uma jovem associada da RMN-PR – iniciavam apresentando a história de uma mulher negra que é referência em nossa história, mas que continua sendo invisibilizada. Segundo Camila – que também é interlocutora dessa pesquisa e participou do curso como associada da RMN-PR; esta seria uma forma de prestar “homenagem às mulheres, as colocando em local de protagonismo, considerando que são referências de atuação no caminhar político das atuações, nos inspirando no futuro melhor” (Camila, 23 de maio de 2023). O primeiro encontro foi nomeado Antonieta de Barros, primeira mulher negra a conquistar uma eleição por voto popular no Brasil, se tornando a primeira deputada negra do estado de Santa Catarina.

Já no segundo encontro, a homenageada foi Laudelina de Campos Melo, referência nacional na luta das trabalhadoras domésticas no Brasil. No terceiro encontro, tivemos como referência Princesa Alqualtune, valorizando sua importância na articulação política do Quilombo dos Palmares. Já o quarto encontro relembrou a história de Maria Felipa, que organizou trincheiras, lutou e derrotou, junto a um grupo de mulheres, tropas portuguesas na luta pela independência da Bahia, em 02 de julho de 1823.

De início, em todos os encontros, houve uma apresentação que contou um pouco da história de cada mulher negra, sua importância, suas transgressões as imposições racistas, suas dinâmicas de atuação e coletividades.

No primeiro encontro do curso, realizado em 23 de maio de 2023, via plataforma Microsoft Teams, a coordenadora-executiva adjunta da RMN-PR, Juliana Mittelbach, coordenadora executiva adjunta, analisa que...

Para nós que defendemos a interseccionalidade, o Controle Social envolve a capacidade que os oprimidos pela estrutura capitalista, racista, machista, LGBTQI+fóbica, dentre outras, em luta na sociedade civil, têm para interferir na gestão pública, orientando as ações do Estado e os gastos estatais na direção dos seus interesses, tendo em vista a construção de sua hegemonia. (Juliana Mittelbach, 23 de maio de 2023).

Esta seria uma estratégia articulada pela organização para que as especificidades, agendas, histórias e necessidades da população negra, em especial das mulheres negras, estejam presentes nos conselhos municipais, estaduais e nacionais. Há a compreensão de que, sem a participação dessa população, tais especificidades e interseccionalidades seriam englobadas em uma homogeneidade a partir de um discurso universal que ignora situações vivenciadas. Afirmam ainda, que a participação em espaços de controle social se dá pela necessidade de destinação das políticas públicas com a perspectiva das mulheres negras. Cleci da Cruz Martins, funcionária pública e coordenadora financeira adjunta da RMN-PR, comenta que “esses espaços são de enfrentamento, de disputa, de política, de vários olhares sobre o mesmo tema” (Cleci da Cruz Martins, 23 de maio de 2023).

Segundo Alaerte Martins, sócia-fundadora da RMN-PR, o trabalho voltado ao controle social se configura enquanto a missão da organização, afirmando que “o que as mulheres negras buscam é o bem-viver para todos e todas”.

Os relatos das associadas e demais mulheres negras participantes compreende as dificuldades enfrentadas – historicamente – pela organização para que as mulheres negras possam atuar nos espaços de controle social, considerando que a RMN-PR integra diferentes conselhos nacionais, estaduais e municipais, como demonstrado na seção anterior.

Solange Duarte, coordenadora-financeira, afirma que os horários comerciais de realização das agendas de trabalho desses espaços de construção de políticas públicas é um impeditivo para que mulheres negras possam participar com constância, pois, ainda que estejam eleitas, há a dificuldade de liberação – no trabalho ou na família – para que possam participar das reuniões.

Nesse sentido, durante a realização do segundo encontro do curso, Solange Duarte trouxe um aspecto muito interessante dos espaços de construção de políticas públicas: na teoria, há nesses espaços, representantes do governo e da

sociedade civil organizada. O governo, nesse contexto, seria o responsável pela execução das deliberações do Poder Executivo, enquanto a sociedade civil organizada se faria presente com o foco na melhoria – das políticas públicas – e na vigilância das ações do estado, verificando se as políticas públicas estão sendo adequadamente implementadas.

Por outro lado, o que as associadas da Rede de Mulheres Negras observam nos últimos anos, é que muitas das organizações que fazem parte dos espaços de controle social <sup>23</sup> como representantes da sociedade civil, representam grupos específicos que ignoram a realidade das mulheres negras. Por esse motivo, o que é debatido durante a realização do encontro se direciona ao questionamento “que sociedade civil estamos falando?”.

A participação em espaços de controle social é uma das bases do ativismo das mulheres das RMN-PR. Entretanto, em entrevista com a sóciafundadora Alaerte Martins, podemos compreender mais um dos entraves que as mulheres negras vivenciam no ativismo: questões geracionais. Ela afirma que no contexto da RMN-PR...

Eu estou de cabelo branco, Solange de cabelo branco, a Cleci daqui um dia está de cabelo branco. É o futuro da Rede. Precisamos de mulheres mais jovens que incorporem essa ideia, de estar lá representando as mulheres nos espaços de controle social.

Cleci Martins complementa, destacando que a formação de novos quadros, como a proposta do Curso de Controle Social enfatiza, é uma das estratégias de atuação da organização atualmente:

Então eu acredito que a gente tem muito desafio pela frente. Como

---

<sup>23</sup> Controle social é uma forma de compartilhamento de poder de decisão entre Estado e sociedade sobre as políticas, um instrumento e uma expressão da democracia e da cidadania. Trata-se da capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas. Esta intervenção ocorre quando a sociedade interage com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, do estado ou do governo federal. O controle social pode ser realizado tanto no momento da definição das políticas a serem implementadas, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das condições de gestão, execução das ações e aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública. Ainda o Controle Social é exercido a partir da realização de Conferências, Conselhos de Políticas Públicas, orçamentos participativos (Boletim Repente, 2018). Disponível em: [http://epsm.nescon.medicina.ufmg.br/dialogos3/Biblioteca/Artigos\\_pdf/Controle\\_Social\\_das\\_politicas\\_publicas-REPENTE\\_Instituto\\_Polis.pdf](http://epsm.nescon.medicina.ufmg.br/dialogos3/Biblioteca/Artigos_pdf/Controle_Social_das_politicas_publicas-REPENTE_Instituto_Polis.pdf) Acesso em: 25 de março de 2024.

estratégia de atuação hoje, a gente vem aí de uma necessidade também da formação de novos quadros para esses enfrentamentos. Essa formação de novos quadros e, principalmente, novos quadros que tenham esse olhar para essas novas tecnologias, para a comunicação. E como que a gente pode fazer o alinhamento desses saberes, sem desconsiderar as necessidades que o capital nos coloca, mas também, fazendo a vinculação com esses saberes ancestrais que nós já temos. Então, como estratégia de atuação, acho que a gente tem que fortalecer algumas áreas dentro da organização, precisamos formar novos quadros.

As participantes do curso entendem que só haverá a devida representação das pautas das mulheres negras quando podemos participar desses espaços de uma forma qualificada, e esse é o objetivo do curso. Ainda que muitos entraves possam ser encontrados durante a “Luta das Mulheres Negras nos Espaços de Controle Social”, a dedicação das mulheres negras da RMN-PR é evidenciada, dando continuidade à missão da organização.

## **II Encontro Estadual de Cuidado e Autocuidado para Ativistas Negras**

A Rede Mulheres Negras busca realizar ações com foco na saúde integral da população negra, entendendo que a saúde mental é essencial para dar continuidade às ações de enfrentamento ao racismo, sexismo e lgbtfobia. A partir desse contexto, a organização realizou em 2022 a primeira edição do Encontro Estadual de Autocuidado para Ativistas Negras, na Ilha do Mel, Paraná. Neste momento, segundo relato de Cleci Martins, destacou-se a necessidade do cuidado e autocuidado entre mulheres negras, sobretudo, devido ao agravamento do contexto social pós-pandemia. O cenário pandêmico acentuou desafios, impactando negativamente a saúde mental e física das mulheres negras, exacerbando as facetas do racismo estrutural e a falta de acesso a recursos adequados que contribuíram para o adoecimento de nossa população.

Ainda em 2023, aconteceu o Encontro de Autocuidado de Ativistas Negras na sede da Rede Mulheres Negras em Curitiba. Esse encontro, tive a oportunidade de acompanhar enquanto pesquisadora. O evento foi direcionado às ativistas da coordenação da organização e destacou a importância da RMN-PR como um local de autocuidado, acolhimento e conexão para mulheres negras de várias partes do Paraná. O encontro aconteceu durante um sábado, contou com a participação de onze mulheres, em sua maioria da coordenação da RMN-PR. A oficina foi conduzida por Michely Ribeiro, psicóloga e integrante da RMN-PR há pelo menos

dez anos.

Após uma série de dinâmicas, que incluíram os entendimentos de cada participante sobre autocuidado, a construção de mandalas – redes de conexão e cuidado – e momentos de descontração, como a ida ao restaurante do bairro para almoçarmos feijoada, as integrantes da RMN-PR definiram coletivamente que autocuidado, para elas, significa a criação de "estratégias que visam o equilíbrio entre a vida pessoal e a dedicação ao ativismo, construindo uma cultura de cuidado coletivo e autocuidado entre ativistas, em prol da continuidade de nossas ações, respeitando as especificidades de cada mulher negra que fortalece a organização".

Esse encontro aconteceu no início de maio e, já naquele momento, evidenciou diversas questões que as mulheres da RMN-PR estavam enfrentando: a sobrecarga de trabalho, conciliar as atividades laborais, do ativismo, da família. As poucas perspectivas de espaço nas agendas para realizar atividades de lazer, atividades físicas, encontros com amigos, momentos de descanso, ou ainda, de ócio, por que não.

Outro encaminhamento que surgiu da oficina Gênero e Raça, realizada em fevereiro de 2023, foi a construção de um encontro estadual que tratasse sobre essa temática, o cuidado e autocuidado para ativistas negras. Assim, durante os meses de agosto, setembro e outubro, a RMN-PR utilizou de diferentes estratégias para que essa atividade fosse realizada.

Desde o início, a ideia da organização era realizar um encontro estadual na cidade de Foz do Iguaçu, considerando também a expansão das atividades da RMN-PR para outras regiões do estado, onde algumas associadas residem e constroem o ativismo voltado às pautas de gênero, raça, religião, educação. A ideia inicial, conforme me relatou Cleci Martins, era realizar um encontro para cinquenta mulheres, com oficinas imersivas e interativas, acesso a espaços turísticos e pouco acessados por mulheres negras no Paraná, como as Cataratas do Iguaçu e o Parque das Aves. Entretanto, diferentes foram os empecilhos para a execução dessa ação. A coordenação passou meses buscando financiamento junto a órgãos públicos e privados para conseguir realizar a atividade, muitas das vezes, sem sucesso.

Durante a realização do encontro, que ocorreu de forma reduzida

considerando as limitações financeiras que surgiram, as participantes afirmaram que mais uma das dificuldades em ser uma organização de mulheres negras no estado do Paraná, é a ausência dos olhares voltados às questões de raça dentro das instituições que financiam as organizações da sociedade civil. Nesses espaços, as especificidades são ignoradas, quem é responsável por direcionar esses recursos não possui um olhar para a pauta racial, não são mulheres negras que compõe essas instituições. Quando um projeto da RMN-PR é enviado, solicitando apoio para realização das ações, muitas vezes, é ignorado e tratado de forma totalmente distinta de organizações que não trabalham a pauta racial.

Por outro lado, mesmo com todos os obstáculos que surgiram durante a organização do evento, a ação ocorreu na cidade de Foz do Iguaçu, entre os dias 01 à 05 de novembro. Saímos da sede da Rede de Mulheres Negras em Curitiba, no bairro Santa Quitéria, na noite do dia 01, uma quarta-feira. Nesse primeiro momento já era perceptível as expectativas das mulheres em realizar uma viagem tão longe: atravessando o estado do Paraná em um microônibus, deveríamos demorar cerca de 10 horas., Estava uma noite chuvosa e fria. Nosso grupo era composto por 23 mulheres, dois bebês de cerca de 1 ano e meio, três crianças de 9, 10 e 11 anos e dois adolescentes, de 14 e 16 anos. As mulheres que trabalham na sede da RMN-PR, Maryllia e Larissa, organizaram uma sacola com lanches para todas nós, que foi chamado carinhosamente de “kit roeção”, contendo biscoitos, frutas, água, doces.

O caminho foi longo, o ônibus era apertado – um microônibus totalmente lotado. Chegamos em Foz do Iguaçu às 9h da quinta-feira, dia 02 de novembro. Logo de início, a programação indicava a realização de um café da manhã coletivo, no espaço reservado do hotel, tratando sobre questões de segurança alimentar e nutricional. Chegando ao hotel reservado, diversos problemas surgiram com relação ao nosso grupo: o espaço reservado para as atividades do dia não estava limpo, nem organizado e tampouco esperavam pela chegada de nosso grupo. O café da manhã, solicitado com antecedência, não havia sido preparado e quando disponibilizado, não se aproximou nenhum pouco do combinado.

As mulheres buscaram argumentar junto à recepção, entretanto, pouco se ouviu, pouco foi resolvido. As malas de todas nós continuavam no hall de entrada, pois o espaço que havia sido reservado não foi disponibilizado. Informaram, muito

tempo depois, que o local havia recebido uma festa na noite anterior e a limpeza ainda não havia sido realizada. Em um determinado momento o gerente, que estava na recepção realizando check-in nos diz: vocês podem retirar seus pertences da recepção, porque tem um grupo de hóspedes chegando. Essa frase pegou todas de surpresa: como assim hóspedes? Nós também não somos hóspedes?

Foi um momento extremamente constrangedor para todas nós. O encontro, que foi dedicado para o autocuidado entre ativistas, se inicia escancarando o que as mulheres negras vivenciam no Paraná: situações de racismo, descaso, despreparo, indiferença. Levamos mais de uma hora para conseguir tomar café. Mais de três horas para conseguirmos a liberação para entrar nos quartos. O primeiro dia do encontro foi perdido. Após realizarmos o check-in a orientação da coordenação foi que descansássemos, pois todas estavam muito cansadas da longa viagem e das horas de espera no hotel. Nesse dia choveu muito. O almoço também foi frustrante, pouca variedade de comida e senti um desprezo – ou indiferença – dos atendentes do hotel com nosso grupo. Éramos o único grupo que tinha pessoas negras naquele espaço: um hotel três estrelas, com piscina, espaços de relaxamento, música ambiente.

No segundo dia, o céu abriu e fomos às Cataratas do Iguaçu. Mais uma vez, foi um momento marcado por muita emoção: um grupo de mulheres negras visitando um dos patrimônios naturais mundiais, uma das sete maravilhas naturais do mundo. Muitas de nós nunca haviam visitado as Cataratas, apesar de viverem no Paraná sua vida toda. Três dias antes de nossa visita, as Cataratas do Iguaçu haviam registrado um nível de água dezesseis vezes maior do que o normal: era muita água. Ficamos enxarcadas, felizes e emocionadas, tiramos inúmeras fotos, brincamos nas passarelas próximas às quedas d'água.

*Figura 8 - Grupo visitando as Cataratas do Iguaçu*



*Fonte: Redes Sociais da Rede de Mulheres Negras do Paraná*

Muitos momentos compartilhados foram de alegria, realização, emoção. Eu percebia o estranhamento, quando adentrávamos algum restaurante, em grupo, só mulheres negras. Os olhares, o impacto: não é comum que um grupo de mulheres negras, no Paraná, se reúna em público, almoce ou jante coletivamente em restaurantes, faça passeios em lugares turísticos.

A coletividade era latente, as trocas também. Percebi que até mesmo a relação com as crianças do grupo se dava de maneira diferente dos outros espaços que já havia acompanhado. No contexto das mulheres da RMN-PR, as crianças eram responsabilidade de todas. Seja para alimentar, seja para trocar, seja para fazer dormir. Percebia que, de tempos em tempos, uma de nós cuidava de uma das crianças, sendo um espaço no qual as mães poderiam ficar mais “de boa e, por exemplo, realizar uma refeição com mais tranquilidade, ou ainda, tomar um banho sem ter que estar de olho na criança”, nas palavras de Cleci, mãe de um bebê de 1 ano e meio. Todas se preocupavam com o bem-estar das crianças, ficando de “olho” nas oficinas ou nas atividades externas. Esse fato me chamou atenção porque se insere numa lógica de integração das crianças e adolescentes nas atividades.

Diferentemente de outros espaços do ativismo que já pude vivenciar, não houve um espaço “reservado apenas às crianças”, mas sim, o compartilhamento

do cuidado entre todas nós.

Essa perspectiva do coletivo também esteve presente na atividade realizada no terceiro dia, quando tivemos a oportunidade de visitar o Ilê Asé Oju Ogún Fúnmilaiyó. Quem nos recebeu foi Cristiane Galdino e a Iyalorisá Roberta de Ogun. O Ilê passou por momentos de grande perda nos últimos anos, após o falecimento de sua matriarca, Iyalorisá Marina Tunirê, em março de 2021. Mãe Marina era responsável pelo espaço desde 1992, quando migrou para Foz do Iguaçu com sua família de sangue e de santo. Mãe Marina, como a conhecemos, foi uma importante liderança religiosa e do movimento negro na região de Foz do Iguaçu, lutou pela promoção da igualdade racial e contra a intolerância religiosa. Infelizmente, Mãe Marina foi mais uma das vítimas dos agravamentos causados pela COVID-19 e que assolaram de sobremaneira a população negra no Brasil.

Durante a visita que realizamos ao Ilê, Cristiane Galdino, filha de Mãe Marina, durante um relato emocionante, falou sobre a importância de estarmos conhecendo aquele espaço e como a RMN-PR foi essencial para a manutenção daquele espaço durante os anos que vivemos em pandemia. Quando relatou sobre sua mãe, trouxe em seu discurso a seguinte reflexão: “quando minha mãe conheceu a Rede de Mulheres Negras do Paraná entendeu que tudo aquilo que viveu e achava que era uma sina, era na verdade, vivenciado por todas as mulheres negras”. Seu relato emocionou a todas nós. Lembrei das diversas adversidades que vivenciei em minha família, as dificuldades e desabafos que escuto, ano após ano, de minha mãe. As travas raciais, sociais e econômicas que nos acompanham. As histórias que se repetem. Não ter ao menos a opção de desistir, de não continuar, pois afinal, nunca é sobre apenas uma vida.

Retornamos na noite do dia 04 de novembro a Curitiba, num tempo – climático e de sentimentos – mais tranquilo. A intensidade desses dias fora essencial para que eu pudesse conviver mais intimamente com as mulheres da organização. Nas idas e vindas das atividades, no café da manhã, ou ainda nas idas aos restaurantes, pude ouvir e trocar com mulheres que eu já conhecia “de vista”, de longe. Me senti acolhida e parte do grupo.

### **3.4.2. Mulheres Negras conversando sobre prevenção combinada e religiosidade**

Pude ainda acompanhar uma das oficinas do projeto Mulheres Negras conversando sobre prevenção combinada e religiosidade, que foi realizada em Rio Negro, região metropolitana de Curitiba. Saímos do centro da cidade num sábado cedo, o sol ainda não havia nascido. Chegamos em Rio Negro próximo das oito horas da manhã. No caminho, entendi que a atividade seria realizada em parceria com uma associada da cidade, evangélica da Assembleia de Deus. Quando chegamos, fomos recepcionadas por essa associada e algumas mulheres que fazem parte da igreja, a esposa do pastor, o próprio pastor, o prefeito da cidade – que também é membro da congregação – e sua esposa.

Durante o percurso conversando com as associadas da RMN-PR, conversamos sobre como aquela era uma atividade difícil para a organização, pois eram os primeiros contatos com em um contexto pentecostal, não havia segurança que o que seria trabalhado naquele dia fosse ser de fato efetivo. Havia o receio do estranhamento das mulheres com relação a abordagem, seja no manuseio de objetivos que remetem a órgãos genitais – vagina e pênis – ou sobre questões relacionadas a métodos contraceptivos. Esse foi o primeiro desafio entre a organização e as participantes da oficina, pois havia relatos prévios da desconfiança com relação ao objetivo da atividade, bem como das informações que seriam apresentadas ali.

A oficina estava voltada à disseminação de informações adequadas, de forma compreensível ao público-alvo, sobre a prevenção das ISTs/HIV/AIDS para meninas e mulheres negras em situação de vulnerabilidade social, que sofrem com o não acesso a informações adequadas, devido ao conservadorismo dos espaços religiosos, ou ainda pelas falhas e desigualdades estruturais que limitam a vida das mulheres negras.

Além das oficinas, o projeto contou com a distribuição de preservativos masculinos e femininos em todas as ações realizadas pela RMN-PR, bem como teve a produção de folder informativo e cards divulgados nas redes sociais da organização. Na oficina que pude participar, de forma interativa, foram realizadas conversas e palestras abordando temas como: "Meu Corpo é Templo: Vamos cuidar! I Co.6.19", conduzido pela coordenadora do projeto e coordenadora

administrativa adjunta da RMN-PR, Ivanete Xavier; "Racismo e Religião", ministrada pela coordenadora financeira da RMN-PR, Cleci Martins e "Justiça Reprodutiva e a Prevenção Combinada", ministrada pela sócia-fundadora RMN-PR, Alaerte Martins.

Em todos os encontros foi possível deixar o folder do projeto com indicações de locais de atendimento e estudo sobre a mandala da prevenção combinada, acompanhada de absorvente, calcinha e preservativos – feminino e masculino. Durante a oficina, que se iniciou com um café da manhã coletivo às nove horas da manhã, seguida da oficina de abertura realizada por Cleci Martins e Ivanete Xavier, com pausa para almoço entre as participantes e oficina realizada por Alaerte Martins, pude observar a importância daquela atividade para as mulheres, tanto da RMN-PR quanto para as mulheres que estão inseridas no contexto pentecostal: as participantes, cerca de quinze mulheres entre 20 e 70 anos, comentavam publicamente sobre aspectos muito particulares de suas vidas, declarações que se mantiveram em silêncio durante boa parte de suas vidas. Do mesmo modo, as facilitadoras da oficina, relatavam situações do seu cotidiano, de sua família e de sua própria história. Essa estratégia de comunicação entre as mulheres da Rede de Mulheres Negras do Paraná e as mulheres evangélicas que participaram da atividade, foi extremamente importante para estabelecer uma relação de confiança entre ambas, resultando em um espaço receptivo a trocas e compartilhamentos de histórias de vida. Um exemplo foi o testemunho, como ela mesma declarou, de uma das participantes.

Após a realização da oficina da Dra. Alaerte Martins, sobre direitos sexuais e reprodutivos, incluindo métodos contraceptivos e o uso adequado dos equipamentos públicos, como a possibilidade de aborto legal uma das participantes pediu a palavra e contou um relato que vivenciou em sua família. Sua filha, ainda na adolescência, foi estuprada pelo irmão de uma amiga da escola, resultando dessa violência uma gravidez indesejada, vivenciada ainda na adolescência. No Brasil, o aborto é legalizado em três situações: quando a gravidez é decorrente de estupro, quando a gravidez representa risco de vida à mulher ou, ainda, se o caso for de anencefalia fetal (Mapa Aborto Legal, 2019).

A mulher que sofreu estupro\* tem o direito a atendimento gratuito no SUS, que inclui: o recebimento de tratamentos contra DSTs, a pílula do dia seguinte, apoio psicológico e, em casos de gravidez, o direito ao aborto

legal. Para tanto, a idade gestacional deve ser de, no máximo, 22 semanas e o feto pesar até 500 gramas. Não é necessária a apresentação de um boletim de ocorrência, exame do IML ou mesmo autorização judicial, sendo a palavra da mulher o suficiente. Ao chegar no serviço, a mulher deve ser recebida por uma equipe multidisciplinar e o único documento que assinará é o termo de consentimento escrito (Mapa Aborto Legal, 2019)

Nesse caso, a adolescente se enquadraria nas duas primeiras situações, considerando sua idade e a violência que foi submetida. Entretanto, sua mãe, que faz parte da congregação, relatou que...

Fui na casa da minha amiga, ela não estava em casa, só que o irmão dela estava e disse que ela tá lá na cozinha te esperando" - ela entrou. Nessa ele trancou a casa e onde ocorreu tudo, né? Eu entrei em desespero... fui para a delegacia, fiquei sem chão, sabe? Aí foram para os procedimentos médicos, exames, medicamentos, teve um exame que foi coletado e enviado para fora e depois de dois meses revelar o abuso para o juiz assinar o aborto". (Mãe de uma vítima de abuso, 44 anos, parda).

Ainda conforme relato, dois meses foram precisos para a aprovação do procedimento pelo juiz responsável. A mulher então relata que sua filha escolheu não realizar o procedimento, considerando a idade gestacional já avançada.

Tem mães que não vão conseguir ter a força que eu tive, porque eu ia autorizar; por mim ela podia ter feito o aborto, porque não era uma coisa que ela queria, ela não pensou, ela pensou naquilo que estava dentro dela e ela outra criança de 14 anos. Eu nunca imaginei que isso fosse acontecer dentro da minha casa, com minha família, comigo (Mãe de uma vítima de abuso, 44 anos, parda).

No olhar daquela mulher, a violência sofrida por sua filha, ainda na adolescência, pode ser entendida como passo de fé, escrito por Deus: “esse foi o caminho escolhido por Deus para mostrar um novo caminho, de cura”. O relato caminha para uma declaração de como o nascimento daquela criança, naquele contexto familiar, trouxe motivações de fé e felicidade para o seu lar, pois, nas palavras da mulher “essa criança me curou da depressão. Eu tomava morfina todos os dias para viver, não saía da cama. Depois que isso aconteceu, voltei a viver e cuidar do meu neto, me curei da depressão”. Essa foi a primeira vez que a participante da oficina se sentiu confortável para relatar a situação vivenciada por sua filha. Um espaço coletivo no qual apenas mulheres, majoritariamente negras, estavam presentes. Apesar de compreender que o que foi vivenciado por sua filha foi uma violência, afirmando que assinaria a realização do aborto legal, previsto

em lei, a relação entre a fé apresenta uma perspectiva de sobrevivência em um contexto de violência e adoecimento psíquico.

### **3.5. Entendimentos e intersecções entre tecnologia, racismo e ativismo**

Nessa seção, apresentamos as análises que foram construídas no decorrer da pesquisa a partir do conteúdo extraído das entrevistas semiestruturadas em profundidade realizadas entre agosto e dezembro de 2023 com as integrantes da Rede de Mulheres Negras do Paraná. Para tanto, elencamos os entendimentos sobre tecnologias, ativismo e as intersecções com racismo, sexismo e as relações de classe, realizando a análises e considerações que se baseiam nas teorias apresentadas nos capítulos um e dois.

A escolha das mulheres entrevistadas se deu pelo papel institucional que desempenharam ou desempenham atualmente, considerando que apesar de possuírem muitas associadas junto à Rede de Mulheres Negras do Paraná, a atuação assídua encontra diferentes entraves no cotidiano das integrantes. Nas palavras de Maryllia Reis, 23 anos, atual educadora social da RMN-PR, “eu acho que se filiar na Rede é para além de você ter um nome lá no teu currículo, você tem que vir aqui e participar, não é nem fazer porque eu e a Larissa a gente dá conta de fazer, mas participar, sabe?”. Desse modo, a escolha das entrevistadas se deu considerando os critérios de participação, histórico e atuação presente na organização.

A partir de um roteiro estruturado previamente, foi possível que realizássemos, em todas as entrevistas, conversas tranquilas, com duração aproximada de sessenta minutos. O roteiro foi dividido em quatro blocos, o primeiro consistiu em uma apresentação, que foi detalhada na introdução desse trabalho. O segundo, tratou sobre os entendimentos e o contexto da população negra no Paraná, considerando as diferentes violências e o histórico racista desse estado, apresentado na introdução e no capítulo dois. Também, buscamos perceber os entendimentos e acessos à tecnologia, visando situar analiticamente os entendimentos das entrevistadas sobre tecnologia, qual o papel na sua atuação política, quais tipos de tecnologia são utilizadas. O quarto bloco envolveu uma longa conversa sobre a Rede de Mulheres Negras e as tecnologias, buscando verificar os significados entre a atuação política nesse espaço, as intersecções

percebidas entre gênero, raça e classe, tecnologia, ativismo, política.

### 3.5.1 Os múltiplos entendimentos sobre tecnologia

Para iniciar, a compreensão sobre tecnologia apresentada pelas mulheres negras entrevistadas é diversa, perpassa por considerações históricas, de vida, de organização, de ancestralidade. Apresentam também considerações sobre elementos sociotecnológicos, sobre escolhas tecnológicas, sobre comunicação e informação.

Para Alaerte Martins, sócia-fundadora da Rede de Mulheres Negras do Paraná, uma das possibilidades de conceitualizarmos tecnologia está relacionada ao pensar e as técnicas de organização:

Olha, então vou te contar outra coisinha que eu estou fazendo aqui, já fiquei aqui o dia todo e já estou aqui trabalhando para a rede desde abril. A Thais [coordenadora-executiva da RMN-PR] me fez uma encomenda para colocar no site todos os projetos realizados pela rede. Para a gente colocar lá o nome do projeto, quem foi o financiador etc. Eu, por minha conta, já estou colocando, quem foi coordenação, quem foi a equipe do projeto, equipe técnica e três imagens. Fiz até 2017. Não consegui fazer mais, porque daí a tanta tecnologia e eu também não estava mais na coordenação e a gente primeiro está precisando arrumar tudo isso aqui para separar o que é um documento da rede, o que é biblioteca, o que é documento financeiro, o que é documento administrativo. Então, exatamente neste momento, é isso que a gente está aqui, e se você subir esse lance de escada e olhar aquela sala ali como está, você não acredita. Você já deve ter visto lá embaixo um monte de saco que vai para a doação [...] para mim tudo isso é tecnologia. É igual lá na tua casa: Lá na tua cozinha, você não tem um armário? Você não separa lá as xícaras, os copos, pratos, panela, a comida? tudo isso é tecnologia. Tem que ter penso.

Já para Juliana Mittelbach, a tecnologia pode ser entendida de diferentes maneiras, “como o uso de equipamentos de informática, o uso de sistemas de informação, não só nisso, mas entender tecnologia também como um conhecimento que a gente acessa e transforma em realidade prática para conseguir um resultado”. Dessa forma, a tecnologia é entendida como o resultado de nossas ações sobre um processo de trabalho, modificando e transformando-a. E continua...

...através do nosso conhecimento, do nosso estudo, da nossa formação, a gente é capaz de desenvolver tecnologias. Eu acho que, por exemplo, a gente tem tecnologias para garantir estratégias de sobrevivência.

Tecnologias que os nossos ancestrais desenvolveram para fugir, para se proteger, alforria e, portanto, as coisas. Ainda se liga muito a palavra tecnológico, como se fosse algo não analógico, né? Mas é para além dessa parte de software e hardware: eu entendo a tecnologia como estratégias que a gente consegue desenvolver para alcançar determinados objetivos.

Essa compreensão sobre tecnologia pode ser entendida também pela ótica da teoria crítica em ciência e tecnologia, destacando a relação entre práticas tecnológicas, práticas sociais e organizacionais. Nessa perspectiva, a tecnologia é entendida para além dos artefatos tecnológicos, abrangendo também quaisquer mudanças operadas pelos seres humanos para atender às suas necessidades. Essa ótica é também compartilhada por Cleci Martins...

O que eu percebo como tecnologia: eu acho que qualquer mudança que a gente opere faz parte da tecnologia. Toda qualquer mudança que o humano faz, que às vezes para alguns, como por exemplo o [Karl] Marx, denomina trabalho [...] Tio Marx chamou de trabalho, pode ser considerada tecnologia. Porque são adequações que a gente faz para o atendimento às nossas necessidades, enquanto viver em sociedade. Caneta, lápis nossa, nossa voz, o diálogo com várias pessoas.

Essa percepção da tecnologia é também apresentada no campo da ciência, tecnologia e sociedade. Renato Dagnino (2009) por exemplo, compreende a tecnologia, de forma abrangente, como o resultado da “ação de um ator social sobre um processo de trabalho no qual, em geral, atuam também outros atores sociais que se relacionam com artefatos tecnológicos visando à produção” (Dagnino, 2009, p. 140).

O racismo também se expressa como uma forma de tecnologia muito presente nas diferentes percepções das mulheres negras entrevistadas, como relatado por Cleci Martins a seguir:

E no meu trabalho como professora, o tempo todo é um sistema, é uma plataforma. E aí, nesse sentido, uma das questões que vem me chamando também atenção é o acesso aos dados que até que ponto a tecnologia ela é usada a nosso favor e até que ponto não. Quando a gente tem ainda nos sistemas educacionais uma dificuldade de preenchimento do quesito raça cor, vejo que a gente tem esse dilema, porque nós não temos o SUS né, um sistema único. Então, varia muito de estado, para municípios e para o governo federal. E por que que este dado é importante? É importante também para a gente poder pensar políticas públicas, principalmente em um processo que cada vez mais nós estamos lidando com plataformas, com sistemas. Então o nosso ativismo, ele também perpassa essa necessidade.

Para Cleci Martins cabe também entendermos nossas escolhas tecnológicas,

considerando que as tecnologias atendem a determinada estrutura social e de poder, podemos entender como, quais e por qual motivo acessamos determinadas tecnologias em detrimento de outras.

E até que ponto essas ferramentas estão aí sendo usadas pelo capital, tendo o racismo como norteador desse seu desenvolvimento? Então, acho que a gente tem que refletir muito sobre isso, porque estamos fazendo algumas escolhas tecnológicas e o porquê, não estamos acessando outras.

Essa percepção considera também as tecnologias de informação e comunicação, internet, redes sociais

Hoje também eu fico muito preocupada com as questões que envolvem as tecnologias que estão a serviço do capital. A questão das redes sociais que muitas vezes fragilizam a nossa luta e nos dividem. Então acredito que a gente conseguiu avançar muito [...] é, conseguimos atingir o número maior de pessoas com esses acessos, no entanto, muitas vezes, como são espaços também abertos, qualquer um pode se manifestar também. A gente tem uma divisão da nossa luta, tem os dois lados aí da moeda.

O racismo é uma tecnologia que funciona, como nos afirma Juliana Mittelbach no trecho abaixo, sendo uma construção social e histórica que é mantida e reproduzida, das mais diferentes formas, para manutenção das estruturas de poder. Por outro lado, se pensamos a partir dessa abrangência do que é tecnologia, podemos elencar a organização de mulheres negras, os movimentos sociais negros, o combate ao racismo, todas essas produções advindas do ativismo das mulheres negras como formas de se construir tecnologias. O antirracismo, por exemplo, é entendido como uma forma de enfrentamento, possibilitando a construção de estratégias de combate ao racismo e desafiando sistemas de opressão.

O racismo é uma tecnologia que deu certo e eu acho que o combate ao racismo, a organização de movimentos negros, também são tecnologias de enfrentamento a esses sistemas de opressão. Se o racismo é uma tecnologia que funciona e o antirracismo também tem que ser. A gente também tem que montar estratégias para constranger a branquitude sobre seus privilégios, para que eles consigam compreender que suas riquezas foram custeadas por sangue e suor dos nossos ancestrais, e que eles têm, sim, uma dívida histórica com todos os negros e negras e que parte delas deve começar a ser paga com eles abrindo mão de privilégios políticos estruturais que têm, por conta de mais de 350 anos de escravidão da população negra desse país. São 135 anos de abolição. Temos mais tempo sendo escravizados aqui do que tempo em liberdade nesse país. Então, ainda tem muito tempo para a gente recuperar tudo o que nos foi tirado, nem

sei se a gente consegue. Talvez a gente consiga alcançar lá no futuro condições da gente ter disputa de oportunidade, mas recuperar o que nos foi tirado não dá, né? Porque começa desde a nossa categoria como humano, desde o nosso entendimento de gente.

Segue, demonstrando como diversas tecnologias são lançadas para construção de novas formas de organização e na luta social. Tais tecnologias são fundamentais para compreendermos e transformamos as realidades nas quais atuamos social e politicamente. Conforme o relato abaixo, tais tecnologias não estão limitadas a artefatos tecnológicos, mas reconhece também a existência de diferentes práticas sociais:

Há tecnologias de mapeamento dos espaços que a gente atua, de acolhimento, e de reconhecimento da nossa ancestralidade, de diversas formas de que a gente precisa para alcançar as pessoas e daí, a partir dali, apresentar outro projeto de sociedade. De partir da realidade em que as pessoas estão e, a partir dali, construir do coletivo que façam com que todos compreendam que é possível a gente chegar em outra sociedade mais justa, mais igual e para isso a gente precisa desenvolver estratégias de convencimento. Estratégias de identificação, de conhecimento e tudo isso são tecnologias, né, pedagógicas da gente até mesmo conhecer a historicidade, reconhecer.

Esse entendimento foi reforçado também por Cleci Martins, ao tratar de que maneira as tecnologias abrangem não apenas ferramentas materiais, são também sistemas, práticas e conhecimentos que estruturam nossas relações sociais, econômicas, políticas, organizacionais.

Eu acredito que quando a gente pensa em tecnologia, nós estamos falando dos processos e daquilo que movimenta essa nossa organização em sociedade de todo e qualquer processo que gera o desenvolvimento e as nossas necessidades para sobrevivência também nesse espaço.

Por outro lado, quando pensamos nas atuais ferramentas de informação e comunicação podemos verificar, conforme argumentado por Sueli Carneiro (2003), que as mulheres negras estão conscientes das novas formas de ação necessárias aos processos de globalização e à nova ordem mundial. Nesse sentido, busca-se, através da comunicação, “garantir-lhes uma representação positiva bem como a visibilização do processo de mobilização e de lutas (Carneiro, 2003, p. 126). Cleci Martins, argumenta que...

É com toda a certeza uma ferramenta essencial para o movimento organizado negro se fortalecer e fazer com que essas pautas cheguem a todas as regiões do país, Eu acredito assim, desde o ato da gente comunicar

isso também é tecnologia. Então essas ferramentas, por exemplo, a imprensa gráfica, quais eram os processos que se usava para conseguir se fazer os jornais e conseguisse fazer com que essa mensagem chegasse a um número significativo de pessoas, né?

Atualmente, Cleci afirma utilizar de diferentes tecnologias no seu dia-a-dia, não apenas para a realização de sua rotina, mas também para o trabalho político, ressaltando o papel central das tecnologias de informação e comunicação na organização, mobilização e comunicação enquanto ativista. Verifica-se também, a partir do trecho abaixo, como essas tecnologias, atualmente, são capazes de moldar de que maneira interagimos, nos informamos e nos mobilizamos politicamente.

Para o meu trabalho político as tecnologias ficam o tempo todo presente. Quando eu observo desde o WhatsApp que a gente já acorda mandando mensagem, fazendo, às vezes a agenda do dia, ou encaminhando, né, no meu caso que é educação, para algumas escolas o processo de documentação, um sistema, uma plataforma. Então, no meu processo é diário, as tecnologias estão envolvidas desde a hora que eu acordo, praticamente. Hoje nós não acessamos mais o jornal de forma física, poucas pessoas ainda utilizam esse mecanismo, mas a gente tem ali, né, o WhatsApp, o Instagram, o Facebook para já logo pela manhã, para a gente saber do que está ocorrendo no cenário político do país, que envolve o debate de raça e gênero.

A “onipresença” das tecnologias de informação e comunicação no dia-a-dia das ativistas também traz questionamentos sobre as dinâmicas de poder, incluindo a operação do racismo nesses espaços, como destacado no capítulo dois deste trabalho.

A percepção de Camila Matos caminha em semelhança, ao tratar como as tecnologias de informação e comunicação, especialmente, a internet e as redes sociais, transformam as práticas de compartilhamento de informações e participação política pois ampliam a participação em atividades que são transmitidas online, conectando ações presenciais e virtuais.

Então, eu acho que a possibilidade de compartilhamento ela é muito interessante. Assim, o tempo da internet, ela é diferente do nosso tempo. Ontem, por exemplo, eu fiz parte da mesa de abertura desse Seminário em Araucária, então eu estava participando e as pessoas que acessam as redes sociais da Rede [RMN-PR], as minhas redes sociais, as pessoas vão acompanhando. E eu estava participando lá e meu amigo já tinha me mandado mensagem para um evento que vai ter aqui que eu já até esqueci [...] e é por essa questão (a internet) as pessoas chegam muito em mim assim. Porque assim como eu vou nas minhas redes sociais escrever

bobagem, eu compartilho muito, mas de uma forma mais acessível aquilo que eu reproduzo no espaço. Então quando eu levo essas proposições para o Facebook, por exemplo, as pessoas às vezes vêm no particular e me perguntam, “Ah, como é que eu faço para participar?” “Ah, vai ter uma atividade lá no Quilombo da Restinga”. “Como que funciona a Rede? Como que funciona a questão do ativismo? Porque tem um imaginário social, não só sobre ativismo e, sobretudo, sobre o ativismo negro. As pessoas acham que ser ativista é a gente mostrar os peitos, assim, na rua [...] é a gente menstruar e não usar absorvente. Que o feminismo é não depilar perna, é odiar homem, sabe?

As tecnologias de informação e comunicação também são utilizadas para a representação e identificação de pessoas negras, possibilitando um reconhecimento positivo ao apresentar uma variedade de papéis, posições, ações realizadas, pessoas negras expandindo os imaginários sociais e fortalecendo a autoimagem, o senso de identidade, de coletividade e de representatividade, conforme relata Camila Matos a seguir:

O que a tecnologia nos proporciona é justamente olhar para outros enquanto sujeitos negros, e pensar assim, “ah, eu quero ser um pouquinho dessa, eu quero ser um pouquinho dessa, posso caminhar como essa”, então assim, nesse sentido, é a própria coletividade. E eu vejo que as tecnologias elas têm proporcionado a possibilidade de a gente desconstruir esse imaginário sobre esses corpos, sabe?

A internet se apresenta, então, como uma ferramenta de disseminação desse contradiscurso. Nilma Lino Gomes (2005) afirma que “construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, ensina aos negros, desde cedo, que para ser aceito é preciso negar a si mesmo é um desafio” (Gomes, 2005, p. 43). Camila também nos apresenta como a tecnologia e o ativismo se entrelaçam em suas práticas políticas e sociais e pode contribuir para a promoção da compreensão do ativismo das mulheres negras.

O que a tecnologia proporciona é, além da gente ir lá e contar, por exemplo “Ah, estou fazendo uma atividade em tal lugar” e as pessoas compartilham até chegar em alguém que queira participar. [...] ela também consegue desconstruir esse imaginário sobre o corpo feminino, sobre o corpo negro, sobre as possibilidades do ativismo. Sobretudo, o ativismo negro.

Nesse sentido, como mencionado anteriormente, a tecnologia pode ser entendida como um aparato capaz de construir novas representações positivas sobre a população negra, no geral, e às mulheres negras, especificamente,

possibilitando a desconstrução de estereótipos e distorções do imaginário coletivo. Além disso, as mais diferentes formas de tecnologia, ou seja, de produções humanas, se apresentam como ferramenta de luta das mulheres negras: uma forma de perceber-se no mundo a partir da coletividade. Como nos afirma Camila Matos:

O nosso campo de atuação, a nossa perspectiva de ver algumas coisas, a nossa própria subjetividade, ela se altera quando a gente tem a possibilidade de fazer essa troca com outras mulheres. Então eu acho que o meu sentido de tecnologia é justamente de coletividade, que a gente se constrói através do outro.

Seu relato também reforça que as tecnologias de informação e comunicação desempenham um papel importante na desconstrução de estereótipos de gênero, raça e outras formas de opressão. Assim, mulheres negras que são referência no ativismo, como a sócia-fundadora da RMN-PR, Alaerte Martins, ou ainda, Marielle Franco e Lúcia Xavier, a partir das mídias sociais, desafiam representações estereotipadas das mulheres negras. Além disso, são modelos de ativismo, amplificando as vozes e experiências que são frequentemente silenciadas.

E eu vejo que as tecnologias elas têm proporcionado, é a possibilidade da gente desconstruir esse imaginário sobre esses corpos, sabe? Assim como nós temos a Alaerte, que é uma doutora em Saúde da Mulher, que já está aposentada e ainda assim segue trabalhando. [...] A gente tem as ativistas de base, que sou eu, que moro na Lapa, que é uma região muito pequena, quase não tem ativistas. Então as pessoas conseguem se enxergar possíveis nisso porque assim como a gente tem a Lúcia Xavier, do Crioula, assim como a gente tem Marielle, várias escritoras [...] a gente tem a possibilidade de se enxergar nessas ativistas.

Maryllia Reis discorre sobre um caminho conhecido: o ativismo é uma estratégia para que mulheres negras, coletivamente, possam utilizar diferentes estratégias para continuar caminhando. Compreende-se assim, que as relações de poder atuam fortemente nas experiências de mulheres negras ativistas, que veem no coletivo uma possibilidade de continuidade na atuação política, buscando promover mudanças sociais.

É importante essa coletividade [...] porque o ativismo ele já é pesado. Naturalmente, quando a gente pensa em ativismo, a gente já pensa naquele peso, porque quando você é ativista, você leva muito no lombo. Tipo, as pessoas não têm dó de você. Você é ativista. “Ah, se quer ser ativista, leva,

então”. Acho que quando a gente pensa em coletividade, a gente faz com que esse ativismo seja um pouco mais leve para cada uma, sabe? Todo mundo vai levar e daí não vai ser de uma forma tão pesada para uma única pessoa. Vai ser em conjunto e aí acaba ficando um pouquinho mais leve.

A coletividade do ativismo de mulheres negras também pode ser entendida como uma estratégia para superação dos dispositivos de poder. Como mencionado no capítulo um, mulheres negras enfrentam diferentes desafios em espaços mistos, sobretudo, no movimento feminista e movimento negro. A falta de representação foi destacada por Lélia Gonzalez (1979), bem como por feministas negras norte- americanas, como bell hooks e Audre Lorde. Conforme apresentado no decorrer desse capítulo, a Rede de Mulheres Negras do Paraná surge no contexto da necessidade de representação das mulheres negras paranaenses, pois considera as múltiplas identidades e experiências das mulheres negras, enfatizando assim a interseccionalidade. Juliana Mittelbach completa

É diferente dos espaços que eu estava até então, onde tem disputa. O movimento sindical é um espaço de disputa, o movimento político partidário é um espaço de disputa. Movimento de mulheres também é, parece que não, mas também é um espaço de disputa, de corrente política, de partidos, né? Que aí o movimento é amplo, várias pessoas lá dentro que ficam disputando o poder. Isso foi incrível para mim, sair dos espaços de disputa, onde muitas vezes é mais importante você ganhar processos eleitorais do que você de fato construir solidariedade classista, do que você de verdade estar atuando naquilo que você se propõe. A preocupação muito maior é você garantir a estrutura de poder, né? O equipamento, o aparelho sindical, partidário, seja qual for. Mas [na Rede] um lugar onde a ideia é só construir, não importa se sou eu.

É importante reconhecer e celebrar a diversidade dentro da organização, conforme já anunciando anteriormente, afirmando as diversidades de experiências, identidades e compreensões de mundo das mulheres negras. Entretanto, essas diferenças não são refletidas em espaços de disputas, mas sim, constroem a coletividade e a solidariedade entre mulheres negras, conforme argumentado por Cleci Martins:

O quanto várias mulheres negras que vieram antes de mim já fizeram e o quanto a gente tem por fazer. Então, quanto é importante essa coletividade e esse processo institucional. Muitas vezes também, nós temos divergências entre nós, porque somos mulheres negras diversas, mas isso acaba nos fortalecendo. Isso me amadureceu muito em muitos aspectos. Quando eu assumi meu concurso em Araucária, porque eu morava em Cascavel, quando eu venho pra Araucária, é o local e o lugar que me acolheu e as pessoas que me acolheram, foram as filiadas da Rede de Mulheres Negras no Paraná. Então hoje eu integro nessa organização e



### **3.6. Em coletivo a gente avança: percepções e significados da Rede de Mulheres Negras do Paraná**

Como apresentado no decorrer desse capítulo, a Rede de Mulheres Negras do Paraná se apresenta, a partir do entendimento das entrevistas e das observações participantes, como um espaço que expressa a possibilidade de construção de laços, afetos, reconhecimentos e coletividade.

Meu entendimento quanto ao papel da Rede de Mulheres Negras do Paraná se deu a partir das observações realizadas em minha pesquisa de campo. Quando coletivamente, as mulheres compartilham dos cuidados das crianças, quando partilham de enredos e histórias de vida, quando histórias únicas são apoiadas pelo grupo, quando o caminhar de uma mulher negra é celebrado por todas, quando compartilham mudanças, avanços, conquistas, tarefas, legados.

Partindo desse entendimento, que também foi reafirmado e defendido durante as conversas informais realizadas durante as observações, incluí no roteiro de entrevistas um bloco totalmente dedicado ao papel da Rede de Mulheres Negras do Paraná, tanto na história de vida das mulheres negras entrevistadas e no seu letramento racial, quanto a partir de um entendimento institucional e simbólico para o ativismo no estado do Paraná.

Pensando por uma ótica interseccional, a criação da Rede de Mulheres Negras do Paraná destaca a importância de reconhecer as intersecções entre gênero, raça e outras formas de opressão, buscando a justiça e a equidade para mulheres negras. Ao buscar integrar os espaços de controle social, as mulheres da RMN-PR reconhecem a importância de as políticas públicas estarem atentas à interseccionalidade, abordando as múltiplas formas de discriminação, racismo e violências que as mulheres negras enfrentam.

Cleci Martins destaca o papel da Rede de Mulheres Negras do Paraná com relação às questões de conscientização racial, educação, políticas públicas. A representação de pessoas negras nos espaços de construção de políticas públicas é primordial para a organização: sem elas, não há avanço nessa pauta, pois o elemento racial é ignorado, esquecido.

Mas quando a gente olha, dentro do movimento social do estado do Paraná, quantas organizações negras estaduais nós temos? Quantas organizações negras estão fazendo o enfrentamento e falando das especificidades, por

exemplo, da saúde da população negra dentro de um conselho? É a Rede Mulheres Negras do Paraná que está lá. Quando nós estamos dentro de um conselho, por exemplo, Conselho Estadual de Direitos da Mulher, e aí a gente consegue avançar um tiquinho assim nessas pautas, por quê? Como disse a Alaerte, a nossa cara preta tá lá e eles acabam lembrando que tem pessoas negras nesse estado. Quando eu olho, por exemplo, que para alguns outros espaços de representação política e social que nós não estamos lá, a nossa cara preta não chegou lá ainda, a gente não tem esse olhar no avanço dessas pautas. Então, eu acho que é também um dos desafios para nós, enquanto instituição, é continuarmos avançando nos espaços de representatividade, porque a Rede de Mulheres Negras do Paraná é uma instituição que é importante inclusive para aquelas mulheres e para os negros e negras que ainda não têm consciência racial, porque tem uma instituição que está ali falando sobre os direitos dessa população que, muitas vezes, são esquecidos pelo poder público que é o que geralmente acontece.

Essa perspectiva da ampliação dos direitos das mulheres, considerando as intersecções de gênero e raça é destacado por Crenshaw (2002, p. 174), quando informa que tais mudanças exigem que se dê “atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres”. Conforme destacado por Cleci, a seguir:

[...] Rede de Mulheres Negras do Paraná, eu acredito que ela faz um trabalho para além daquilo que é palpável, que é visível, porque tem muitas pessoas que colhem os frutos desse trabalho. Nós temos lá alguma representante numa conferência, em um conselho falando “olha, nós temos que ter esse olhar para essa especificidade, nós temos quilombos no estado do Paraná, nós temos pessoas negras e a gente tem que ter um cuidado, nós somos SIM, um estado racista”.

A partir de Sueli Carneiro (p. 12, 2023), quando nos orienta que “a saída se dá pelo coletivo, onde o cuidado de si e o cuidado do outro se fundem na busca da emancipação”, comecei a pensar de que maneira as mulheres negras da RMN-PR significam as ações coletivas, as resistências conjuntas realizadas anos após anos. Para iniciar, apresento o relato de Juliana Mittelbach sobre sua aproximação com a RMN-PR, relembando sua primeira apresentação pública como representante da organização.

A primeira fala que eu fui fazer para a Rede de Mulheres Negras, eu fui falar na Escola de Magistratura, sobre racismo no ambiente jurídico, e aí eu me lembro que eu coloquei no grupo da Rede que eu precisava de material específico sobre aquilo, né? Porque eu sou da saúde. É claro que eu tenho a vivência do racismo e entendo, por exemplo, que no judiciário o maior encarceramento da população negra e a menor condenação é por crime de racismo. Eles não nos protegem, mas nos encarceram. Muitas comunidades

conhecem a força do estado através das forças de segurança pública e não tem nenhuma outra política que chegue com força do que a política da força da segurança pública. Mas eu queria também dados, detalhes, coisas que eu não tinha [...] E choveu artigos, tanto artigo acadêmico e científico como notícia, informações e até exemplo de pessoas que tinham vivido situações com o judiciário, essas mulheres trouxeram para que eu pudesse usar nessa palestra. Eu achei aquilo de uma riqueza, de uma solidariedade, de uma gentileza, de um acolhimento tão grande que eu não encontrava em outros espaços, que eram espaços de disputa. Que as pessoas queriam é que aquela pessoa não fizesse direito para que da próxima vez chamassem um outro grupo, ou a outra corrente, sabe? E aquilo deixou meu coração quentinho.

Destaca-se o contraste observado por Juliana com relação às mulheres que integram a RMN-PR e sua experiência em outros espaços de atuação política que já vinha participando há anos. Esse contraste se apresenta também na relação de nomear as que vieram antes, ou ainda, as que estão lado a lado nos caminhos. Reconhece-se que não se faz nada sozinha: não são seus títulos que importam na hora de se apresentar publicamente. A perspectiva das mulheres negras destaca, sob uma ótica do feminismo negro, a importância da ancestralidade, da solidariedade, da interdependência. Como destacado por Cleci abaixo:

A gente não faz nada sozinho. A gente precisa do outro, a gente precisa dessa vida em comunidade. Tudo que os nossos ancestrais fizeram para que nós estivéssemos aqui hoje, foi de forma estratégica. Foi a partir da comunidade, percebendo que todos e todas temos uma função social. Temos um porquê de estarmos nesse território. Nós somos escolhidos e escolhidas a dedo para estar aqui. Então, se nós estamos aqui é porque a gente precisa fazer algo e porque tem uma outra pessoa que também precisa de mim, então não tem como falar que somos uma Rede de Mulheres Negras a partir de um olhar individual, considerando uma perspectiva da Cleci, enquanto pessoa, não. Muitas das minhas ações e das referências que eu trago no meu dia-a-dia, são a partir das relações que são construídas com essas mulheres que me fortalecem em rede, né? Então a Teresa Mendes, a Alaerte Leandro Martins, a Ângela Sarneski, Will Amaral, Gabriela Martins, Janaína, Crica Galdino, Mãe Neia, Mãe Marina, a Érica. Essas mulheres me fortalecem, diariamente. Então, sem coletividade, não, não existiria uma rede. Esses saberes diversos reunidos tem uma potência muito grande dentro desse estado.

É nessa perspectiva que Juliana relatou a importância do compartilhamento de saberes entre as mulheres negras que já integravam a RMN-PR no momento da sua aproximação com a organização. As noções de interseccionalidade também são destacadas por Juliana, considerando as interrelações entre as diferentes formas de violência vivenciadas pela população negra, a desigualdade social, as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras no âmbito da saúde,

moradia, educação.

Foi a Ângela Martins com Heliana Hemetério as pessoas que primeiro eu conversei sobre a Rede Mulheres Negras do Paraná. Depois a Alaerte com que eu me conectei, porque era enfermeira também, como eu, e da área de saúde da mulher. Então foi identificação imediata. Fui entendendo a partir dali, por exemplo, que para a gente debater saúde, para além de discutir os equipamentos de saúde do SUS, o sistema de saúde e entender como funciona na Constituição, o que é que deve acontecer para prevenção e tratamento de doenças [...] A gente precisa discutir o acesso à educação. A gente precisa discutir o direito à moradia. A gente precisa discutir segurança pública porque não tem saúde quem não tem casa, não tem saúde quem tem insegurança alimentar, nutricional, não tem saúde quem não consegue ir e vir, não tem saúde quem não tem acesso a uma escolaridade que garanta que a pessoa tenha o conhecimento necessário para o seu autocuidado e para o cuidado daquele com que ela convive. Não tem saúde quem não tem renda [...] assim é um debate que é daquilo que impacta, né? Nos determinantes sociais da saúde, naquilo que impacta na saúde da população. Para além da doença e que muitas vezes não ter acesso a essas coisas provocam outras doenças. Se não doenças decorrentes da vulnerabilidade, da pobreza, da insegurança alimentar e da falta de conhecimento e de cuidado, doenças mentais, adoecimento mental, que vão desde drogadição, alcoolismo, a depressão e a outras questões de saúde mental que afetam de forma imediata, mas também de longo prazo, a população negra.

Do mesmo modo, podemos analisar a importância da Rede de Mulheres Negras do Paraná na “fazeção”. Nesse sentido, “fazeção” traz um aspecto de fazer algo estando em movimento, aprender fazendo coletivamente a construir em rede. Essa coletividade, a partir do reconhecimento do valor das outras mulheres negras, apresenta noções de valorização e transmissão de conhecimentos e experiências, conforme relatado por Camila Matos:

E o conceito de fazeção é nesse sentido assim, de organização, para mim ele é muito forte. Eu entrei no Conselho de Saúde da Lapa, eu era a mais jovem e a primeira coisa que eu fui questionada foi, “você tem idade para estar aqui?” Daí eu falei, acho que tenho. E se passaram três anos e no último ano, eu fui indicada para ser Presidenta do Conselho, então eu consegui aprender fazendo, principalmente, me espelhando em outras mulheres, porque aqui a gente tem vários espelhos, né? A gente tem Cleci, Solange, a Juliana, Iva Xavier, a Célia, a Alaerte, tem você, Kauana, tem Luana, então assim tem gente pra caramba, você escolhe: hoje eu quero ser essa e amanhã eu quero ser essa. Então, é uma coisa muito, muito bacana, que o conceito de rede me traz, saber que assim como eu colaboro muito com a organização, a organização colabora muito comigo e eu tenho uma preocupação muito grande de conseguir fazer essa entrega. Então toda a possibilidade que eu tenho de acessar um lugar. Então, o sentido de rede para mim é de coletividade.

Também, a partir do relato abaixo de Juliana, podemos destacar o

compromisso da Rede de Mulheres Negras do Paraná com a inclusão das mulheres negras em diferentes esferas da sociedade, destacando a ênfase na participação e na ação coletiva. Juliana destaca a atuação da organização em diferentes esferas, abrangendo não apenas a política pública institucional, como na participação nos espaços de controle social, mas também a partir da atuação nos movimentos sociais.

Quando eu fui me envolvendo com o que a Rede Mulheres Negras do Paraná fazia eu encontrei um lugar que eu realmente queria: é criar raízes, sabe essa proposta da gente fortalecer a mulher negra, seja no espaço que ela tiver. A gente a fortalece no território para que ela consiga construir a sua liderança, para que ela consiga ter acesso à informação, à formação, mas também conhecer os direitos que ela tem, acesso às políticas públicas. Também essa luta é pela política, para a população negra nos espaços de controle social, propondo, fiscalizando. E eu achei isso muito legal da gente estar não só na política pública institucional, mas a gente também estar no movimento social, junto com as mulheres. Onde elas estão, né? Seja no campo, um pouco no Quilombo e no meio rural, na cidade, nas periferias, nas favelas, em todos os espaços.

Essa multiplicidade de mulheres negras que estão presentes na Rede de Mulheres Negras do Paraná não significa, entretanto, uma unicidade de visões. Há a valorização da coletividade, mas sobretudo, há o respeito às divergências. Diferentemente dos espaços mistos entre homens, mulheres, predominantemente brancos – como espaços sindicais, universitários etc. – as divergências não significam disputa pelo poder, voltado à valorização individual. Por outro lado, as divergências são vistas como estratégicas e passíveis de entendimentos coletivos, como destacado por Juliana no trecho a seguir:

Essa ideia de que as mulheres negras se movimentam em coletivo, se movimentam em comunidade, isso para mim brilhou nos olhos e eu falei, bom, é isso que eu quero construir, é isso que eu quero. A gente briga? Muito, mas depois a gente toma uma cerveja e está tudo bem, a gente discute, a gente tem ponto de vista diferente, mas não é disputa, é divergência [...] e está tudo bem pensar diferente, pensar em estratégias diferentes. Tem problema, depois a gente chega numa conclusão de que caminho vai e faz um churrasquinho e toma uma cerveja. Porque a gente não estava disputando o protagonismo. A gente estava disputando qual era a melhor solução para aquilo, qual era o melhor caminho para aquilo. Isso foi algo que me fez tão bem, assim encontrar um espaço em que eu não seguia os padrões da branquitude de disputa de poder, mas que seguia uma ancestralidade de cuidado, de construção coletiva de vida em comunidade. E aí eu fiquei na rede.

E continua, ao afirmar a diversidade que existe dentro da Rede de Mulheres

Negras do Paraná. Essa multiplicidade demonstra um compromisso organizacional em abordar e acolher as complexidades das experiências das mulheres negras. O reconhecimento dessas diferenças também é essencial para dar continuidade à luta coletiva das diferentes formas de marginalização e opressão enfrentadas pela população negra, refletindo também em um compromisso interseccional.

A gente entender que nós somos diversas. Na Rede a gente tem mulheres de todas as religiões, de linhas políticas, ideológicas diferentes, tem mulheres quilombolas, urbanas, de quilombos urbanos. Mulheres da cidade, mulheres da via campesina. A gente tem várias identidades de mulheres negras, LBTs. De todas as possibilidades que a multiplicidade pode ser e dar. E ainda assim, a nossa luta é pela pelo fortalecimento da população negra e pelo avanço de políticas públicas de promoção da igualdade, justiça social e combate ao racismo e combate a todos os sistemas de opressão. Não só racismo, mas desde a intolerância religiosa, LGBTQIA+ fobia. A luta de classes e todas os sistemas de opressão que recaem com muito mais força sobre os corpos e sobre as vidas de mulheres negras. Mas é isso [...] a gente entender que a gente é comunidade, que a gente precisa se fortalecer, que a gente precisa lutar juntas porque as nossas individualidades não nos separam porque tem algo maior que nos junta, que é essa identidade racial. Que coloca a gente num estado de constante opressão no sistema que a gente vive, então a gente se junta e se fortalece para superar o racismo, né? Para superar essa tecnologia ideológica que faz com que a gente esteja nos piores lugares dessa sociedade, então. Esse entendimento de construir em rede, ou seja, somos muitas, somos diversas, mas que a gente faz um todo e que junta a gente consegue avançar. É uma tecnologia ancestral de mulheres negras.

Nesse caminhar, entendemos que as mulheres negras não andam sozinhas, mas sim, buscam estratégias para fortalecerem-se em comunidade, estando compromissadas no fortalecimento coletivo. Isso envolve não apenas enfrentar as adversidades imediatas, como relatado abaixo por Juliana ao unirem-se para apoiar a situação emergencial com a falta de alimentos durante a pandemia, mas também trabalham para criar mudanças sistêmicas frente as injustiças que afetam as mulheres negras.

Mas o espaço de mulher negra é um espaço de **aquilombamento**. É um espaço onde todo mundo se junta para trocar saber, para trocar conhecimento, para compartilhar as suas dores e aí encontrar juntas quais são os mecanismos de superação para aquelas condições e como a gente se ajuda, como é que a gente pode colaborar umas com as outras? É como é que a gente faz para ajudar a família da fulana, para conseguir emprego para outra [...] por exemplo, durante a pandemia, a gente foi buscar maneiras de conseguir alimento para as pessoas que perderam o emprego e estavam possuando fome durante a pandemia de covid-19 E é isso, a gente vai buscar estratégias de fortalecer o nosso povo.

O reconhecimento da solidariedade, do poder da coletividade e do apoio mútuo dentro da Rede de Mulheres Negras do Paraná também é destacado por Camila Matos. Em outro trecho da entrevista, Camila destaca que sua participação na RMN- PR mudou também a forma com que ela mesma enfrenta situações de racismo, por exemplo. Após ingressar na RMN-PR, Camila analisa que essa experiência trouxe uma mudança de paradigma em sua vida, ao entender que nesse espaço pode encontrar acolhimento, independente da situação que esteja vivenciando.

Então a minha vivência foi racista, mas foi no contexto de violência. Sabe, é o tipo de coisa que marca a vida de uma mulher para todo o sempre, sabe? E o que eu pude trazer dessa situação de violência foi que eu participei de alguns lugares do Conselho de Saúde da Lapa. Eu acompanhei algumas atividades do Conselho de Direitos da Mulher e eu consegui me espelhar naquilo que estava acontecendo naqueles lugares e enxergar o que é que eu podia fazer por mim naquele momento. Então, as minhas vulnerabilidades elas foram totalmente acolhidas. Tinha dia que acordava, eu não conseguia olhar o celular. Eu fiz terapia pela rede, eu fiz terapia coletiva com a Coalizão Negra por Direitos e isso me deu força para estar onde estou, sabe? É para seguir para outros caminhos, dentro dessa possibilidade. Não me enxergar sozinha, sabe. É que a gente que é preta tem o costume de quando acontece uma coisa, a gente enfrenta, joga no peito, vai sozinha. Só que aqui é muito diferente. Aqui se te acontece algo e a gente se encolhe um pouquinho, em algum momento você tem que dialogar com alguém sobre essa questão. Então, e a minha vivência na Rede foi de acolhimento, sabe? Eu sou acolhida. Por exemplo, essa semana de atividade para fazer aqui [em Curitiba], a Rede me ofereceu a Sede para ficar e eu não estou sozinha, veio o meu marido. Então o sentido delas aqui é de quando uma sobe, dá a mão para outra e assim que a gente vai fechando, sabe? Então, o meu sentido de Rede é exatamente de coletividade.

Entretanto, estando na coordenação da organização, Cleci destaca também as dificuldades em manter esse espaço ativo em um contexto no qual as estruturas de poder são dominadas pelo racismo, sexismo, LGBTQIA+fobia, sobretudo no estado do Paraná. Além disso, outro desafio enfrentado pela organização é o acesso e manutenção nos espaços de representação política e social. Não basta adentrar esses espaços – que já são extremamente burocratizados – mas, também, se manter neles, acessar e entender os diálogos que ali se apresentam, conseguir se posicionar para o avanço nas políticas públicas direcionadas às mulheres negras no estado do Paraná.

Eu acho que nós temos muitos desafios. Um dos desafios é continuar

resistindo e existindo dentro desse estado e dentro desses espaços, porque não é também algo fácil. Hoje que eu estou ali na coordenação da organização, não é algo fácil você manter um CNPJ ativo. Um CNPJ com possibilidade de estar nesses espaços de representação política, nesses espaços de controle social. Então isso não é algo fácil e um estado predominantemente racista, machista, homofóbico, lesbofóbico que nos mata diariamente de diversas formas. E que ainda se autodeclara a Europa brasileira, então, para nós, não é fácil estar aqui nesse território. E nós também não somos um grupo cultural, não. Nós queremos dialogar sobre políticas públicas para a população negra. Nós fazemos a defesa dos direitos humanos a partir dessa perspectiva, nós queremos o bem viver. Nós queremos Terra, nós queremos comida, nós queremos saúde, nós queremos educação para a população negra e a partir dos nossos princípios, considerando a equidade.

A percepção das mulheres negras da Rede de Mulheres Negras do Paraná caminha, então, para o reconhecimento da não neutralidade da ciência e tecnologia, refletindo as relações de poder e as hierarquias de dominação hegemônicas. Também, a tecnologia é percebida como moldada socialmente e transformada a partir da comunicação e construção de redes entre diferentes grupos sociais, em especial, a organização de mulheres negras. Por outro lado, ao reconhecermos, a partir das reflexões apresentadas pelas entrevistas, a importância das diferentes formas de tecnologia na vida das mulheres negras, sobretudo para o ativismo político, compreendemos a existência de uma visão sobre tecnologia que se transforma em sentido de coletividade.

São construídos não apenas entendimentos sobre tecnologia, mas também identidade, reconhecimento e resistências. Essa perspectiva nos ajuda elencar mais elementos para questionar as dominações do poder hegemônico, buscando alternativas que atendam às necessidades da população negra em especial e, particularmente, das mulheres negras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nitidamente, as reflexões advindas desse processo de pesquisa não se findam aqui. De todo modo, elencamos alguns diálogos e considerações que nos guiarão nesse momento de finalização desse trabalho. Considerações que trazem elementos conceituais e acadêmicos, mas também, ponderações sobre o atual contexto vivenciado pela população negra, no geral, e as mulheres negras particularmente, no estado do Paraná. A Rede de Mulheres Negras, nesse contexto, é anunciada como um dos mecanismos de resistência coletiva das

mulheres negras paranaenses, sendo um meio para o avanço de diferentes políticas públicas, apresentando também desafios futuros.

Para darmos início, pensemos sobre as diferentes conceitualizações sobre tecnologia que foram apresentadas no decorrer desse trabalho. Pensemos sobre as diferentes tecnologias que são historicamente empregadas à dominação racial e de gênero. Pensemos também, nas diferentes tecnologias produzidas pelas mulheres negras. Pensemos sobre as tecnologias de informação e comunicação. Pensemos sobre as tecnologias de resistência.

As tecnologias de domínio do dispositivo de racialidade operam por meio de procedimentos que conferem aos indivíduos negros a posição de subordinação, de inadequação, de comportamentos ilícitos, ignorantes e dissidentes, estabelecendo-os como Outros, em contraste com o sujeito hegemônico branco. Essa categorização dos sujeitos negros como o Outro busca determinar lugares, funções sociais, capacidades, deveres, silenciamentos dentre outros mecanismos de dominação.

Desse modo, esses dispositivos são tecnologias que buscam instituir saberes e poderes sobre a população negra, culminando em representações e imaginários sociais que estigmatizam, aprisionam e silenciam a população negra em um lugar de dominação e subordinação.

Além disso, as tecnologias de subordinação e aniquilação também se apresentam nas produções de conhecimento, seja pelo silenciamento, apagamento, invisibilização ou roubo: diferentes formas de epistemicídio. A escola, por exemplo, é um espaço analisado por Sueli Carneiro (2023) como importante ferramenta de reprodução do racismo e de dinâmicas de poder e saber.

Entretanto, ao voltarmos para Michel Foucault (2008), entendemos que todo dispositivo de poder produz a sua própria resistência. No contexto das relações raciais, como analisou Sueli Carneiro (2023), uma das maneiras de expressão dessa resistência se dá pela constituição de sujeitos coletivos recortados por diferentes concepções políticas e partidárias, expressando diferentes projetos de inclusão de negros e negras na sociedade brasileira. A autora afirma que essa resistência de negros e negras se dá na “manifestação dos efeitos de poder produzidos pelo dispositivo de racialidade, se situa no mesmo âmbito em que, na filosofia dos dispositivos de Foucault, está a noção de resistência (Carneiro, 2023,

p. 151).

No âmbito dessa pesquisa, essas resistências se apresentam de maneiras distintas, sejam elas a partir das tecnologias de informação e comunicação, pelo compartilhamento de saberes ancestrais, pelo entendimento sobre o fazer ativista, o próprio entendimento da sua negritude, bem como a compreensão do papel da branquitude, a construção política em Rede: resistências que são múltiplas e sempre, coletivas. Abordaremos esses pontos a seguir.

Como tratado no capítulo dois, as tecnologias são, sim, racistas. Elas são operadas de modo a perpetuarem dinâmicas de poder e hierarquias sociais, perpetuando e ampliando desigualdades. O conceito de brechas tecnológicas de gênero e raça é entendido por Dulcilei Lima e Taís Oliveira (2020) como a dinâmica de “reprodução de desigualdades sociais no universo tecnológico” (Lima; Oliveira, 2020, p. 3).

Tais brechas não se relacionam apenas ao acesso às tecnologias, mas também, aos usos e conhecimentos necessários à utilização de tecnologias de informação e comunicação. Entretanto, ao analisarem as apropriações tecnológicas de mulheres negras como estratégia de resistência, avaliam que essas ferramentas são utilizadas com o intuito de propor soluções às brechas tecnológicas, sobretudo

[...] a brecha de conhecimento ao buscar meios formais e não-formais de obtenção de conhecimento para criação e manipulação de tecnologias, de modo a obter autonomia frente às TICs e fazer uso social das habilidades tecnológicas adquiridas na promoção de inovação e transformação social (Lima; Oliveira, 2020, p. 28).

Assim, quando um determinado grupo reivindica visibilidade social em decorrência do apagamento histórico, o agrupamento a partir do viés da identidade fica evidente nos fenômenos sociais. Desse modo, pensar o ativismo político de mulheres negras, bem como o uso das tecnologias como a produção de coletividades, permite, segundo Camila, que

[...] nosso campo de atuação, a nossa perspectiva de ver algumas coisas, a nossa própria subjetividade, ela se altera quando a gente tem a possibilidade de fazer essa troca com outras mulheres. Então eu acho que o meu sentido de tecnologia é justamente de coletividade, que a gente se constrói através do outro.

Além disso, as tecnologias de informação e comunicação, como as redes sociais podem “contribuir para mobilização social, mas não só isso. É possível aos atores sociais “a criação de novos canais e circulação de informação, colaborar na construção identitária [...] e transformação organizacional” (Lima; Oliveira, 2020, p. 11). Desse modo, como destacou Camila Matos:

O uso da tecnologia para o bem viver, sabe? E quando eu digo tecnologia, eu uso da internet mesmo. Essa possibilidade que a gente tem, por exemplo, hoje de sentar e fazer uma entrevista, a gente vai conversar sobre tecnologia. Hoje de manhã estava delimitando o meu projeto de mestrado, por via do zoom. Então, no sentido de autocuidado, a partir do meu ponto de vista, como socióloga também, eu acho que ter a possibilidade material de acessar essas tecnologias em mãos para que eu possa dialogar com outras mulheres em outro espaço, em outro tempo, em outro contexto. Porque é muito diferente de ser negro aqui no Sul e ser negro em outra região do país. E essa é uma das coisas que a tecnologia nos proporciona: poder trocar essas experiências e a partir de outros pontos de vista, a gente conseguir se reconstruir e até mudar.

Porém, como anunciado anteriormente, foram apresentados no decorrer nessa pesquisa não apenas entendimentos sobre tecnologia, mas também identidade, reconhecimento e resistências. Essa perspectiva nos ajudou a elencar mais elementos para questionar as dominações do poder hegemônico, apresentando alternativas que atendam às necessidades da população negra em especial e, particularmente, das mulheres negras. O que podemos apreender é que as mulheres negras se movimentam em coletivo. Essa é uma tecnologia apresentada pelas interlocutoras, que não apenas consideram, mas valorizam elementos de sua história que remetem às ancestralidades.

Ao conversarmos sobre as referências que essas mulheres possuem em sua trajetória, os entendimentos apresentados pelas mulheres negras caminham no sentido de reconhecimento das que antes vieram, relacionando, também, tecnologia e ancestralidade. Camila Matos afirma “a minha primeira, eu acho que de qualquer outra mulher negra [...], a primeira visão de negritude e de força é a mãe. Alaerte Martins reitera “especialmente a minha avó materna e a minha mãe, com certeza Setembrina e Dolores. Do mesmo modo, Maryllia Reis: “quando eu penso assim, em quem que pessoa seria a minha inspiração, eu acho que a minha inspiração maior suprema é a minha mãe”. Juliana relembra um episódio onde a coletividade das mulheres negras de sua família foi fonte de reconhecimento e valorização:

Eu acho que é bom as primeiras referências que eu tive na minha vida de mulheres negras foram dentro da minha família mesmo, né? Minha mãe, eu me lembro quando eu era criança, uma vez que teve concurso para paqueta, as ajudantes de palco da Xuxa [...] e não podia me escrever, porque tinha que ser loira, tinha que ser branca, tinha que ter olho claro, e me lembro que isso me deixou muito triste. Eu estava numa festa de família e a minha mãe falou isso com as outras mulheres que estavam e elas fizeram uma roda de Jongo e começaram a me ensinar questões diferentes sobre a minha ancestralidade. Naquele momento, ele foi muito mágico para mim: entender que a gente descende de reis e rainhas, a nossa cultura, a nossa religiosidade, o que são as mulheres negras, o quanto a gente luta, batalha.

Ainda segundo Juliana Mittelbach, se o racismo é uma tecnologia que deu certo “acho que o combate ao racismo, a organização de movimentos negros, também são tecnologias de enfrentamento a esses sistemas de opressão”. Desse modo, sua prática política também é permeada por diferentes tecnologias. Afirma que as mulheres negras desenvolveram tecnologias ancestrais como forma de sobreviver às adversidades. São formas práticas de resistência e sobrevivência que possuem como raízes a cultura e a história da população negra. Para pensarmos o ativismo político precisamos aprender a...

Respeitar os espaços que a gente chega, não se impor, mas sim, interagir e se conectar para daí a gente evoluir. Todas essas estratégias são tecnologias ancestrais que as mulheres negras, inclusive, constroem para conversar sobre a vida, cantam lavando roupa, quando uma cuida dos filhos das outras, na sua vida em comunidade. Porque buscam tecnologias de cuidado e buscam essa vida em comunidade. Então a gente tem muitas práticas que são reprodução de saberes desenvolvidos por nossos ancestrais, sem que isso tenha se tornado de fato uma ciência. Mas que são tecnologias de sobrevivência.

Para Patricia Hill Collins (2016, p. 92), a “autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana”. Essa visão estereotipada condicionou as mulheres negras a um espaço de silenciamento e invisibilização, constituindo-se como o Outro, o objeto, e não a sujeitos de conhecimento. Camila Matos analisou que...

Muita coisa nos foi tirada. E eu acho importantíssimo isso que você está fazendo de nos colocar como sujeitos dessa produção, porque uma das coisas que a branquitude criou, que o patriarcado fez, foi tirar o nosso protagonismo. Tanto quando ele não referencia nomes e figuras negras, eventos e produções, assim como quando, diariamente a gente vai ver o celular, quando a gente liga o computador, quando a gente vai assistir uma

notícia, quando a gente acessa a tecnologias e mais uma vez um negro e, sempre um negro, criança, jovem, adulto, idoso, é morto e a gente é só uma dúvida, às vezes, nem o nome da pessoa aparece, sabe? Então, o que esses pactos de branquitude têm feito é nos apagar desses espaços, que também são tecnológicos, então o futuro é ancestral e a gente tem que construir ele a partir de hoje, sobretudo nomeando quem está nesses lugares.

Nesse sentido, caminhamos também ao lado de Grada Kilomba (2019) que compreende a escrita enquanto um ato político, questionando quem tem voz e o que pode ou não ser falado e escrito. Assim, critica a cientificidade objetiva da academia, buscando um olhar descolonizado para construção do conhecimento. Citando bell hooks, quando falamos enquanto sujeitos há “o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (hooks, 1989, p.42).

E a gente precisa de mais mulheres negras na academia, né? Até porque a gente transforma os nossos saberes em ciência para que essas coisas de fato sejam. A interseccionalidade, por exemplo, é um método de estudo. É um método de construção de conjuntura, de análise da realidade, que é desenvolvido por mulheres negras. Então nós temos diversos processos de desenvolvimento de formas de agir na sociedade, de interagir em sociedade que são construídos por mulheres negras e que a gente usa deles até hoje.

Henry Giroux (apud Bento, 2022, p. 125) argumenta que os brancos envolvidos em ações antirracistas devem confrontar sua própria identidade racial, desaprender ideologias que perpetuam a marginalização do outro e reconhecer sua responsabilidade social coletiva. Nesse sentido, isso significa reconhecer a herança histórica de opressão, como a escravidão e períodos ditatoriais, e evitar repetições prejudiciais para as gerações futuras. A desconstrução e destruição do pacto narcísico da branquitude não é individual, mas precisa estar ancorado em ações coletivas estruturais, envolvendo a responsabilidade social das organizações que precisam estar posicionadas sobre a herança concreta e simbólica na história do País (Bento, 2022).

Desse modo, é fundamental entendermos que para superação do racismo, machismo e demais formas de opressão precisamos de um compromisso genuíno com a transformação social, incluindo não apenas as vozes e experiências das mulheres negras, mas também a proposição ativa e responsável da ação da população branca, como apresentado por Cleci a seguir:

Então a gente vem dialogando muito também sobre isso, que a população branca, depois que sai do seu trabalho, também precisa assumir esse debate. É lógico, reconhecendo e trazendo o protagonismo para os negros e negras. No entanto, a população branca também precisa começar a dialogar e pensar sobre relações raciais, reconhecer os espaços de privilégio que possuem, perceber, “OPA, olhar para o lado, tem pessoas negras aí? não tem”, então também como estratégia para que a gente comece a conscientizar as pessoas não negras a começar também a fazer esse letramento racial com essas e com esses companheiros.

Essa tomada de consciência perpassa não apenas o questionamento dos próprios privilégios, mas também o compromisso com ações concretas que promovam a inclusão e a igualdade racial. É a partir desse caminho que poderemos começar a imaginar uma sociedade mais justa, inclusiva e equânime, compreendendo que a transformação das estruturas de poder não são responsabilidade unicamente da população negra, em especial, das mulheres negras, embora, como acompanhamos no decorrer desse trabalho, a luta pela transformação social é um elemento cotidiano da vida das mulheres negras: é questão de vida e de bem-viver.

Por fim, as mulheres negras vêm lançando diferentes estratégias de cuidado de si e do coletivo, como apresentado no decorrer de trabalho, em diálogo com incontáveis saberes ancestrais. Estratégias que visam a superação do racismo, o bem-viver, o acesso à terra, à saúde, à moradia, à universidade. No contexto paranaense, encontramos a Rede de Mulheres Negras do Paraná como um espaço que aglutina mulheres negras distintas que buscam, coletivamente, a esses objetivos. As pensadoras negras nos auxiliaram na compreensão de que a interseccionalidade, considerando elementos raciais, de gênero, de classe e demais marcadores sociais, se apresenta e é defendida no espaço da Rede de Mulheres Negras do Paraná pois, ainda que envolva a participação somente de mulheres negras, é um lugar onde essas interseccionalidades são reconhecidas e valorizadas, onde há espaço para trocas, solidariedade e reconhecimento das diferenças. Um espaço onde a autovalorização, a partir do compartilhamento de saberes e ideias, é uma chave para o bem-viver de mulheres negras.

O espaço geográfico no qual se insere também demonstra como essa tecnologia coletiva de enfrentamento às opressões de gênero, raça e classe são essenciais para a organização política e resistência das mulheres negras em nosso estado. O Paraná é conhecido nacionalmente por sua tradição

conservadora, incluindo aspectos políticos, culturais e sociais. Esse conservadorismo se manifesta através de valores tradicionais, como a defesa da família cisheteronormativa e cristã, da propriedade e da ordem social neoliberal. Historicamente, o estado tem sido um reduto de influência política conservadora, com partidos e lideranças que representam essa ideologia e se reelegem, eleição após eleição. O conservadorismo político no Paraná pode ser observado em diferentes esferas do governo, passando pelo poder judiciário, legislativo e executivo, onde políticas mais tradicionais e voltadas para a manutenção do status quo são frequentemente defendidas e reafirmadas.

Não podemos deixar de citar que em 2022, nós, pertencentes a diferentes contextos sociais, culturais e políticos no estado do Paraná, mas sobretudo, compromissadas com os direitos da população negra e defensoras da democracia, conseguimos eleger a primeira deputada federal negra como representante paranaense, Carol Dartora.

Além disso, é importante ressaltar no âmbito da formulação, fiscalização e promoção de políticas públicas voltadas para as mulheres negras, que a coordenadora administrativa da Rede de Mulheres Negras do Paraná, Ivanete Xavier, foi conduzida à presidência do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM). Essa é a primeira vez na história que o conselho é presidido por uma mulher negra.

Os desafios seguem. Atualmente, a Rede de Mulheres Negras do Paraná segue sendo a única organização, em nível estadual, que é composta e atua diretamente com e para as mulheres negras. Considerando as múltiplas intersecções das identidades negras, Alaerte Martins avalia a necessidade de novos espaços de defesa e organização para população negra:

Infelizmente, digo para você, infelizmente, hoje ainda é a única. Quisera eu, e tenho falado um monte para vocês jovens, criarem a Rede de Jovens Negras Feministas do Paraná, olha o tanto que a Rede já investiu em jovens e até hoje nós não temos uma rede de jovens. Nós não temos uma Rede de Lésbicas Negras, não tem. Cansei já de falar de criar [a Rede] de mulheres de Axé do Paraná, a Rede Afro do Paraná, mas até hoje, nós não temos nenhuma outra organização estadual. Nem da população negra, nem de mulheres negras, especificamente, nem de jovens, nem de nada.

Também, é importante reiterar que as ativistas da Rede de Mulheres Negras do Paraná seguem afirmando a necessidade de olharmos para trás, para o lado e

para frente: respeitando e honrando as que antes vieram, atuando conjuntamente com as mulheres negras e pensando o futuro para a juventude negra. Desse modo, a organização tem realizado, desde meados de 2023, um trabalho em conjunto com as negras jovens da cidade de Curitiba, a fim de apresentar as possibilidades para a construção não apenas de resistências, mas de novos caminhos e novos sonhos para a juventude negra. Assim, o projeto Negras Sementes, que realiza oficinas semanais com meninas negras da periferia de Curitiba, direcionadas à cultura, beleza, autocuidado, ensino e aprendizagem e mercado de trabalho é avaliado por Cleci Martins como “uma estratégia de luta”.

‘ Por fim, é importante reconhecermos que as diferentes tecnologias coletivas de atuação política das ativistas da Rede de Mulheres Negras do Paraná afetam não apenas associadas e sua rede próxima, como também, ajudam a operacionalizar, a partir da atuação em espaços de construção, formulação e fiscalização de políticas públicas, transformações para todas as mulheres negras do estado. Desse modo, contribui para políticas públicas que se atentem para a equidade, não apenas fortalecendo a representação de mulheres negras, como também, visando coletivamente, dialogar para a transformação social.

Como nos afirmou Ruha Benjamin em sua última visita ao Brasil, realizando a conferência de abertura do X ESOCITE, nossa imaginação é um campo de ação incontestável:

Se a desigualdade está entranhada na própria essência da sociedade, então cada entrelaçamento, colisão e código são uma oportunidade para nós tecermos novos padrões, práticas e políticas. Sua vastidão será sua ruína assim que aceitarmos que somos fabricantes de padrões. (traduzido pela autora)

Assim, podemos afirmar a construção coletiva das ativistas da Rede de Mulheres Negras do Paraná, bem como a apresentação pública em espaços universitários dos saberes das mulheres negras como uma das formas de resistência, e por que não, uma das múltiplas possibilidades de criação de discursos contra hegemônicos em nosso estado.

Nos casos aqui apresentados, entendemos que a sistematização dos saberes e movimentos de mulheres negras, o anúncio das diferentes estratégias de atuação política a partir da realização de diferentes ações coletivas e a percepção sobre tecnologia desenvolvida nessa pesquisa contribui para que, criticamente,

possamos pensar trabalhos no campo da ciência, tecnologia e sociedade que considerem e valorizem a não universalidade, outras formas de organização sociotécnica, as múltiplas formas de resistência às tecnologias de poder e saber, à formulação de novas tecnologias sociais.

Como nos ensinou Franz Fanon (1967, p. 135), “eu não sou uma potencialidade de algo, sou plenamente o que sou. Não tenho de recorrer ao universal”. Aqui, não se pretende estabelecer saberes universais. Porém, quem determinou que apenas a partir da universalidade podemos construir produções acadêmicas legítimas? Quem tem o poder de determinar isso? Mulheres negras, como Grada Kilomba (2019) questionam como os temas, paradigmas e metodologias do academicismo tradicional “refletem não um espaço heterogêneo para a teorização, mas sim os interesses políticos específicos da sociedade branca” (Kilomba, 2019, p. 54). É importante afirmarmos a universalidade como uma mentira contada inúmeras vezes, que segue privilegiando apenas um tipo de saber, destinada a um determinado grupo de pessoas produtoras de conhecimento.

Compreendo e avalio, entretanto, que a partir das inúmeras contribuições das interlocutoras aqui presentes, poderíamos apresentar um leque de análises, indagações, sentimentos e histórias. A escolha das interlocutoras, considerando sua atuação política na organização e o papel institucional que representam, também é um viés a ser considerando, entendendo que com outros recortes, outras epistemologias seriam apresentadas.

Destacamos assim, a partir desse trabalho, a importância da representatividade, do coletivo, da história, dos saberes e entendimentos disseminados pelas mulheres negras da Rede de Mulheres Negras do Paraná. Ressaltamos, por fim, a importância que a atuação de mulheres negras seja visibilizada, escutada, dialogada. Também, a necessidade de avançarmos na ocupação de espaços de poder e representação política, pois como afirmou Angela Davis (2017): “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- AFONSO, Caroline Ganzert; QUELUZ, Marilda Pinheiro. **Paranismo: e seu legado sobre o design paranaense**. Tecnologia e Humanismo, nº 32, 2007, p. 145-158
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019. 150 p.
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.
- APARECIDA, Dalzira Maria. O movimento negro em Curitiba: do GRUCON ao surgimento dos APNs. In: **Para além da placa: outras histórias da negritude em Curitiba [recurso eletrônico]** / Ana Crhistina Vanali; Andrea Maila Voss Kominek; Celso Fernando Claro de Oliveira (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020
- AULER, Décio, Delizoicov Demétrio. Investigação de temas CTS no contexto do pensamento latino-americano. **Linhas Críticas [online]**. 2015, 21(45), 275-296. ISSN: 1516-4896. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193542556003>. Acesso em: 21 de julho de 2023.
- BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 458-463, 1995.
- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba-PR: Grafipar, 1969.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** / Laurence Bardin; tradução Luís Antero Reto,. Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 3 reimp. da 1 edição de 2016.
- BENJAMIN, Ruha. Retomando nosso fôlego: Estudos de Ciência e Tecnologia, Teoria Racial Crítica e a imaginação carcerária. In: SILVA, Tarcízio. **Comunidade, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**. 2 ed. São Paulo: LiteraRUA, 2021, p. 13-26.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva (2002). **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002(b)
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe. Opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, vol. 20, n.2, julho-dezembro, pp. 27-55, 2015.

BISPO, Silvana Santos. **Feminismos em debate: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978 – 1997)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

BRANDÃO, Tiago. A perspectiva do ‘sistema’: a matriz tecnocrata das políticas científicas. In: **Ensaio sobre Ciência, Cultura e Política Científica**. Lisboa: Centro Nacional de Cultura, p. 28-38, 2020. Disponível em: <https://www.cnc.pt/e-book-ensaios-sobre-ciencia-cultura-e-politica-cientifica/>. Acesso em 16 de ago de 2023

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e instituições federais de ensino técnico e nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo**, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jun. 2014.

BREWER, Rose M. Response to Michael Buroway’s Commentary ‘The Critical Turn to Public Sociology’. **Critical Sociology**, 31, 2005, p. 353-359.

BOLETIM INFOMATIVO. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: Editorial. Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-5, set. 1988.

BORGES, Charlene da Silva. Direitos sociais, feminismo negro e o movimento de mulheres negras. **Migalhas**. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/olhares-interseccionais/341860/direitos-sociais-feminismo-negro-e-o-movimento-de-mulheres-negras>. Acesso em: 28 de jul. de 2023

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 8, n. 2, p. 91-108, 2000.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**. 2004; 57(5):611–614.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Tradução de José Bento de Monteiro Lobato. São Paulo: Editora Gaia, 1962.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na**

**América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.** Pernambuco: Núcleo de estudos Afro Brasileiros e Indígenas, 2020. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf> Acesso em: 20 de jun. de 2023.

\_\_\_\_\_. **A CONSTRUÇÃO DO OUTRO COMO NÃO-SER COMO FUNDAMENTO DO SER.** Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

\_\_\_\_\_. Mulheres em movimento. In: **ESTUDOS AVANÇADOS 17 (49)**, p. 117-132, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.) **Reflexões e práticas de transformação feminista.** SOF: 2015, p.13-42.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.

\_\_\_\_\_. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** São Paulo: Boitempo, 2019.

\_\_\_\_\_. **Toward a new vision: race, class and gender as categories of analysis and connection.** Memphis, Tenn: Center for Research on Women, Dept. of Sociology and Social Work, Memphis State, University, 1989.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. A black feminist statement. In: **MORAGA, Cherrié; ANZALDÚA, Gloria (Eds.). This bridge called my back: writings by radical women of color.** Berkeley, CA: Bookpeople (Kitchen Table), 1981, p. 210-218.

COSTA, Claudia Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, Florianópolis, v. 11, p. 127-140, 1998.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics.** University of Chicago Legal Forum: v. 1989: n. 1, article 8. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 15 de fev. de 2023.

\_\_\_\_\_. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira.** Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

CUPANI, Alberto. Capítulo 9. A questão do determinismo tecnológico. In: **Filosofia da Tecnologia: um convite (3a edição).** Editora da UFSC, 2011, p. 201-226.

CUTCLIFFE, Stephen. **Ideas, máquinas y valores: los estudios de Ciencia, Tecnología y Sociedad**. Publicación: Barcelona: Editorial Anthropos, 2003.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, SP.: IG/UNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_. Contribuição da filosofia da tecnologia para o marco analítico-conceitual da tecnociência solidária. IN: **Economia Solidária em Debate: Relatos do EGESOL**. Goiânia: Gráfica da UFG, p.43-61, 2020.

\_\_\_\_\_. Parte 1 - O marco analítico-conceitual da Tecnociência Solidária. In: **Tecnociência Solidária: um manual estratégico**, 2019, p. 37-67.

\_\_\_\_\_. O que é PLACTS (Pensamento Latino-Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade)? In: NEDER, R. T. (Org). **CTS – Ciência, Tecnologia, Sociedade a produção de conhecimento na universidade**. Brasília: UnB, p. 35-52, 2013.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante – Ferguson, Palestina e as bases para um movimento**. (ed) BARAT Frank, São Paulo, Boitempo, 2018

\_\_\_\_\_. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, 244p.

DE ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural**. Rio de Janeiro, Rocco, p. 206-242, 1994.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 9-19; 87-121.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo [online]**. 2007, v. 12, n. 23

FANON, Frantz. **Peau noire, masques blancs** (Pele negra, máscaras brancas). Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008

FEENBERG, Andrew. O que é Filosofia da Tecnologia? Trad. Agustín Apaza [Título original: "What is Philosophy of Technology?"]. **S.I.** n., s/d, p. 01-11

FELIPE, Delton Aparecido. A presença negra na história do Paraná (Brasil): a memória entre o esquecimento e a lembrança. **Revista de História da UEG**, v. 7, n. 1, p. 156-171, 2018.

\_\_\_\_\_. Patrimônio cultural negro no Paraná: lugares, celebrações e saberes. **História**, v. 6, p. 117-134, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. São Paulo, Dominus/Edusp, vol. 2, 1965.

FLICK, U. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: Um guia para**

**iniciantes**. Porto Alegre: Penso Editora LTDA, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (R. Machado, Org., Introd. e Rev. Téc.). ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008

FRANCO, Maria Laura. **Análise de conteúdo**. Brasília, 2ª edição: Líber Livro Editora, 2005

FRANCO, Andressa. Reconhecimento facial: prisões no Carnaval reacendem o debate de uma tecnologia com altas taxas de erros. **Revista Afirmativa**, 2023. Disponível em: <https://revistaafirmativa.com.br/reconhecimento-facial-prisoas-no-carnaval-reacendem-o-debate-de-uma-tecnologia-com-altas-taxas-de-erros/>. Acesso em: 25 de jul. de 2023.

FREITAS, João Carlos de. O negro na tradicional sociedade curitibana. In: **Para além da placa: outras histórias da negritude em Curitiba [recurso eletrônico]** / Ana Crhistina Vanali; Andrea Maila Voss Kominek; Celso Fernando Claro de Oliveira (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

Fundação Getulio Vargas. Participação das mulheres negras no mercado de trabalho. **Blog do Ibge**, 31 ago. 2023. Disponível em: <https://blogdoibge.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-detrabalho>. Acesso em: 25 de jun de 2023.

GOMES, Nilma Lino. A força educativa e emancipatória do Movimento Negro em tempos de fragilidade democrática. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/49715/35073>. Acesso em 25 fev. 2022.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005, p. 01- 28.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020, 375 pp.

\_\_\_\_\_. Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Linguísticos e Políticos da Exploração da Mulher. Comunicação **apresentada no VIII Encontro Nacional da Latin American Studies Association**. Pittsburgh, Pensilvânia, USA, 5-7 abril, 1979.

GUENA, Márcia et. al. Racismo e desinformação: apontamentos sob a perspectiva antirracista. IN: **Comunicação e ciência: reflexões sobre a desinformação. [recurso eletrônico]** / Nair Prata, Sônia Jaconi, Rodrigo Gabrioti, Genio Nascimento, Hendryo André e Sílvio Simão de Matos (orgs). São Paulo: INTERCOM, 2022, p. 240-259.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 1995[1957].

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil Rio de Janeiro**, Graal, 1979.

HERITAGE, John C. Etnometodologia. In: Anthony Giddens; Jonathan Turner (orgs.). **Teoria Social Hoje**. (Trad. Gilson C. Cardoso de Sousa) São Paulo: Editora Unesp, pp.321-92, 1987

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Dossiê Desigualdades e Interseccionalidades. **Revista Mediações**, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Trad. de Patriota, Rainer. São Paulo: Perspectiva, 2019.

\_\_\_\_\_. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00193.pdf>> Acesso em: 20 de maio de 2023.

IANNI, Octavio. Do polonês ao polaco. **Revista do Museu Paulista**. Nova Série, v. XII, p. 315-338, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2º trimestre de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

\_\_\_\_\_. Desigualdades sociais por raça e cor no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IURKIV, José Erondy (2002). **Romário Martins e a historiografia paranaense**. Educere, Toledo, UNIPAR, v. 2, n. 2, jul./dez, p. 123-132.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov.2010

KERGOAT, Danièle. "Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais". **Novos Estudos**. Cebrap, 86: 93-103, São Paulo, 2010

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KOMINEK, Andrea Maila Voss; VANALI, Ana Crhistina. Presença Africana no Brasil: Desafios contemporâneos. In: **Roteiros temáticos da diáspora: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil** [recurso eletrônico] Andrea Maila Voss Kominek; Ana Crhistina Vanali (Orgs.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, p. 77 – 92, 2018.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

LABORNE, Ana Amelia de Paula. **Branquitude em foco: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil**. (Tese de doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte, 2014. 159f.

LEMONS, Rosalia. A face negra do feminismo: problemas e perspectivas. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn (orgs.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas/ Criola, p. 64-67, 2006.

LINSINGEN, Irlan von; BAZZO, Walter A.; PEREIRA, Luiz T. V. O que é ciência, tecnologia e sociedade? In: **Cadernos de Ibero-America. Introdução aos estudos CTS: ciência, tecnologia e sociedade**. Espanha: OEI, 2003. p. 119-156.

LUGONES, María. Colonialidad y Género: Hacia un feminismo descolonial. In: Walter Mignolo (org). **Género y descolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, pp. 13- 54, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTERO, Maritza. **Hacer para transformar: el método en la psicología comunitaria** - 1a ed. - Buenos Aires: Paidós, 2006. 372 p.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. Dissertação (mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, SP : [s. n.], 2007.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019

NASCIMENTO, Glaucia Pereira do. Territorialidades negras em Curitiba-PR: ressignificando uma cidade que não quer ser negra [Recurso Eletrônico]. **Dissertação** – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciência a Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curitiba, 2020.

NEMER, David. **Tecnologia do oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil**. Vitória, ES: Milfontes, 2021

ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Pontes: Campinas, 1999.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **O Paranismo inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PESSOA JR, Osvaldo. **Filosofia e Sociologia da Ciência**. Disponível em: <http://opessoa.fflch.usp.br/sites/opessoa.fflch.usp.br/files/Soc1.pdf>. Acesso em 15 de jul. de 2023, às 18h45.

PINCH, T; BIJKER, W. E. The social construction of facts and artefacts or how sociology of science and the sociology of technology might benefit each other. **Social Studies of Science**, 14, 1984, pp. 399-441.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 21 jul. 2023.

QUEIROZ, Danielle Teixeira et al. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NA PESQUISA QUALITATIVA: CONCEITOS E APLICAÇÕES NA ÁREA DA SAÚDE. In: **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, 2007 abr/jun; 15(2):276-83.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras: Uma Trajetória de Criatividade, Determinação e Organização. **Revista Estudos Feministas**, vol. 16, no. 3, 2008, pp. 987–1004. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/24327814>. Acesso em: 31 jul. de 2023.

\_\_\_\_\_. MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS: DE BERTIOGA A BEIJING. **Revista Estudos Feministas**, ano 3, 2º sem., 1995, 446-457.

RONAYNE, J. **Science in government**. Londres: Edward Arnold, 1984.

ROSA, S. E.; AULER, D. Não Neutralidade da Ciência-Tecnologia: Problematisando Silenciamentos em Práticas Educativas Relacionadas à CTS. **Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, Florianópolis, v.9, n.2, p.202-231, nov. 2016

ROSA, Suiane Ewerling da; STRIEDER, Roseline Beatriz. Não Neutralidade da Ciência-Tecnologia: verbalizações necessárias para potencializar a constituição de uma cultura de participação. Universidade de Brasília: **Linhas Críticas**, Brasília, fev. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?**, 1996.

SANTOS, Ana Paula Medeiros Teixeira. **Tranças, turbantes e empoderamento de mulheres negras: artefatos de moda como tecnologias de gênero e raça no evento Afro Chic**. Curitiba, Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2017. 147f.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós- modernidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 348 p.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília,

Brasília, 2007.

SARDENBERG, Cecília. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações**. v. 20, n. 2, Jul-dez., pp. 56-96, 2015.

SAREWITZ, Daniel. **Frontiers of illusion: science, technology, and the politics of progress**. Temple University Press, 1996, 235p.

SCHUCMAN, Lia Vainer; SCHLICKMANN, Renata. Racismo e Branquitude: Psicologia e branqueamento no Brasil. **Roteiros temáticos da diáspora: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil** [recurso eletrônico] Andrea Maila Voss Kominek; Ana Crhistina Vanali (Orgs.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, p. 289 – 306, 2018.

\_\_\_\_\_. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. [Tese de doutorado], – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In **História da vida privada no Brasil: 3 (República da Belle époque à Era do Rádio)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. p. 513-619

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Edições Sesc, 2021.

SOUZA, Angela Maria de. **A caminhada é longa e o chão tá liso: o movimento hip hop em Florianópolis e Lisboa**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Neuza Souza. **Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: **WARE, Vron. Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, (org.), p. 363-386, 2004.

SPINK, M. J. **Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social**. Psicologia e Sociedade, 19, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRIEDER, R.B. **Abordagens CTS na educação científica no Brasil: sentidos e perspectivas**. Tese (Doutorado em Ciências/Ensino de Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TRUTH, Sojourner. **E eu não sou uma mulher?** Convenção dos Direitos da Mulher, Ohio, 1851. Tradução de Osmundo Pinho, Geledés, 8 jan, 2014. Disponível em: .

Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

VANALI, Ana Christina. A associação cultural afro-brasileira. In: **Para além da placa: outras histórias da negritude em Curitiba [recurso eletrônico]** / Ana Christina Vanali; Andrea Maila Voss Kominek; Celso Fernando Claro de Oliveira (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020

VARSAVSKY, Oscar. **Ciencia, Política y Cientificismo**. Centro Editor de América Latina, 1969.

VELHO, Léa. Conceitos de Ciência e a Política Científica, Tecnológica e de Inovação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 26, jan./abr. 2011, p. 128-153.

VIVEROS VIGOYA, Mara. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en América Latina. **Seminario Internacional La sexualidad frente a la sociedad**, Cidade do México, 28-31 de julio de 2008.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe!: movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: VERSCHUUR, Christine (org). **Vents d'Est, vents d'Ouest: mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux**. Genève, Graduate Institute Publications, 2009. p. 151- 163

\_\_\_\_\_. O Samba Segundo as lalodês: Mulheres negras e a cultura midiática. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ. **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro, 2007.

WINNER, Langdon "Do Artifacts have Politics?" **"The Whale and the Reactor – A Search for Limits in an Age of High Technology"**. Chicago: The University of Chicago Press, 1986 p. 19-39. (traduzido por Fernando Manso)

## APÊNDICES

### **APÊNDICE A – Carta da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo bem viver como nova Utopia**

Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha. Inspiradas em nossa ancestralidade somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório.

Somos meninas, adolescentes, jovens, adultas, idosas, heterossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros, quilombolas, rurais, mulheres negras das florestas e das águas, moradoras das favelas, dos bairros periféricos, das palafitas, sem teto, em situação de rua.

Somos trabalhadoras domésticas, prostitutas/profissionais do sexo, artistas, profissionais liberais, trabalhadoras rurais, extrativistas do campo e da floresta, marisqueiras, pescadoras, ribeirinhas, empreendedoras, culinaristas, intelectuais, artesãs, catadoras de materiais recicláveis, yalorixás, pastoras, agentes de pastorais, estudantes, comunicadoras, ativistas, parlamentares, professoras, gestoras e muitas mais.

A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utopia de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os).

Na condição de protagonistas oferecemos ao Estado e a Sociedade brasileiros nossas experiências como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros. Declaramos que a construção desse processo se inicia aqui e agora.

Por tudo isso, nós Mulheres Negras estamos em Marcha para exigir o fim do racismo e da violência que se manifestam no genocídio dos jovens negros; na saúde, onde a mortalidade materna entre mulheres negras está relacionada à dificuldade do acesso a esses serviços, à baixa qualidade do atendimento aliada

à falta de ações e de capacitação de profissionais de saúde voltadas especificamente para os riscos a que as mulheres negras estão expostas; da segurança pública cujos operadores e operadoras decidem quem deve viver e quem deve morrer mediante a omissão do Estado e da sociedade para com as nossas vidas negras.

Marchamos pelo direito à vida, pelo direito à humanidade, pelo direito a ter direitos e pelo reconhecimento e valorização das diferenças. Marchamos por justiça, equidade, solidariedade e bem-estar que são valores inegociáveis, diante da pluralidade de vozes que coabitam o planeta e reivindicam o Bem Viver.

Convocamos a sociedade brasileira para a construção deste novo pacto civilizatório, para uma sociedade onde todas e todos possam viver plenamente a igualdade de direitos e oportunidades.

Para a consolidação desse Pacto de consenso, é necessário que Estado e Sociedade acolham as seguintes reivindicações:

#### DIREITO À VIDA E À LIBERDADE

Garantir o direito à vida da população negra, em geral, e da mulher negra, em particular, como um direito fundamental que não pode ser violado sob nenhuma hipótese. Tal garantia deve ser acompanhada de condições sociais, políticas, econômicas, ambientais culturais, civis e políticas, para que possamos viver com dignidade, liberdade, livres do racismo patriarcal e de todas as formas de discriminação;

Assegurar o direito à liberdade garantindo o direito de ir e vir, de emitir opinião, de se expressar, de criar vínculos associativos sem a interpelação do Estado, tomando como referência os princípios éticos e dos Direitos Humanos preconizados em nossa Constituição;

Garantir a laicidade do Estado face a quaisquer fundamentalismos religiosos;

Erradicar as desigualdades, considerando que possuem severo fundamento nas discriminações raciais e de gênero, tomando como parâmetro essencial a promoção de políticas públicas que possam garantir a dignidade das mulheres negras;

#### PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Garantir o acesso às riquezas, aos bens comuns de forma igualitária, sustentável e coletiva, resguardando o ambiente da exploração predatória;

Reconhecimento e visibilidade da trajetória coletiva e das nossas múltiplas realidades, que permanecem ocultas sob o peso de narrativas que nos associam à carência, ao atraso e à incapacidade intelectual e política.

Fomentar a participação na política nos espaços de decisão e nos órgãos públicos, garantindo a paridade e as condições materiais e simbólicas para o empoderamento e o fortalecimento da participação das mulheres negras nas quadras do poder;

Promover a reforma do sistema político brasileiro visando a constituição de novos parâmetros para a democracia brasileira, para o exercício do poder, suscitando a participação dos grupos excluídos do processo de decisão e reorganizando as formas de representação e de expressão dos interesses dos diferentes grupos e do controle social do Estado;

Ratificar e assegurar o cumprimento das deliberações dos protocolos, pactos, declarações, convenções, planos de ações regionais (OEA) e internacionais (ONU), ratificando e referendando esses compromissos. Tomar como parâmetros indicadores nacionais e internacionais para o monitoramento do cumprimento dessas medidas, que também poderão levar em conta outros indicadores tais como, o bem-estar psicológico, a saúde, o uso do tempo, a vitalidade comunitária, a educação, a cultura, o meio ambiente, a governança e o padrão de vida. Implantar as políticas preconizadas no Estatuto da Igualdade racial (Lei no. 12288 de 20/07/2010), bem como o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), incentivando a organização do Sistema nas esferas estaduais e municipais, a partir de suporte financeiro e técnico; Exigir do poder público, nas três esferas de governo, orçamento adequado para a implementação das políticas de promoção da igualdade racial contra o racismo, a violência e pelo bem viver;

## DIREITO AO TRABALHO, AO EMPREGO E À PROTEÇÃO DAS TRABALHADORAS NEGRAS EM TODAS AS ATIVIDADES

Garantir a oportunidade e acesso a postos de trabalho e emprego, com remuneração justa e adequada, tendo como parâmetro a equidade racial, étnica,

de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geração, deficiências, de condição física e mental para o acesso e permanência nos postos de trabalho.

Deve-se também assegurar legalmente a participação em atividades comunitárias e de organização sindical;

Assegurar o exercício do trabalho em condições plenas de segurança, assentado na proteção à saúde das(os) trabalhadoras(es) e nos direitos previdenciários previstos em lei, no campo e na cidade;

Erradicar definitivamente o trabalho análogo ao trabalho escravo e infantil em todo território nacional, garantindo a proteção e o desenvolvimento da(o) trabalhador(a) na área rural;

Oferecer trabalho decente para migrantes negros oriundos de países latino-americanos e africanos;

Demandar ao poder público o cumprimento da Lei Complementar no 150 de 01/06/15 que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico que garante a seguridade social e todos os direitos trabalhistas para todas as trabalhadoras domésticas;

Promover a valorização do trabalho das mulheres negras, coibindo práticas discriminatórias no mercado de trabalho, tais como salários desiguais para funções e cargos iguais, entre outras;

Garantir o exercício do trabalho em condições de segurança com proteção à saúde das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis, assegurando também todos os direitos trabalhistas e de seguridades social;

Implementar políticas de ações afirmativas para o enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho (nas administrações centralizadas, autarquias, fundações, empresas públicas, privadas, nacionais, multinacionais e cooperativas);

Assegurar o cumprimento pleno das Convenções 100, 111 e da agenda do Trabalho Descende da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

## DIREITO À TERRA, TERRITÓRIO E MORADIA/DIREITO À CIDADE

Garantir a preservação, proteção, demarcação, homologação e registro incondicional das terras quilombolas, indígenas e de outros povos tradicionais. Necessário se faz também assegurar recursos orçamentários da União para a

titulação das terras e para o desenvolvimento de políticas sociais econômicas voltados para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, com participação das(os) interessadas(os) nos processos de decisão;

Criar condições para permanência e retorno da população negra ao campo, especialmente a juventude e promoção de políticas e leis que protejam, preservem e recuperem as sementes nativas e crioulas. Deve-se salientar que os mecanismos governamentais de compra e distribuição de sementes devem respeitar as formas tradicionais de organização local da agricultura familiar, camponesa e dos povos tradicionais e estimular a formação de estoques de sementes;

Implementar a reforma agrária e oferecer recursos para o dinamismo da agroecologia;

Apoiar, com recursos financeiros e técnicos, as práticas tradicionais de troca, seleção e venda pelas(os) agricultoras(es) familiares e pelas comunidades tradicionais;

Exigir o reconhecimento e a garantia dos direitos de trabalhadoras(es) do campo, valorizando a remuneração justa e equitativa e o fim da violência e da discriminação contra as mulheres.

Garantir o Direito à Cidade por meio do reconhecimento da função social da propriedade, para assegurar moradias e acesso a serviços na cidade; contribuindo assim para o fortalecimento dos interesses coletivos sociais, culturais e ambientais em detrimento dos interesses individuais e econômicos.

Assegurar às mulheres negras o acesso à serviços sociais básicos, referentes à mobilidade, ao esporte e lazer, ao patrimônio natural e cultural;

Assegurar moradia digna para todas(os), priorizando a segurança da posse e impedindo os despejos forçados, remoções e o monopólio sobre a terra;

Promover a urbanização de favelas e prevenção de riscos, priorizando a segurança da posse e o respeito de todos os direitos humanos.

## JUSTIÇA AMBIENTAL, DEFESA DOS BENS COMUNS E A NÃO-MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA

Erradicar o racismo ambiental, promovendo políticas ambientais que:

(a) Impeçam a remoção e a desocupação para a extração do patrimônio ambiental

e de outras riquezas, o uso de agrotóxicos e outros venenos na agricultura e nas outras culturas de criação de animais e o despejo de detritos e lixo em áreas onde a população negra habita;

(b) Destroem o ambiente e a cultura das comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas;

Promover fontes alternativas de energia limpa, bem como a democratização, descentralização e gestão pública da energia de maneira a garantir o direito das comunidades tradicionais e das populações do meio rural ao seu acesso;

Reparar e indenizar as populações, especialmente das mulheres negras, afetadas por mega projetos e processos industriais e de mineração atingidos por barragens e por desastres naturais;

Ampliar o acesso universal à água potável, limpeza urbana e ao saneamento básico;

Promover a soberania alimentar e o acesso a alimentação saudável, adequada e com qualidade, livre de agrotóxicos e não transgênicos.

## DIREITO À SEGURIDADE SOCIAL (SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL)

Assegurar às mulheres negras as políticas de seguridade social, por meio do acesso a serviços essenciais de saúde, assistência e previdência social;

Erradicar o racismo institucional nas organizações públicas e privadas e em suas diferentes políticas, planos e programas de ação;

Implantar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Sistema Único de Saúde;

Ampliar a Política Nacional de Atenção Integral à pessoa com Doença Falciforme para todo o território nacional, a partir de um conjunto de medidas, como o fomento a pesquisas e técnicas de atenção e assistência;

Descriminalizar o aborto e garantir o atendimento ao aborto legal na rede pública, bem como os procedimentos de profilaxia às mulheres em situação de violência, incluindo também o acesso a pílula do dia seguinte;

Assegurar a estruturação e o aparelhamento dos equipamentos de saúde da rede pública, especialmente daqueles voltados para o atendimento à saúde da

mulher, incluindo recursos humanos especializados e outros insumos necessários;

Erradicar a mortalidade materna de mulheres negras, aprimorando as políticas em curso e incluindo o quesito cor na avaliação de risco;

Implantar políticas de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos nas áreas da educação, da saúde e da segurança, garantindo o respeito à livre orientação sexual, as identidades de gênero, a autonomia do corpo da mulher o direito ao aborto, bem como promover ações voltadas para a saúde sexual e saúde reprodutiva.

## DIREITO À EDUCAÇÃO

Demandar ao Ministério da Educação (MEC) e das Universidades a efetivação e ampliação dos programas e das políticas de assistência voltados para a permanência dos alunos que ingressaram nas universidades por meio do sistema de cotas e de outras políticas de inclusão;

Garantir a efetivação de mecanismo de implantação das diretrizes curriculares sobre a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena previstas no artigo (26.A da LDB, Leis 10.639 e 11.645), com aprimoramento dos currículos formação continuada, bem como elaborar e difundir materiais didáticos, paradidáticos e pedagógicos sobre a temática, direcionados aos profissionais da educação;

Fortalecer políticas públicas voltadas para a redução da evasão escolar, defasagem idade-série dos alunos pertencentes aos grupos étnicos e raciais discriminados.

## DIREITO À JUSTIÇA

Promover a proteção contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata assegurando que todas as pessoas tenham acesso aos remédios eficazes e usufruam do direito ao acesso ao sistema de justiça e de outras instituições para solicitarem reparação ou satisfação justas e adequadas pelos danos ocasionados por tais formas de discriminação.

Adotar as medidas necessárias, como previsto na legislação nacional, para assegurarem o direito das vítimas em obterem reparação e satisfação justas e adequadas relativas aos atos de racismo, discriminação racial, xenofobia e

intolerância correlata e a formularem medidas efetivas para prevenção da repetição de tais atos;

Promover políticas de enfrentamento à violência contra a população negra, em especial, aquela que acomete as mulheres negras, visando assegurar a vida, a segurança e a paz;

Erradicar o racismo institucional em todas as instâncias do sistema de justiça.

Assegurar políticas de prevenção e enfrentamento ao encarceramento da população negra, em especial das mulheres negras;

Assegurar ações de enfrentamento às violações do direito de culto e crença, com vistas a combater a discriminação contra as religiões de matriz africana;

Retirar de todos os órgãos do sistema de justiça símbolos de qualquer religião, considerando a laicidade do estado brasileiro;

Apoiar a criação de varas especializadas para tratar as questões raciais no poder judiciário;

Incentivar a criação de um núcleo de atendimento de questões raciais na defensoria pública;

Incentivar a geração de dados sobre o sistema de justiça para que possa ser criada jurisprudência em casos de racismo;

Promover campanhas contra a violência e os homicídios que ceifam a vida da juventude negra, bem como promover ações de reparação dos danos causados às famílias.

## DIREITO À CULTURA, INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO

Ampliar e efetivar ações afirmativas para as culturas negras nas políticas e programas de incentivo à produção cultural em todos os níveis.

Implementar e consolidar as ações para inventariar, restaurar e proteger o patrimônio cultural material e imaterial das culturas afro-brasileiras, especialmente das comunidades quilombolas e de matrizes africanas, promovendo a valorização dos conhecimentos e culturas destes segmentos;

Garantir e promover ações de enfrentamento à intolerância às religiões de matriz africana que afetam os terreiros e os adeptos dessas religiões.

Promover campanhas que eliminem a veiculação de estereótipos de gênero, raça/etnia, geracional, orientação sexual nos meios de comunicação (públicos e

privados) e nas produções, conteúdos, programas e materiais didáticos;

Criar novos/outros regimes de visibilidade da população negra, em particular das mulheres negras, apoiado em outro imaginário capaz de romper com os códigos racistas e sexistas que compõem os discursos circulantes;

Estimular maior participação de profissionais negros, especialmente das mulheres negras, na estrutura ocupacional da mídia e dos sistemas de entretenimento;

Inserir nas discussões relativas à democratização da mídia no Brasil, o tópico da pluralidade com vistas a contemplar as múltiplas vozes, estéticas e perspectivas dos grupos etnicorraciais que compõem a nação brasileira;

Fortalecer as mídias populares e comunitárias; garantir participação e a representatividade da mulher negra nos meios; proibir o repasse de verbas públicas para veículos de comunicação que induzem ao racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia.

Garantir a todas as pessoas, independentemente da condição socioeconômica ou da localidade, acesso a um serviço de banda larga de qualidade, barato e rápido. Exigimos o fim dos oligopólios e monopólios de mídia, a transparência nas concessões de canais de rádio e televisão, o fortalecimento da comunicação pública e comunitária, e a diversidade e a pluralidade de conteúdo nos meios de comunicação do Brasil.

## SEGURANÇA PÚBLICA

Erradicar o racismo institucional das políticas de segurança, coibindo o uso da violência racial que produz altos índices de homicídios contra a população negra, por meio de políticas de segurança pública, baseadas em Direitos Humanos;

Promover a participação, o delineamento e o controle social das políticas de segurança pública, considerando, fundamentalmente, a participação da população negra nos conselhos deliberativos dessas políticas;

Promover ações de enfrentamento ao genocídio da juventude negra, com a participação ativa dos grupos envolvidos;

Promover campanhas articuladas entre os órgãos públicos e privados contra a violência racial, levando as demandas da população negra, em especial, das mulheres negras;

Ampliar o número de serviços para a atenção às mulheres negras vítimas de violência sexual e intrafamiliar, bem como, para os crimes raciais. Brasília, 18 de novembro de 2015. Marcha de Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e o Bem Viver.

## APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada

### ROTEIRO ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. *Apresentação: nome, idade, profissão, naturalidade, com quem vive;*

#### ***Entendimentos sobre o contexto da população negra no Paraná:***

- A. *História familiar, de onde vieram, com que trabalhavam;*
- B. *Sobre o crescer paranaense e negra;*
- C. *Quais referências teve na infância/adolescência.*
- D. *Qual a importância das mulheres negras na sua vida?*

#### ***Acesso e entendimentos sobre tecnologia e política***

- E. *O que entende por tecnologia?*
- F. *Qual a importância da tecnologia nas suas práticas sociais?*
- G. *Como a tecnologia permeia suas práticas políticas?*
- H. *Quais tecnologias são utilizadas por você no ativismo?*
- I. *Acredita que as tecnologias podem ser racistas?*

#### ***RMN e tecnologias***

- J. *Por que o nome Rede?*
- K. *O que significa rede para você?*
- L. *Como a RMN busca representar as mulheres negras do Paraná? Qual importância da coletividade nesse contexto?*
- M. *Como a RMN se relaciona com as demais organizações de mulheres negras? Qual a importância dessa relação para o ativismo?*
- N. *Qual o objetivo de atuação?*
- O. *Qual a estratégia de atuação da organização?*
- P. *De que maneira tem buscado alternativas para enfrentar as situações de opressão? O que tem buscado nas suas atuações?*
- Q. *O que é 'fazer político' para a RMN?*
- R. *Como a tecnologia tem ajudado na realização das ações?*
- S. *Como se dá a interação entre as mulheres e a tecnologia?*
- T. *A RMN é o espaço onde acessam a tecnologia? De quais tipos? De que forma? Com quem?*
- U. *Essa interação se alterou com o passar do tempo? E desde que entraram na organização?*
- V. *Seu entendimento sobre tecnologia se altera com a experiência na RMN- PR?*
- W. *O que é bem viver?*